vida mundial

Nº 1823 • 24-5-74 • preço 5$00

por avião ANGOLA .... 12$50 FRANÇA 2 Fr. Canadá 45 Cts.
MOÇAMBIQUE ...... 15$00

vida mundial O MUNDO NUMA SEMANA

SAI SEMANALMENTE

AUGUSTO ABELAIRA DIRECTOR DA "VIDA MUNDIAL"

Passa a exercer, a partir deste número, o cargo de director da "Vida Mundial", o escritor e jornalista Augusto Abelaira. Substitui, agora numa fase de Imprensa livre, em que procuraremos a consequente dinamização da nossa revista, o jornalista Manuel Figueira, que desempenhava aquelas funções a título interino. Se já não temos os condicionalismos da Censura, que sempre procurámos tornear, somos chamados a uma missão de inequívoca responsabilidade, norteada por uma noção de independência que, supomos, esteve sempre presente nas páginas desta publicação durante o período longuíssimo do "silêncio". Deste "silêncio", no entanto, procurámos nunca ser cúmplices, só não transmitindo aquilo que a "inteligência" da eufemisticamente chamada Comissão de Exame Prévio nos impedia. Numa altura em que se abrem perspectivas novas para o exercício da nossa profissão e uma esperança de renovação nacional que nos impõe, mais do que nunca, a tomada de uma posição de independência, essencialmente crítica, aberta a todas as correntes de opinião, mas sem enfeudamentos partidários, não seria justo esquecer quem nos acompanhou em momentos por vezes bem difíceis: Manuel Figueira. Ao longo do seu período como director interino da "V.M.", que ora termina com o aparecimento de Augusto Abelaira como principal responsável de um trabalho que tem de ser de equipa, Manuel Figueira foi um camarada e um amigo. A ele ficámos a dever a possibilidade de continuar a trilhar uma linha de independência que nos dispensa de viragens súbitas, facilmente confundíveis com oportunismos de ocasião.

Completados 35 anos de publicação no passado dia 13, "Vida Mundial" prepara-se para enfrentar uma época que tem, cremos, o fascínio do que exigirá de cada um de nós. A todos os que nos enviaram cumprimentos pela passagem de mais um aniversário e aos nossos camaradas de Imprensa que a a ele se referiram, os nossos agradecimentos. ■

SUMÁRIO

ANO XXXV — N. 1823 — 24 de Maio de 1974 — Preço 5$00

OS ACONTECIMENTOS NA S. N. T.

Na sequência de duas reuniões gerais dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, e da eleição de uma comissão representativa, foram apresentadas à Administração uma série de reivindicações mínimas. O conjunto destas reivindicações foi objecto de um comunicado que, tendo sido aprovado em reunião geral de trabalhadores, se destinava a ser publicado nas páginas de "O Seculo". No entanto, este comunicado não foi publicado, por a Administração se ter oposto à sua publicação na íntegra, alegando, na circunstância, que estando demissionário o Conselho da Redacção de "O Seculo", a publicação do mesmo teria de ser adiada. Porém, os trabalhadores presentes nas instalações da S.N.T., entendendo que o comunicado era da responsabilidade e deliberação da reunião geral de trabalhadores, reiteraram a disposição da sua reunião geral, exigindo a publicação do seu comunicado. Perante esta exigência, a Administração deliberou não dar autorização para que o jornal fosse publicado.

No dia 10 de Maio, com uma paralisação total do trabalho, houve abertura de contactos, das duas partes, com a Junta de Salvação Nacional. Pouco depois, com as reuniões gerais sucedendo-se, abrir-se-iam as negociações entre os representantes dos trabalhadores e o Conselho de Administração. Estas encerraram provisoriamente no passado dia 14, tendo os trabalhadores considerado uma "vitória" os pontos conquistados e, nomeadamente, o reconhecimento pela Administração da Comissão dos Trabalhadores da Empresa e da sua capacidade para apresentar reivindicações e as discutir com a Administração.

Retomando a actividade normal, os trabalhadores reiteraram o seu propósito de imporem o saneamento da empresa. As formas concretas deste saneamento não estão ainda definidas, uma vez que a Administração não aceitou as reivindicações precisas dos trabalhadores sobre este ponto e revelou interpretar restritivamente o "princípio do saneamento". Os outros pontos foram já devidamente noticiados, na altura conveniente, pelos diversos órgãos de Informação, nomeadamente por "O Seculo" de 15 de Maio de 1974. ■

M. S. P.

- **DIRECTOR: AUGUSTO ABELAIRA**
- **REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** Rua de «O Seculo», 63 — Telefs. PBX 36 27 51/5.
- **COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:** Rua de «O Seculo», 41 — Lisboa-2.
- **PROPRIEDADE:** Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.

NACIONAL

GOVERNO PROVISÓRIO: OS PRIMEIROS PASSOS

A vida portuguesa ganha um perfil completamente novo. A arrancada do 25 de Abril abriu as portas à modelação de um Portugal renovado, como tem sido eloquentemente assinalado em documentos dos partidos e correntes partidárias, em reuniões e comícios públicos, em cerimónias e homenagens que desde a primeira hora congregam todos os portugueses na defesa de um ideal comum: a consolidação da vitória do 25 de Abril e o lançamento de estruturas democráticas verdadeiramente sólidas, que por si só cheguem para arredar todos os resquícios de fascismo que durante quase 50 anos pressionaram a vida portuguesa, e assim fazer frente com sucesso a eventuais conspirações e tentativas contra-revolucionárias.

A formação do Governo Provisório e a sua entrada em funções, para além de outros acontecimentos significativos da hora de exaltação nacional, constituíram temas dominantes das duas últimas semanas, em que se destacaram igualmente as homenagens a Catarina Eufémia, da iniciativa do Partido Comunista Português, e os primeiros contactos do ministro dos Negócios Estrangeiros com o secretário-geral do P.A.I.G.C., contactos que se espera venham a abrir uma fase nova e decisiva que conduza ao cessar-fogo, na Guiné, e à solução dos problemas africanos.

DIA 7 — Os jornais começam a reflectir as consequências da falta de papel, reduzindo as tiragens e número de páginas, carências que já se verificavam de forma notória nos meses anteriores ao Movimento de 25 de Abril. A Junta de Salvação Nacional, com o propósito de enfrentar os graves e urgentes problemas de carácter económico e financeiro, começou entretanto a adoptar uma série de medidas de emergência, com as quais pretende normalizar ambos os sectores, através do funcionamento das instituições de crédito, das operações financeiras internas, do comércio externo, das obrigações tributárias, etc.

Anunciaram-se, assim, providências para evitar a fuga de capitais e assegurar o abastecimento regular de produtos fundamentais, e estabeleceram-se regras sobre a importação de bens não prioritários e a venda para o estrangeiro de bens prioritários. Também se regulamentou o pagamento de títulos de crédito com cheques, sendo fixados os dias em que terminam o prazo de pagamento das letras, livranças e extractos de factura.

O presidente da Junta, general António de Spínola, e mais componentes da J.S.N., bem como os oficiais da Comissão Coordenadora das Forças Armadas a ela adstrita, por outro lado, continuaram a receber individualidades representativas das várias correntes de opinião e delegações da mais diversa natureza, ao mesmo tempo que prosseguiram nos esforços para procurar assegurar a marcha da vida nacional. Verificou-se, no entanto, a paralisação nalguns locais de trabalho, enquanto noutros o andamento normal esperava a adopção das medidas legislativas que permitissem o regresso a uma actividade estável.

Durante o dia, muitos acontecimentos ocorreram, na sequência dos registados desde que eclodiu o Movimento das Forças Armadas: reuniões nas escolas, nas empresas e nos serviços públicos, bem como nos mais diversos organismos e nas sedes de numerosos agrupamentos políticos. No Palácio de Belém, o general Kaulza de Arriaga foi recebido pelo general António de Spínola, quase ao mesmo tempo em que o dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, dava uma conferência de Imprensa. Defendendo o pluralismo político, o secretário-geral do Partido manifestou-se, porém, contra a fragmentação excessiva que se está a criar, com a formação de inúmeros agrupamentos — cerca de meia centena — que, em sua opinião, reflectia o "oportunismo de tantos grupos a subverter as instituições democráticas que se pretende venham a ser autêntica realidade no nosso País".

Entretanto, continuaram as diligências para se constituir o Governo Provisório, insistindo-se em que o prof. Adelino da Palma Carlos estaria a considerar um convite que nesse sentido lhe foi dirigido pelo presidente da J.S.N. A esse respeito, o Comité Central do Partido Comunista Português divulgou uma nota em que, acerca de rumores quanto a cargos que lhe seriam atribuídos no Governo, informa que "em nenhumas negociações, nas quais o P.C.P. participou até hoje, foi ventilado o problema de cargos ministeriais". "Naturalmente — afirmava a nota — que a participação do P.C.P. no Governo Provisório só com o próprio P.C.P. pode ser resolvida, o que comprova bem o infundado dos rumores que circulam. Sublinham-se as boas relações existentes entre o Movimento das Forças Armadas, relações que o P.C.P. está interessado não só em manter como em reforçar."

O dia foi ainda preenchido com uma visita de socialistas escandinavos ao general António de Spínola, os quais eram acompanhados por Mário Soares, e com uma conferência de Imprensa do dr. Vasco Vieira

de Almeida, delegado da J.S.N., acerca da conjuntura económico-financeira e disposições adoptadas para enfrentar os problemas. "A Bolsa continuará fechada, esclareceu, e a decisão caberá ao futuro Governo Provisório." Revela-se, por outro lado, que o general Costa Gomes poderá deslocar-se a Moçambique, enquanto o general Spínola estaria na disposição de ir a Angola para empossar o novo governador daquele território. Simultaneamente, tanto na Metrópole como em Angola e Moçambique surgem novos partidos, em especial no sector da democracia cristã.

Dia 8 — O movimento político ficou assinalado com vários acontecimentos muito significativos, dos quais cumpre destacar a deslocação do dr. Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, ao Palácio de Belém, para dialogar com a Junta de Salvação Nacional, nada tendo transpirado sobre o teor desses contactos. Compareceu, ali, mais uma vez, o prof. Adelino da Palma Carlos, que, segundo rumores insistentemente postos a circular nos últimos dias, está incumbido de formar o Governo Provisório civil, o qual poderia ser anunciado no princípio da próxima semana.

Entretanto, o general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, no Poder, teve uma reunião, de cerca de hora e meia, na sede do I.A.E.D.N., com todos os delegados da J.S.N. nos diferentes departamentos ministeriais e as comissões "ad hoc" em diversas instituições ou empresas. Aos delegados junto dos ministérios civis foi atribuída a competência dos respectivos titulares, com o propósito de se incrementar e dinamizar a respectiva actividade. No Ministério do Ultramar, o delegado é, agora, o tenente-coronel Guilherme Belchior, mantendo-se adstrito ao gabinete, como conselheiro em todos os assuntos relativos ao Ultramar, o dr. Banha da Silva.

Os organizadores do Partido Popular Democrático drs. Sá Carneiro, Magalhães Mota e Francisco Balsemão reuniram-se com os jornalistas portugueses e estrangeiros, aos quais divulgaram os objectivos da sua iniciativa e as linhas gerais da actuação futura, afirmando que, ao intervirem na vida política, optaram pela promoção de um partido de orientação centro-esquerda, predominantemente social-democrático, para serem intérpretes de significativa corrente que, neste país, deseja uma democracia pluralista. "Representamos uma corrente política e, por isso, pensamos que devemos participar num governo de coligação" — disse o dr. Sá Carneiro, ao ser interrogado sobre a entrada de representantes do agrupamento no gabinete a constituir.

Um comunicado da Junta de Salvação Nacional revela as personalidades do regime deposto que se encontram sob prisão: Almirante Américo Tomás, prof. Marcelo Caetano, prof. Silva Cunha, dr. César Moreira Baptista, general Andrade e Silva e coronel Viana de Lemos. Os quatro primeiros estão detidos no Palácio do Governo do Funchal e os outros dois numa unidade da Região Militar de Lisboa. Eleva-se, por outro lado, a 800 o número de membros da ex-D.G.S. que se encontram presos em várias cadeias. Não foram fornecidas mais informações oficiais relativamente a outras detenções.

De 9 a 14 — A actividade política nacional ficou assinalada por uma multiplicidade de acontecimentos, visando concretizar os objectivos imediatos do Movimento das Forças Armadas, para assim se dar cumprimento, no prazo previsto, aos principais pontos do programa anunciado pela Junta de Salvação Nacional. Dessa intensa acção, que tem, de resto, caracterizado o movimento político desde que triunfou a revolução militar de 25 de Abril, destacam-se diligências para a constituição do Governo Provisório, a revelar provavelmente no dia 15.

Por escolha da Junta, aliás já conhecida há muito, o general Spínola vai assumir os poderes de Presidente da República, em acto reservado no Palácio de Queluz, julgando-se que logo a seguir convide oficialmente o prof. Adelino da Palma Carlos a constituir o novo Governo, cujo elenco se encontra já organizado, tendo em conta não só insistentes rumores que circularam nos últimos dias como as frequentes reuniões realizadas no Palácio de Belém com elementos da Junta e sendo participantes as figuras mais representativas de opinião política.

De acordo com as informações que têm transpirado — confirmadas pela constante deslocação a Belém dos políticos indigitados —, vão entrar para o Governo os drs. Sá Carneiro, Salgado Zenha, Vieira de Almeida, Mário Soares, Almeida Santos, Magalhães Mota e Raul Rego, o engenheiro Manuel Rocha e o dirigente sindicalista Pacheco Gonçalves. Poderão assumir, respectivamente, as pastas da Administração Local, da Justiça, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, dos Assuntos Interterritoriais, dos Assuntos Sociais, da Informação e do Trabalho. Por outro lado, o prof. Eduardo Correia poderá ser o ministro da Educação e, a conseguir-se uma plataforma muito discutida, o prof. Pereira de Moura encarregar-se-ia do sector económico. Quanto aos futuros secretários de Estado, as versões são muito desencontradas, além de não se conhecerem nomes definitivos.

Entre as últimas deliberações da Junta de Salvação Nacional tornadas públicas, contam-se as propostas de cessar fogo em África (em Moçambique, o general Costa Gomes teve conversações com emissários da FRELIMO) e a passagem à situação de reserva de 42 oficiais-generais — 9 da Armada, 25 do Exército e 8 da Força Aérea. De harmonia com o diploma do general Spínola sobre a demissão desses militares, consideram-se saneados os quadros das Forças Armadas, cuja renovação — anuncia-se — será feita de acordo com leis em estudo e a promulgar oportunamente. Passaram à situação de reserva, na Marinha, os contra-almirantes Lino Paulino Pereira e Henrique Mateus Borges, e os comodoros Magro Lopes, Peixoto Correia, Duarte da Cruz Filipe, João Gomes e Trindade, Mário Santos, Manuel Jacinto Pereira e Fernando Teia dos Santos; no Exército, os generais Kaulza de Arriaga, Oliveira e Sousa, Tristão Carvalhais, Bettencourt Rodrigues, Valente Pires e Abel Hipólito, e os brigadeiros Ramalho Correia, Henriques de Avelar, Evangelista Barreto, António Augusto Carrinho, Sandlim Baptista, José Maria Henriques da Silva, Silva Banazol, Vasco Eira, Rebelo de Andrade, Fernando Lourenço Pereira, Loubet de Carvalho, Gualdino Matos, Pereira Marques, Chagas Lopes, Salvador Pinheiro, Proença Oliveira Cid e Augusto Felgas; e, na Força Aérea, os generais Brás de Oliveira, Henrique Troni e Cunha Cavadas, e os brigadeiros Gil Conde, Osório Mourão, Kol de Carvalho, João Homem Lemos de Meneses e José André da Silva.

OS MAIS DIRECTOS COLABORADORES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Casa Militar do Chefe do Estado ficou assim constituída:

Tenente-coronel João de Almeida Bruno, que a chefiará. Major Soares Monge, capitão-tenente Duarte Costa e capitão Zuquete da Fonseca, ajudantes-de-campo.

Capitão pára-quedista António Ramos, oficial às ordens.

O Gabinete Civil é integrado pelos seguintes elementos:

Tenente-coronel Dias de Lima, como chefe.

Dr. João Nunes Barata

Dr. João Bourbon

Por sua vez, o Gabinete Militar tem a seguinte composição:

Coronel Robin de Andrade, na chefia.

Tenente-coronel Galvão Borges

Major Mota Fernandes

Major Ayala Brito

Capitão-tenente Dias Figueiredo

Como secretário-geral da Presidência da República continua o dr. Luís Pereira Coutinho.

nacional

De assinalar, também, o recente encontro do Presidente e outros membros da J.S.N. com individualidades dos sectores económico e fincanceiro, às quais se dirigiu um apelo no sentido de se incrementar o desenvolvimento nacional, aproveitando as possibilidades existentes e as novas perspectivas que se desenham, com a garantia de que a Junta dará todo o seu apoio para que esse objectivo se concretize.

Numa conferência de Imprensa na S.E.I.T., um porta-voz da J.S.N. desmentiu rumores acerca de provável concentração de elementos da ex-D.G.S. e da extrema-direita em Espanha, que tentariam entrar em Portugal para um golpe, e da autoria do assalto a um banco em Lisboa, que "fora atribuído a elementos da D.G.S./P.I.D.E. e da L.P.". Da Cidade da Praia veio, entretanto, um esclarecimento do Comando-Chefe das Forças Armadas: o dr. Elmano Alves, ex-presidente da comissão executiva da extinta A.N.P., não se encontra preso na ilha do Sal, mas na de São Vicente.

Um plenário da C.D.E. mostrou os caminhos a percorrer por todos os portugueses: a acção e organização. Mais artigos e agrupamentos políticos (em Angola surgiram 22 desde o 25 de Abril): o Partido Trabalhista Português, o Partido Revolucionário do Proletariado, constituído pela conjugação dos militantes das Brigadas Revolucionárias, das Comissões de Trabalhadores Revolucionários e de todos os núcleos que se criaram na luta de massas e de outros sectores: e o Partido Trabalhista Democrático Português, formado por elementos das mais variadas profissões, outros partidos definem programas: o P.P.D. defende a democratização do país em "bases realistas e irreversíveis" na escolha de caminhos equilibrados e justos de uma social-democracia, enquanto o Partido da Democracia Cristã reconhece como legítimo o regime republicano e o princípio de soberania por ele estabelecido e defende a eleição por sufrágio directo de todos os órgãos do poder público.

No Ultramar, aonde o general Costa Gomes fez nova visita, deslocando-se desta feita a Moçambique, regista-se igualmente intenso movimento político, a par de manifestações, algumas das quais suscitaram clima de grande tensão, como o verificado na cidade da Beira, precisamente na altura em que se encontrava ali aquele representante da Junta. Palavras do general Costa Gomes, proferidas na RTP, depois de ter chegado a Lisboa, procedente de Luanda, após uma visita de quatro dias a Moçambique:

"Eu devo muito francamente dizer que a situação militar em Moçambique deteriorou-se bastante desde 1969. Quando deixei Moçambique, havia apenas uma zona de operações activas, no Niassa e no Norte do distrito de Cabo Delgado. Como é do conhecimento geral, hoje, a subversão estende-se aos distritos de Tete, de Vila Pery e da Beira, onde, nesta altura, a situação tende a ser controlada." Interrogado pelo locutor da RTP quanto à reacção, em Moçambique, à política preconizada pelo Movimento das Forças Armadas, Costa Gomes afirmou que ela fora "muito bem recebida por determinados grupos e etnias, e menos bem recebida por outros grupos e outras etnias". Depois de referir o vasto mosaico humano naquele Estado, sublinhou que a "descompressão política" que agora ocorreu originou certas fricções entre, especialmente, os grupos branco e negro. "Aí notou-se, nalguns casos, um recrudescer de recalcamentos, que, se se agravarem, poderão ter algumas consequências". No entanto, acrescentou: "Estou convencido, porém, que este estado é passageiro e que todos os grupos e todas as pessoas com quem tive ocasião de conversar, de dialogar, estão imbuídas de bastante boa vontade para atenuarem os desajustamentos que se deram."

Ao defender as vantagens de uma ligação política Portugal-Moçambique, o general Costa Gomes afirmou: "Tive ocasião de dizer àqueles moçambicanos que defendiam, a mais longo prazo, a independência de Moçambique que para mim, no meu conceito pessoal, entendo que é melhor, mais forte e mais agradável até pertencer a uma nação de 25 milhões do que pertencer a uma nação de 8 milhões e meio. Todos eles concordaram comigo". A respeito das notícias de uma certa tensão na cidade da Beira, falou, de novo, o general Costa Gomes para dizer: "Os acontecimentos foram provocados por uma consultação entre os partidários da GUMO e certos elementos brancos, mas, realmente, não tiveram uma gravidade maior, e, quando cheguei à Beira, realmente vi que havia uma multidão de brancos em frente do palácio do governador, tive um pequeno diálogo com esse grupo, e, passado um tempo relativamente curto, o grupo dispersou em boa ordem."

Em Bissau houve a primeira grande manifestação a favor do P.A.I.G.C., que nos últimos onze anos vem combatendo a soberania portuguesa na Guiné. Por outro lado, milhares de soldados acabam de ser transferidos para o Norte de Angola, com o propósito de se deter uma provável ofensiva de guerrilheiros. Ao mesmo tempo, Rádio Brazzaville incitou a população africana a pegar em armas, para enfrentar a população branca, e a rádio de Luanda afirmou haver indícios de se ter intensificado a compra de catanas, proclamando: "É preciso avisar toda a gente de que querem matar Angola."

Dia 15 — O general António de Spínola, primeiro presidente da III República Portuguesa, assume, por escolha da Junta de Salvação Nacional como mandatário do Movimento das Forças Armadas, aquelas altas funções, competindo-lhe, também, por inerência, a presidência do Conselho de Estado e o comando supremo das Forças Armadas. A posse, em cerimónia restrita, mas revestida de toda a solenidade, decorreu no Palácio de Queluz, perante os membros da referida Junta e na presença do corpo diplomático, do Cardeal-Patriarca, do novo primeiro-ministro e de outras personalidades.

Grande entusiasmo popular, com manifestações que congregaram dezenas de milhar de pessoas — foram muitas as empresas que deixaram de laborar enquanto o funcionário público foi dispensado da parte da tarde —, assinalou a investidura do novo Presidente, vibrantemente aclamado, tanto em Queluz como em Belém e no trajecto entre aquela vila e a Presidência da República. "Os caminhos que o País haverá de trilhar — proclamou o Presidente da República — terão de ser definidos por instituições democráticas verdadeiramente representativas e solidamente implantadas, através das quais todos os cidadãos possam exprimir-se, onde todas as correntes de opinião se façam ouvir e em cujo topo se encontre, em lídima expressão final de soberania, uma câmara legislativa constituída por mandatários incontestáveis do povo português."

Entretanto, é anunciado à noite o Governo Provisório, que, sob a chefia do prof. Adelino da Palma Carlos, integra personalidades das mais diversas correntes de opinião política. O elenco inclui, além do primeiro-ministro, 36 membros, só um dos quais é militar. De assinalar que o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas passa a ter categoria idêntica à de primeiro-ministro e que as funções de titulares das pastas militares são desempenhadas pelos chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, com excepção das de natureza exclusivamente civil, as quais transitaram para o Governo.

O primeiro-ministro poderá gerir os negócios de um ou mais Ministérios, havendo três ministros sem pasta, incumbidos das missões de natureza específica e de funções de coordenação entre Ministérios ou quaisquer outras. O Gabinete tem catorze ministros, dezoito secretários de Estado e quatro subsecretários, enquanto muitos departamentos tomam designação diferente, a corresponder às realidades actuais e aos princípios da nova República. Ao lado do prof. Palma Carlos estão três figuras de grande evidência: o dr. Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, prof. Pereira de Moura, do

O general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, discursa durante a cerimónia de posse do Presidente da República

General António de Spínola: "Os caminhos que o País haverá de trilhar terão de ser definidos por instituições democráticas verdadeiramente representativas e solidamente implantadas."

O Presidente da República confere posse aos membros do Governo Provisório

nacional

Movimento Democrático, e o dr. Sá Carneiro, fundador do Partido Popular Democrático. O ministro da Defesa é o tenente-coronel Mário Miguel, adido militar em Paris, e o dr. Almeida Santos assume a gerência da pasta da Coordenação Interritorial (antigo ministério do Ultramar). Os drs. Magalhães Mota, do P.P.D., e Salgado Zenha, socialista, são ministros, respectivamente, da Administração Interna e da Justiça, e o dr. Vasco Vieira de Almeida, como ministro da Coordenação Económica, é o responsável pelos sectores económico e financeiro. Por outro lado, o dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, fica nos Negócios Estrangeiros; o engenheiro Manuel Rocha, no Equipamento Social e Ambiente; o prof. Eduardo Correia, da Universidade de Coimbra, na Educação e Cultura; o dirigente sindicalista Pacheco Gonçalves, no Trabalho; o dr. Mário Murteira, ligado à SEDES nos Assuntos Sociais; e o jornalista dr. Raul Rego, director do nosso prezado colega "República", como ministro da Comunicação Social.

Os secretários e subsecretários de Estado cujos nomes são já conhecidos foram recrutados, de um modo geral, de entre especialistas e técnicos, predominando representantes de correntes de centro, de tendência social-democrática. Avultam, ali, nomes como os do engenheiro Torres Campos, drs. Emílio Vilar e Nélson Trigo, engenheiro Pedro Nunes, arquitectos Nuno Portas e Gonçalo Ribeiro Teles, engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo e dr. António Galhordas, activo dirigente da Ordem dos Médicos.

As linhas de orientação e actuação do Governo Provisório foram divulgadas, ao mesmo tempo que a sua constituição, no decurso de uma conferência de Imprensa, no Palácio Foz.

Dia 16 — A posse do Governo Provisório, cujos membros prestaram compromisso de honra e tomaram posse, no Palácio de Belém, perante o Presidente da República, constituiu acto do mais relevante significado político e assinalou uma das principais etapas da consolidação da revolução militar de 25 de Abril, cuja vitória levou à implantação da Terceira República. Com essa cerimónia, o Movimento das Forças Armadas, de que é mandatária a Junta de Salvação Nacional, entregou o Poder Executivo ao elenco ministerial precisamente no termo do prazo estabelecido para esse efeito, incumbindo-o de dar cumprimento à obra programada para os vários domínios da vida nacional.

O general António de Spínola conferiu posse ao primeiro-ministro, prof. Adelino da Palma Carlos, e aos 14 ministros e aos 22 secretários e subsecretários de Estado, num acto que teve a presença dos oficiais-generais da Junta de Salvação Nacional, de oficiais da Comissão Coordenadora das Forças Armadas, dos delegados da J. S. N. em ministérios civis e de outras individualidades. Todos os membros do Governo se apresentaram em fato de passeio, sendo, portanto, abolido o trajo escuro.

A cerimónia de empossamento do Governo de coligação, justamente considerado de unidade nacional — e cuja constituição foi recebida com geral agrado pelos portugueses, por reflectir as mais representativas correntes políticas —, decorreu na Sala Luís XV e teve a mais ampla cobertura dos órgãos de Informação, nacionais e estrangeiros. "A democracia — declarou o general António de Spínola nesse acto — não é de modo algum a mera conversão dos oprimidos em opressores, dos usurpados em usurpadores, da prepotência de minorias em prepotências de maiorias. Ela é, acima de tudo, a garantia dos direitos e liberdades individuais, só possível em clima de respeito mútuo, onde não cabem atentados contra pessoas, opiniões, bens e direitos legítimos; atentados que terão de ser rigorosamente reprimidos, venham de onde vierem.

"Sabemos — assinalou, por sua vez, o prof. Palma Carlos — que há muitos clamores para que se exerça justiça, em relação aos que hajam praticado actos que saiam na sua alçada. Mas a justiça, por definição, tem de ser serena e tem de ser imparcial. Não é sobre o ódio que se cria um novo mundo, que todos desejamos. A justiça há-de passar; a justiça, mas não a vindicta privada, que nos faria reverter a um clima a que as Forças Armadas puseram termo. Nisso se empenhará também o Governo Provisório, que nas longas diligências que levaram à sua constituição já se mostrou inteiramente identificado na obtenção destas finalidades e que constitui, com que prazer o digo, dentro da sua heterogeneidade, um corpo que considero exemplar."

Entretanto, poucas horas depois da tomada de posse, seguiu para o Senegal o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que utilizou o avião oficial do Presidente Leopoldo Senghor, para o efeito posto à sua disposição, enquanto uma delegação de seis antigos presos políticos moçambicanos chegaram a Dar Es-Salam, para conversações com dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) sobre propostas de paz feitas pela Junta de Salvação Nacional.

Regressa a Lisboa, após 47 anos de exílio, o grande republicano e socialista, capitão Sarmento Pimentel, revolucionário de 5 de Outubro de 1910, por duas vezes condecorado com a Torre e Espada, e um dos fundadores da "Seara Nova". "Quero afirmar a todos os portugueses que estou feliz e contente por ter sido reimplantada a República. E também porque vamos ter democracia, paz, liberdade e justiça. E essa liberdade é a garantia de que a República poderá exercer a sua alta missão nacional, com a colaboração de todos nós. Porque eu já estou velho, é aos novos que compete agora governar e conduzir Portugal para os seus verdadeiros destinos — destinos gloriosos que sempre teve, excepto nos últimos 50 anos, período que comparo ao da dominação dos Filipes."

Inicia-se, entretanto, a publicação ilegal do "Avante!", órgão central do Partido Comunista Português, até então feito em rigorosa clandestinidade, distribuído aos seus militantes e a muitos sectores da população, embora sem uma ampla cobertura, dados os riscos extremos em que incorriam, ante a repressão da política fascista, aqueles que heroicamente o escreviam, imprimiam e difundiam. Do seu editorial intitulado "O "Avante!" legal!" reproduz-se esta passagem: "Este é o primeiro "Avante!" legal. Este é o primeiro órgão de Imprensa do Partido Comunista Português publicado legalmente depois do golpe fascista de 1926. A mudança radical operada na vida política portuguesa depois do 25 de Abril tem na publicação legal do "Avante!" um testemunho flagrante. Ele assinala a vitória das forças democráticas sobre o fascismo e ficará como o melhor símbolo da conquista pelo povo português da liberdade de expressão de pensamento, da liberdade de Imprensa, designadamente".

Dia 17 — Avultaram como acontecimentos mais salientes o primeiro Conselho de Ministros do Governo Provisório e o histórico encontro em Dacar, entre o dr. Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros e Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C. Reunido sob a presidência do prof. Palma Carlos, o conselho ocupou-se, como à noite anunciou o ministro da Comunicação Social, dr. Raul Rego, de diversos assuntos respeitantes à instalação eficiente da nova fase da Administração. Além de ter decidido que o ministro da Coordenação Interterritorial se deslocasse a Angola e Moçambique, para tomar contacto com a opinião desses territórios, estudou ainda a forma de efectivar, de maneira equitativa, a parte do programa do Movimento das Forças Armadas no que respeita à nacionalização dos bancos emissores, e apreciou a situação das autarquias locais, aprovando, ainda, a orientação de acordo com a qual, depois de ouvidos os movimentos políticos e outras correntes, serão progressiva e rapidamente efectuadas as substituições de órgãos julgadas necessárias.

O Conselho de Ministros analisou medidas a tomar pelo Ministério da Educação e Cultura com vista a

institucionalizar formas democráticas de administração das escolas, a partir de propostas já surgidas nos meios académicos; abordou problemas de ordem económica e social, tendo o ministro do Trabalho manifestado a intenção de se avistar com representantes das organizações sindicais, a fim de auscultar as suas reivindicações, para que melhor possam ser determinadas as medidas governamentais a tomar com urgência; e resolveu iniciar, com a possível brevidade, o saneamento da Administração Pública e da situação dos administradores por parte do Estado e dos delegados do Governo junto de concessionários de serviços públicos e de empresas com participação de capital do Estado.

Comparecendo na parte final da reunião, o ministro dos Negócios Estrangeiros fez pormenorizado relato da sua viagem a Dacar, a qual, feita por sugestão do presidente Senghor, permitiu àquele membro do Governo encontrar-se com Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C. o Conselho congratulou-se com a cordialidade em que decorreu o encontro, o qual abre a via do diálogo e da paz, e com as conversações que, visando o estabelecimento do cessar-fogo na Guiné, prosseguirão em Londres, no dia 25. "Este facto — assinalava o comunicado — insere-se na nova orientação de procurar soluções políticas para os problemas africanos, tal como foi definida no programa do Movimento das Forças Armadas e no programa do Governo Provisório e constitui um primeiro e promissor passo para o êxito dessa política."

A conferência de Imprensa dada pelo secretário-geral do P.C.P., Álvaro Cunhal, ministro sem pasta do Governo Provisório, dominou igualmente os acontecimentos do dia. Com grande rigor e objectividade, aludiu, nomeadamente, ao Movimento de 25 de Abril, a consolidação das liberdades democráticas, à guerra colonial, à aliança das massas trabalhadoras com as Forças Armadas, à política de unidade a seguir pelo Governo Provisório, e ao facto de Portugal ser o único país da Europa Ocidental com comunistas no Governo. Uma das afirmações mais importantes visou a actividade dos grupos da "ultra esquerda" que suscitou ao secretário-geral do P.C.P. estas considerações: "Esses grupos tomam como alvo fundamental o P.C.P.: num momento em que, todos nós, todo o nosso povo, defrontamos um inimigo fundamental. Temos de concentrar esforços na luta contra esse inimigo. Sendo assim, pensamos que a luta desses grupos contra o P.C.P. não corresponde ao interesse do nosso povo e do nosso País e que as suas formas de acção e os seus "slogans" não favorecem o processo de democratização do nosso país. Pelo contrário, abrem possibilidades reais à reacção e à contra-revolução."

Dia 18 — O primeiro-ministro do Governo Provisório e a quase totalidade dos ministros, secretários e subsecretários de Estado compareceram nos seus gabinetes, ocupados na solução de problemas relacionados com o prosseguimento dos seus contactos com funcionários ao mais alto nível, no sentido de se manter a coordenação entre os diversos serviços e, assim, dar-se continuidade, embora à nova luz, ao cumprimento das tarefas de rotina da administração pública, sem esquecer, simultaneamente, os propósitos de reestruturação a concretizar com a urgência requerida pelos novos caminhos que se estão a trilhar.

Noutro plano, desertores e refractários, numa tentativa de encontrarem pontos comuns para serem apresentados às autoridades militares, acordaram que sejam dadas ordens aos consulados portugueses espalhados pelo mundo que passem passaportes normais a todos os que estiverem nessas condições; que a amnistia seja efectiva; livre circulação, no prazo de um ano, dentro e fora do País, sem que sejam obrigados a se apresentarem nos quartéis; e direito ao objector de consciência política. Na mesma reunião, foi ainda decidido que os desertores e refractários devem recusar-se a embarcar para as colónias e que, enquanto as suas reivindicações não forem aceites, não se apresentem nos quartéis.

Entretanto, em Angola foram suspensas algumas missões militares para facilitar a apresentação dos guerrilheiros, enquanto em Moçambique prosseguem as greves e mais 440 presos políticos são, ali, libertados. Em Brazaville, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (M.P.L.A.) pediu aos soldados portugueses estacionados em Angola para deporem as armas. O apelo, lançado pela comissão executiva do M.P.L.A. através da Rádio Congolesa, dizia que os soldados cumpririam melhor o seu dever deixando de derramar o sangue precioso de portugueses e angolanos.

Um aspecto da homenagem à memória de Catarina Eufémia, em Baleizão

Dia 19 — Vinte anos depois da sua morte, Catarina Eufémia foi recordada na sua terra, Baleizão, por iniciativa do P.C.P. Camponesa de 26 anos, há 2 militante activa do Partido Comunista, intervém contra um grupo de fura-greve para enfrentar as balas das chamadas forças da ordem. "Morreu como deve saber morrer um membro do Partido Comunista — diria, na manhã de domingo, Álvaro Cunhal —, à cabeça das massas, conduzindo uma luta de classes." A memória trágica do acontecimento transformou-se em festa, em cravos rubros, em todas as lapelas, em confraternização popular, numa edificante maratona de civismo. A trasladação das ossadas de Quintos para Baleizão foi um acto profundamente emotivo e inegavelmente das mais impressionantes manifestações de quantas assinalaram a jornada consagrada à memória da camponesa de Baleizão.

Foi longa a cerimónia da recolha das ossadas, logo colocadas num pequeno esquife e transportadas para Baleizão. Antes de chegar ao cemitério da aldeia, entre a bandeira portuguesa e a do povo, representada pelas cores rubras do Partido Comunista, os restos de Catarina Eufémia repousaram, ainda, por momentos, no local onde havia sido morta, junto da capela (há longos anos desafecta ao culto) da Herdade do Olival.

Para o Partido Comunista Português, a homenagem nacional a Catarina Eufémia constitui a primeira grande prova de força e o mais que se poderá dizer é que o resultado foi francamente positivo, apesar de pequenos incidentes, sem significado, em

relação à jovem esquerda radical que procurou, com resultados negativos, tornar sua a figura da camponesa alentejana, dar uma linha especial à manifestação.

Além das homenagens a Catarina Eufémia que se ampliaram a outras terras do País, regista-se a partida para o Ultramar do dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial e a realização de comícios de organizações de esquerda, enquanto os funcionários públicos e outros sectores de actividade procuram definir as linhas de rumo da sua inserção no movimento por um sindicalismo livre. Declarações de líderes africanos em entrevistas e outros contactos chegam a Lisboa, através das agências noticiosas. Assim, falando à Rádio Tanzânia, o presidente da Frelimo, Samora Machel, declarou que "a independência de Moçambique não é negociável. Só é negociável o mecanismo que leve a essa independência"; em Kinshasa, a Frente Nacional de Libertação de Angola, chefiada por Holden Roberto, num comunicado distribuído à Imprensa, "constata com interesse os esforços despendidos pela nova equipa governamental portuguesa quanto à emancipação das colónias de África"; em Yaunde, a vigésima terceira sessão do Comité de Libertação da O.U.A. terminou com um apelo a Portugal no sentido de conceder a independência aos seus territórios africanos e um aviso à África do Sul indicando que já não poderá deter o avanço da História; em Salisbúria, Allan Savory, dirigente do Partido Rodesiano Moderado na oposição, considerou a probabilidade de Moçambique vir a dispor de um Governo negro dentro de seis meses, englobando membros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

De anotar ainda uma entrevista dada à TVE pelo primeiro-ministro Palma Carlos: "Creio que a política de boas relações com a Espanha não será alterada. Mais do que a política, há-de influir a atitude dos povos: somos irmãos, somos amigos e há entre nós laços de cultura e de amizade que é absolutamente necessário preservar." E, na mesma entrevista: "Estou convencido de que o Pacto Ibérico continuará em vigor, ainda que, eventualmente no futuro possa ser revisto em algumas das cláusulas ou pormenores. A fidelidade de Portugal na sua amizade com a Espanha, o desejo de manter inalteráveis as boas relações, estão profunda e sinceramente radicadas no espírito do Presidente da República e do Governo."

Expirado o prazo de apresentação voluntária dos elementos da ex-PIDE-D.G.S., que ainda andavam à solta, os jornais publicam as suas fotos e respectivas identificações. De uma lista de 29 ex-agentes, faltava capturar 17 na noite de domingo. Dos 17 pides em fuga, 3 são muito conhecidos pelas suas altas responsabilidades criminais: o subdirector-geral Agostinho Barbieri Cardoso, o director de serviço José Manuel da Cunha Passo e o inspector António Rosa Casaco. Os restantes são: Manuel Joaquim Lopes Valente, Rosado Ventura Samarra, Valdemiro Ribeiro, Manuel Ferreira Borges, José Maria Moreira da Costa, Sebastião Queirós, Benigno Pinheiro, Mário Duarte Ventura, José Jesus Roxo, Beça de Almeida, Fernando Bento Pereira, António Almeida Salgado, Fernando Valdemar do Canto e Silva e Virgílio Sales de Almeida Lopes. ■

F. A.

A CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO

"Governo sem partidos, porque é de todos os partidos, sem tendências, porque nele cabem todas as tendências", como o classificou o general Spínola no discurso proferido quando da sua tomada de posse do cargo de Presidente da República, o actual Governo Provisório integra representantes de, praticamente, todas as correntes de opinião que nunca deixaram de existir e de se opor ao fascismo em Portugal, apesar de todas as limitações impostas à livre expressão do pensamento e da repressão de que sempre foram vítimas.

Três partidos se destacam, no entanto, na composição do Governo Provisório que durante um ano irá gerir os assuntos públicos portugueses após 48 anos de ditadura: o Comunista, o Socialista e o recentemente criado Popular Democrático, este último englobando grande parte dos membros da chamada "ala liberal" eleitos, em 1969, como deputados à Assembleia Nacional e que, embora integrando a lista única apresentada pela extinta A.,N. P., nunca com esta se identificaram. Outras correntes representadas no novo elenco ministerial são a monárquica (da Convergência), e de determinado sector dos católicos, e a SEDES.

De carácter transitório (a sua duração está prevista para um ano), o novo Governo, que não irá "proceder a grandes reformas de fundo, nem a alterações que afectem o foro íntimo da consciência dos portugueses, em particular das suas convicções morais e religiosas" (Programa do Governo Provisório), é constituído por 12 ministros, 18 secretários de Estado e 4 subsecretários e terá por função assegurar o cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas.

O NOVO ELENCO GOVERNAMENTAL

ADELINO DA PALMA CARLOS (primeiro-ministro) — Professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e advogado, nascido em Faro em 1905. Um dos fundadores da Liga da Mocidade Republicana, em 1923.

Doutorado em Ciências Histórico-Jurídicas em 1935, concorreu, no ano seguinte, a uma vaga de professor na sua Faculdade, mas, declarado incurso na Lei de Defesa do Estado, então publicada, foi demitido do cargo que exercia no Instituto de Criminologia, não chegando a prestar provas para o magistério.

Dedicou-se então à advocacia, tendo intervindo em alguns dos mais importantes processos pleiteados nos tribunais portugueses. Eleito vogal do conselho-geral da Ordem dos Advogados em 1945, foi designado seu vice-presidente em 1948, exerceu as funções de bastonário de 1951 a 1956.

Em 1951, a convite do Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Lisboa, passou a ocupar o lugar de professor de Direito Processual Civil e Pratica Extrajudiciária.

ÁLVARO CUNHAL (ministro sem pasta) — Secretário-Geral do Partido Comunista Português desde 1961. Natural de Seia, onde nasceu há 60 anos, é licenciado em Direito, pela Universidade de Lisboa. Ingressou no P.C.P. em 1931, com 17 anos, tendo desenvolvido desde então intensa actividade partidária. Dirigiu a reorganização da Federação das Juventudes Comunistas na região de Lisboa e na margem sul. Em 1935, foi eleito secretário-geral da F. J. C., participando nesse mesmo ano num congresso em Moscovo. Preso por três vezes, a primeira das quais em 1937, passou 14 anos encarcerado e foi várias vezes sujeito a torturas. Em 1960 evadiu-se com outros destacados militantes da prisão-fortaleza de Peniche, indo residir em Moscovo e, mais tarde, em Praga, de onde regressou a Portugal após o 25 de Abril.

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA (ministro sem pasta) — Membro do Movimento Democrático Português, nasceu em Lisboa há 49 anos. Professor catedrático do Instituto Superior de Economia, foi demitido das suas funções por decisão do Conselho de Ministros por ter participado no "caso da Capela do Rato". Candidato a deputado pela Comissão Democrática Eleitoral (C.D.E.) de Lisboa, em 1969.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO (ministro sem pasta) — Advogado e co-fundador do Partido Popular Democrático, nasceu no Porto, em 1933. Foi director da "Revista

(Continua na pág. 43)

sonarte TOT-6/74

uma família completa, o pai, a mãe os filhos e o CORONA 1800

O TOYOTA CORONA, na sua nova versão 1800 c.c., é um autêntico familiar. Faz parte da família. Transporta-a com comodidade e segurança. Vai a qualquer parte ... e regressa. É belo, dinâmico, fácil de conduzir. Sobe com facilidade, roda bem. Tem classe. Merece entrar para a sua família.

TOYOTA
veio para ficar
E FICOU MESMO

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: SALVADOR CAETANO, S.A.R.L. CONCESSIONÁRIOS EM TODO O PAÍS COM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PEÇAS

Os "liberais" e o Partido Popular Democrático

MAGALHÃES MOTA:

"MANUTENÇÃO DURADOURA DA DEMOCRACIA CONQUISTADA"

entrevista conduzida por FERNANDO ANTUNES

A história próxima da vida parlamentar portuguesa não cometerá a injustiça de iludir realidades e muito menos de obliterar os factos. Quem não se recorda do Verão de 1971, da "ala liberal" e das posições por ela assumidas que ainda na via ilusória de uma certa **abertura** marcelista animaram um período em todo o caso fecundo da vida portuguesa? Fecundo porque desmistificador dos propósitos dos que, em oposição a uma minoria que tanto os incomodava e abalava, se apostaram em enganar o povo e participar na farsa parlamentarista. Um Verão que se presumia longo e fatigante e que se desejaria eficaz e construtivo mostrou, afinal, a verdadeira face dos mistificadores — a pressão de uma minoria desmobilizante que deitou por terra todas as propostas de uma saudável dinamização da vida nacional.

A **renovação na continuidade** não era mais afinal do que a estagnação ou a permanência de fórmulas ancilosadas, o reiterar dos processos salazarentos que se apresentavam com nova rotulagem. E isso demonstrou-o, por exemplo, o ilogismo processual que impediu a admissão do projecto de Sá Carneiro — o projecto 6-X sobre a revisão constitucional —, demonstrou-o, eloquentemente, todo um expediente parlamentar que sistematicamente anulou iniciativas e abateu projectos de um grupo de deputados, cujas intervenções pela exemplar isenção e coragem reveladas conquistaram o apreço e a admiração dos que mais de perto acompanharam a evolução dos trabalhos da décima legislatura da Assembleia Nacional.

O Verão parlamentar foi afinal o Verão do desencanto, o prenunciar de uma queda que se adivinhava inevitável, mas não tão próxima, o completo ruir de uma falsa ideia de **renovação** que servira para engodar o povo, para o trazer atrelado a um despótico mas não menos insinuante enlear de desafios adiados, de promessas vãs melifluamente transmitidas. Mas nem todos estavam desatentos e, enquanto foi possível, os jornais foram falando das intervenções do grupo da "ala liberal", do realismo crítico e da politicidade das vozes que se abriam em saudável atrevimento a escandalizar os agentes da dócil e passiva maioria parlamentar — uma maioria, salvo algumas posições de certo equilíbrio e lucidez, feita de assentimento e reverência, de acomodação voluntária a fórmulas que se pretendiam impostas e não discutidas.

VOZES QUE O PAÍS ESCUTOU

Foi então que os *liberais* se ergueram e as suas vozes ecoaram por todo o País, numa saudável ressonância que arrancaria expressões de admiração e de imediata aderência. Estava feita a denúncia de toda uma falsa **abertura** do consulado marcelista. Uma dessas vozes foi a do deputado Magalhães Mota, como outros do mesmo grupo, subscritor do projecto de lei 6-X: "O que me desgosta são as "portas falsas", as fugas cómodas aos problemas incómodos, os ideais de rejeição na generalidade para evitar a discussão dos problemas, o "olímpico" desdém ou agressividade das costas quentes (...), o enredar-se em palavras disso acusando. (...) Se queremos usar o povo como fonte de poéticas invocações ou moldura mais ou menos cenográfica dos acontecimentos, o caminho será um; se aceitamos e queremos uma Pátria de todos, não madrasta de alguns, em que todos temos lugar com a mesma dignidade de pessoas, com a mesma virtual comparticipação no traçar do destino comum (...) outro será esse caminho." Mas a Pátria não era de todos, mas só de alguns, assim o queriam fazer crer os que procuravam abafar a voz da razão, e os caminhos que se trilhavam iriam conduzir ao caos, ao apodrecimento, ao cair por si. Magalhães Mota ainda advertiria ao apreciar a revisão constitucional: "Uma sociedade só se constrói construindo em conjunto o seu futuro. As tácticas tortuosas e as habilidades de vistas curtas voltam-se sempre contra os seus autores." E no discurso de despedida, na sessão de 30 de Abril do ano passado: "Não basta apresentar contas. Nem sequer o apresentá-las todas e com clareza. Como ainda não aconteceu com as de 1971. É urgente e necessário dar a palavra. A todos. Só assim haverá desenvolvimento e a "participação" será, mais que "slogan", realidade. Este voto deixo ao abandonar a tribuna a que subi pela última vez."

MOTA MAGALHÃES

Carneiro que particularmente se distinguiu quando não hesitou em denunciar o compromisso da vida política portuguesa assente no jogo das minorias, muito longe, portanto, da participação política total e ainda do processo pelo qual, anunciando-se ao País as vias da "liberalização", se começava por impedir a discussão de projectos da iniciativa dos deputados. "Porque — disse então —, as opiniões dos deputados subscritores dos projectos são as de muitos e muitos portugueses, que neles encontraram a sua voz e que se querem representados, e não "abafados", na Assembleia Nacional. Porque os problemas — e alguns são, certamente, profundamente sérios e importantes — são para serem enfrentados e resolvidos, e não escamoteados com expedientes." À distância de um ano, e em relação ao encerramento da legislatura, a vida política portuguesa conhece extraordinária movimentação com a proliferação de partidos e correntes políticas. Os "liberais" acompanham esse movimento, congregando-se, em partido — o P. P. D. — de orientação centro-esquerda.

Um ano volvido é o Movimento de 25 de Abril, uma jornada memorável de libertação em que se rompem trevas e se sente finalmente o auscultar de um povo que não se mostra tão apagado nem tão indiferente como o julgavam — um povo que recusa ser utilizado como "fonte de poéticas invocações ou moldura mais ou menos cenográfica dos acontecimentos". Magalhães Mota, um dos intérpretes na X Legislatiura de uma corrente extremamente significativa, irá retomar agora a luta que interrompera, não já no Parlamento mas ao serviço do partido que constituiu com outros liberais — o Partido Popular Democrático. Consciência do papel que os "liberais" desempenharam na vida portuguesa reflectido no Movimento de 25 de Abril?

DR. MAGALHÃES MOTA — Quando me despedi da Assembleia Nacional, não pensava que num prazo tão curto fosse possível uma modificação do regime. Pensava, sim, que a sua queda seria inevitável, uma vez que estava feita a demonstração da impossibilidade de uma modificação. Mas nunca admitia que fosse tão rápida e decorresse do modo como se desencadeou. Por outro lado, poderá parecer um aproveitar do momento, mas a verdade é que penso que a influência da "ala liberal" existiu e por vários motivos. Em primeiro lugar, o facto de ter aparecido, na Assembleia Nacional, no decorrer da X Legislatura, um conjunto de deputados preocupado com a demonstração da necessidade de profundas reformas e a mistificação do modo pelo qual tais reformas não se concretizavam teve um impacto importante no País. Em segundo lugar, as atitudes públicas assumidas por eesses deputados exerceram realmente uma função expressivamente relevante como chamada de atenção para problemas políticos e sociais de primeira grandeza. Depois, as pessoas têm apontado a coincidência encontrada entre as ideias que defendemos no Parlamento e o programa tornado público pelo Movimento das Forças Armadas. E, por fim, e como razão porventura ainda mais importante do que as citadas, não só a experiência parlamentar como muitas outras na mesma linha — penso concretamente no que se passou ao nível da Secretaria de Estado da Indústria com a Lei de Fomento Industrial —, demonstraram a impossibilidade de uma reforma por dentro do regime existente. E revelaram a impossibilidade, até, de uma reforma materializada por outras vias que não através de um golpe militar. A consciência de que assim era e que a nossa experiência e de outros terá demonstrado terá, também, contribuído de certo modo para consciencializar a necessidade do Movimento de 25 de Abril.

A INFLUÊNCIA DA "ALA LIBERAL"

FERNANDO ANTUNES — Foram várias as intervenções do dr. Magalhães Mota, na Assembleia Nacional. Assim, e sem que tal esquematização obedeça a uma ordem cronológica, lembramo-nos das intervenções sobre a Lei do Ordenamento do Território, acerca da Lei de Imprensa, do Fomento Industrial, o aviso prévio sobre os meios de comunicação, a Lei de Meios e as Contas Públicas (a sua última intervenção). Mas foi na apreciação da revisão constitucional como subscritor do projecto 6-X de Sá Carneiro que particularmente se distinguiu quando não hesitou em denunciar o compromisso da vida política portuguesa assente no jogo das minorias, muito longe, portanto, da participação política total e ainda do processo pelo qual, anunciando-se ao País as vias da "liberalização", se começava por impedir a discussão de projectos da iniciativa dos deputados. "Porque — disse então —, as opiniões dos deputados subscritores dos projectos são as de muitos e muitos portugueses, que neles encontraram a sua voz e que se querem representados, e não "abafados", na Assembleia Nacional. Porque os problemas — e alguns são, certamente, profundamente sérios e importantes — são para serem enfrentados e resolvidos, e não escamoteados com expedientes." À distância de um ano, e em relação ao encerramento da legislatura, a vida política portuguesa conhece extraordinária movimentação com a proliferação de partidos e correntes políticas. Os "liberais" acompanham esse movimento, congregando-se, em partido — o P. P. D. — de orientação centro-esquerda.

M. M. — No fundo, o que pareceu particularmente significativo e importante na nossa experiência, na Assembleia Nacional, foi sentirmos que o que se passava no Parlamento não correspondia às realidades do País. Enquanto ali dentro formávamos uma minoria sistematicamente vencida, os apoios, as palavras de incitamento e de adesão recebidas demonstravam que estávamos no caminho certo. Ganhámos assim um certo sentimento de responsabilidade perante aqueles que nos apoiavam.

Logo após o Movimento de 25 de Abril e especialmente depois da entrevista dada à televisão pelo dr. Sá Carneiro, esse movimento de adesão e de entusiasmo ampliou-se extraordinariamente. E daí que tivéssemos assumido o encargo de dar corpo e expressão a essas aspirações, mas não através de um partido de personalidades. O próprio nome do partido, estatutos e programa de acção serão oportunamente definidos em congresso de todos os aderentes, que de momento disporão apenas de linhas gerais de orientação a difundir rapidamente. Contém-se nessas linhas gerais, com efeito, uma ideia de social-democracia como base da nossa acção.

CORRECÇÃO DE DESIGUALDADES

F. A. — Como foi afirmado por um dos seus promotores, o P. P. D. afirma-se, com efeito, de orientação centro-esquerda e predominantemente de raiz social-democrata europeia. Havendo já um Partido Socialista que se rege pelas traves mestras da social-democracia, como

entrevista

justificar o aparecimento de um partido que também se diz social-democrata?

M. M. — Concretamente, devo recordá-lo, um dos elementos mais destacados do Partido Socialista, o dr. Mário Soares, já afirmou várias vezes que o seu partido não é social-democrata. Lembro, ainda, em relação a uma entrevista publicada pela "República", em 1971, que o dr. Francisco Sá Carneiro tinha explicado aderir a uma social-democracia. Numa entrevista feita, posteriormente, com o dr. Mário Soares, houve quem perguntasse ao secretário-geral do Partido Socialista que diferenças se assinalavam entre as duas posições, uma vez que o dr. Sá Carneiro se afirmava social-democrata. Foi respondido que se tratava de um equívoco, pois o dr. Mário Soares não se filiava na social-democracia, mas se definia unicamente como socialista. Efectivamente, nós pensamos numa social-democracia e não no socialismo.

No fundo, o que a evolução do mundo tem demonstrado é que as pessoas são particularmente sensíveis a dois valores: liberdade e aspiração à correcção das situações de desigualdade. Pensámos que no momento actual da vida portuguesa nos é possível conciliar estes dois valores, exigindo e colaborando na manutenção duradoura de uma situação democrática em que seja possível a manifestação de todas as correntes. Por outro lado, exigindo e colaborando igualmente na correcção acelerada dos desequilíbrios e desigualdades que, em especial, nos sectores económicos e sociais, prevalecem na sociedade portuguesa. Isso implica, nomeadamente, a subordinação de todos os interesses privados ao interesse público.

"RECUSAMOS A CONFESSIONALIDADE DO PARTIDO"

F. A. — Num documento já divulgado acentuou-se que o Partido Popular Democrático nada tem a ver com o também recém-constituído Partido Cristão Social-Democrata, onde se deu entretanto uma cisão com o aparecimento do Partido da Democracia Cristã. Como ponto de ordem foi afirmado que o Popular Democrático divergia do primeiro em princípios e pontos programáticos essenciais. Quais são esses pontos divergentes?

M. M. — Divido a minha resposta em duas partes. Na primeira, recordo o que disse na conferência proferida, em Março deste ano, em Leiria, numa sessão da Liga Universitária Católica, em que falei de "O pluralismo político na Pacem in Terris":

"Seria fugir a uma questão essencial, se não considerássemos a possibilidade de fundamentar, em termos religiosos, uma visão unificante do mundo. Ou, por outras palavras, não será contrário à própria ideia dum Evangelho universal e consequentemente uma heresia o falar-se em pluralismo?

Penso estar neste tipo de falsa questão um bom exemplo daquele "terrorismo simplista" em que a nossa vida política é pródiga. Tenho para mim, aliás, que não é por acaso que normalmente coincidem o integrismo religioso e o direitismo extremo na política.

Não penso, não consigo pensar, que a Revelação possa ter tornado inútil a longa e difícil aventura do pensamento. Não penso que os homens — os cristãos como os outros — estejam dispensados de lançar mão de todos os seus talentos para compreenderem e dominarem o mundo em que vivem.

Mais ainda: na ordem do agir, porque nos foi claramente dito podermos apressar segunda vinda de Cristo, não parece que a percepção de finalidade última informe directamente as muitas e pequeninas opções do dia-a-dia. Pelo contrário, o que isto mesmo impõe é o confrontar incessante das opções humanas com as exigências do Evangelho.

Quer dizer que a liberdade e individualidade se manifestam nesta autonomia: por isso mesmo, vamos assistindo nos cristãos a opções culturais e políticas (por exemplo) diferentes.

A isto se acrescenta que a fé não pode ser imposta. Negar a liberdade das consciências ou imaginar que estruturas sociológicas "cristãs" bastam para manter a fé... é ignorar que há vias de salvação que não são apenas a fé explícita e que o Reino só no fim dos tempos será plenamente realizado é evidente. Não parece, portanto — e eu direi: Graças a Deus! —, que possamos iludir o pluralismo."

Posto isto, anunciaria desde já um dos pontos divergentes do partido que referiu — uma posição assumida à partida e que será fundamental, pelo menos para muitos de nós. É com efeito verdade que acreditamos no pluralismo e consequentemente na possibilidade de as pessoas se manifestarem livremente. Pensamos, ainda, que o pluralismo não é contraditório — antes pelo contrário — com a existência de uma fé. O que recusamos, precisamente em nome desse pluralismo, é a confessionalidade do partido. E, portanto, não aceitamos que qualquer partido venha invocar uma crença religiosa como constituindo um factor de adesão que consideramos inteiramente deslocado. Aí está uma razão substancial e logo de entrada, pois parece-nos que a simples invocação de um princípio como esse impede um verdadeiro pluralismo que é nosso desejo para a sociedade portuguesa.

SAUDÁVEL PULVERIZAÇÃO DE CORRENTES

F. A. — Já se afirmou que o P. P. D. pretende ser intérprete, se não da ideologia do Movimento, pelo menos das suas principais linhas ideológicas. Radicará a designação de popular no reflexo de uma corrente que no País deseja uma democracia pluralista como também já se afirmou a respeito da criação do P. P. D.?

M. M. — Em relação ao Movimento, a nossa adesão aos princípios proclamados no Programa das Forças Armadas foi definida muito claramente. Quanto à raiz popular, pensamos que é um programa deste género que corresponde às aspirações mais profundas e às necessidades reais do povo português. A designação de popular é aquela que ensaiamos nesta fase de promoção, competindo, posteriormente, aos associados definirem, entre outras regras estatutárias, o nome do agrupamento partidário.

Julgo que não se poderá propriamente afirmar que o partido surge como reflexo da pressão de uma corrente determinada. Mas é exacto, sem dúvida, que muitas pessoas se nos tenham dirigido a manifestar o firme propósito de enfileirar nessa expressão de pluralismo que justamente defendemos. E, repito, é pelo pluralismo, como condição de uma democracia, que nos batemos.

F. A. — A pulverização de grupos e partidos já foi interpretada até por elementos particularmente responsáveis como factor limitativo de uma efectiva concretização do ideário democrático. Entende que esse fenómeno constitui risco inevitável ou antes representa factor positivo na actual conjuntura?

M. M. — É um acto saudável que neste momento se manifestem tantas correntes políticas como aquelas que estão a surgir. Isso, aliás, corresponde a uma necessidade natural das pessoas que, durante tanto tempo privadas de liberdade e sem conseguirem manifestar opiniões políticas, experimentem agora uma necessidade muito nítida de se afirmarem. Penso, por outro lado, que tal fenómeno corresponderá a uma fase transitória e que se verificará a breve trecho que muitas dessas correntes ou não têm significado, em termos de apoio populacional, ou as suas divergências reais em relação a outras correntes de opinião se mostrarão tão ligeiras que efectivamente não se justificará a sua manutenção autónoma.

Deste modo, quer por esta evolução, em meu entender, natural quer por pensar que uma lei eleitoral e a própria manifestação das forças eleitorais contribuirão necessariamente para reduzir o leque de participações a um leque viável — e com verdadeira tradução realística —, confesso que não sou sensível a pretensos aspectos negativos que esta pulverização, na fase presente, possa suscitar.

Alguns exigem o melhor

Outros precisam do melhor

O fotógrafo profissional e o amador exigente têm, pelo menos, uma coisa em comum.
A máquina fotográfica HASSELBLAD. Escolhida por ambos pelas suas qualidades profissionais. Pela versatilidade do sistema, com carregadores e objectivas intermutáveis. Pela vasta gama de acessórios funcionais. Pela sua segurança e perfeição técnica.
A HASSELBLAD destina-se aos fotógrafos que exigem ou precisam do melhor.
Existem três modelos: a 500 C/M, a 500 EL/M (com avanço motorizado) e a SWC (super grande angular). Objectivas desde 30 até 500 mm. Carregadores para filme com 12, 16, 24, 70 ou 500 exposições.
À venda nas casas especializadas em fotografia.
Teremos muito prazer em remeter-lhe informações completas sobre o sistema HASSELBLAD (6×6 cm).
Escreva-nos indicando nome, morada e referência: HV

Representada pela KODAK PORTUGUESA, LIMITED - Apartado 2554 / Linda-a-Velha

entrevista

SANEAMENTO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

F. A. — Numa das duas intervenções com que assinalou a sua participação no debate, na generalidade, da revisão constitucional, no Verão de 1971, colocou o dr. Magalhães Mota no centro das suas preocupações aquilo que designou por "a passagem de uma sociedade em que a maior parte dos cidadãos vive em situação de marginalidade política para uma sociedade aberta e participada". O projecto 6-X que subscreveu e que a Câmara recusou por um expediente da mesa que então justificou até uma das "conversas em família" do ex-chefe do Governo, conferia possiblidades a essa evolução através do processo de eleição do Chefe do Estado feita por sufrágio directo dos cidadãos eleitores e não por um colégio como até há pouco se verificava. "Pelo sufrágio directo e universal, toda a Nação é participante. A escolha é de todos, e não de alguns. E não basta dizer-se que a Nação elege. É preciso que a Nação sinta que assim é: "Para que toda a Nação pudesse participar na condução dos seus destinos, sugeriu então o dr. Magalhães Mota o aumento dos poderes da Assembleia, a igualdade autêntica dos cidadãos perante a lei e a sua condição de homens livres e o direito à informação como condição de participação. A sua experiência parlamentar é assim o melhor aval dos problemas que se põem de imediato à sociedade portuguesa.

M. M. — A curto prazo, enunciaria quatro ordens de grandes problemas: saneamento da situação política e económica existente; democratização como exigência do lançamento de um processo que permita uma liberdade e vivência duradouras da democracia conquistada; um terceiro ponto é o problema do Ultramar com incidência fundamental a curto prazo no contexto da política nacional; e, finalmente, a resolução eficaz e rápida de problemas económicos sérios que se põem neste momento à sociedade portuguesa, nomeadamente o fenômeno inflacionário a exigir uma resposta pronta e imediata.

De resto entre a vida económica e a política há uma perfeita identidade. Se politicamente existiram cidadãos privilegiados com a voz e o acesso, o mesmo tem acontecido em relação ao sector económico em que os interesses privados se sobrepõem ao colectivo. A economia deve ser posta ao serviço dos homens. Os seus problemas não podem ser tratados ao nível da produção, mas ao da alimentação, da habitação, do ensino e da segurança social.

Com etapas fundamentais do processo de democratização, considero particularmente necessário e a muito curto prazo a modificação da lei eleitoral e a substituição de recenseamento vigente por um recenseamento sério. Na modificação da lei eleitoral assume carácter prioritário a atribuição de capacidade de voto aos maiores de 18 anos e aos emigrantes. Logo a seguir, é absolutamente imprescindível estabelecer as regras de jogo para a actuação dos agrupamentos políticos e dos partidos. Aí há toda uma série de disposições a tomar no sentido de se conseguir vitalizar e garantir a vida estável da democratização. Um outro ponto fundamental será o problema da informação num contexto de democratização: o acesso aos órgãos nacionais de informação e suas regras de jogo; e o acesso aos órgãos de opinião, pontos fundamentais e prévios em relação a aspectos tão importantes como a constituição da futura Assembleia Nacional e processo de votação, etc. São medidas que considero necessárias e urgentes porque condições básicas.

Quanto aos meios de comunicação de massa, tema sobre o qual também incidiu a acção parlamentar do grupo dos liberais, as pessoas são todas igualmente livres e não vejo necessidade de uma lei ou estatuto privilegiado sobre informações.

OS MODELOS NÃO SÃO IMPORTÁVEIS

F. A. — Em testemunhos vários, pela voz de alguns dos nossos políticos e através de órgãos da Imprensa internacional, sem deixar de referir o depoimento de portugueses que regressam finalmente à Pátria, se tenta invocar, com espírito de prevenção imediato, as situações da Bolívia e do Chile como susceptíveis de alertar para o risco de não se atender a certos factores cuja influência se pode revelar perniciosa.

M. M. — Há realmente experiências alheias que devem servir para reflexão. Não considero que os modelos sejam importáveis, pois cada povo tem a sua própria experiência a desenvolver e a assumir, mas não deixo de admitir a prevalência de situações que servem para nos fazer reflectir. Um dos pontos de reflexão, quanto a mim, extremamente importante, é que situações deste género têm sido por vezes bloqueadas ou derrotadas e facilitado a sua substituição por forças repressivas, quando o sector económico não corresponde.

É um tema que justifica especial atenção e parece-me imprescindível criar condições que permitam gerar e manter um clima de confiança propiciador de um desenvolvimento mais justo e autêntico do nosso sector económico. Penso inclusivamente que sanear a vida económica corresponde de algum modo a pôr termo ao papel dos grupos de pressão, mas tudo se conseguirá desde que se mantenha esse clima de confiança.

F. A. — Da sua última intervenção no Parlamento: "Sabemos em que ponto exacto nos encontramos. Sabemos com o que os velhos contam para viver, sabemos da carência de estradas, de água, de electricidade, de esgotos, de habitação, sabemos que não há telefones nem telex, que o trânsito está congestionado, que o metropolitano não serve, que não há sequer trocos. Que ao mesmo tempo que a omnipresença estatual se revela, a insegurança económica e social são, também, uma realidade. Demitimo-nos colectivamente como povo e nação e só demitidos ou instalados permanecemos. Emigram os melhores de nós." A correcção que se impõe irá passar por que vias?

M. M. — É absolutamente necessário arrancar para um ritmo de desenvolvimento mais intenso do que aquele que tem sido conseguido pelo aproveitamento de todas as potencialidades. O caso das participações estatuais constitui concretamente um exemplo de dinheiro mal aplicado, nomeadamente os fundos da Previdência. Fiz contas e verifiquei que o dinheiro dessas instituições, que constitui 5 por cento do produto nacional, rendeu, em 1971, 3,8 por cento, o que é extremamente escasso.

No sector económico posso adiantar algumas medidas para o incrementar. Nomeadamente a criação de um Instituto Público de Fomento Industrial, no modelo italiano, ideia que de algum modo estava originariamente na base do lançamento pelo eng. Rogério Martins do Fundo de Fomento Industrial (acabou por surgir uma solução bastante diferente). Tal instituto, além de permitir uma carreira de gestores públicos, aplicaria os fundos públicos em investimentos. Seria um processo de incrementar o desenvolvimento, dado que os fundos estão disseminados um pouco por toda a parte, desde a banca aos transportes e à energia.

CO-GESTÃO, NA PREVIDÊNCIA

F. A. — Que via de aplicação imediata propõe?

M. M. — Acontece, com efeito, não existir uma actuação concertada — a inspecção das participações financeiras do Estado nunca funcionou —, enquanto os gestores designados o têm sido mais por critérios políticos do que obedecendo a esquemas de eficiência económica. Outro aspecto que me parece importante é o das participações na Previdência normalmente utilizadas em investimentos escassamente rentáveis, sendo ainda importante acentuar que os representantes desses fundos não eram administradores ou gestores com essa especificidade funcional, mas pessoas

Magalhães Mota Ministro da Administração Interna

O dr. Joaquim Jorge de Magalhães Mota nasceu em Santarém, em 1935. Ali fez os estudos liceais, licenciando-se, depois, na Faculdade de Direito de Lisboa.

É advogado. Foi dirigente da Associação dos Estudantes da Faculdade de Direito e da J. U. C. da Faculdade de Direito, da J. U. C. da Diocese de Lisboa e da J. U. C.Nacional.

Foi membro da Junta de Colonização Interna, chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Indústria, eng. Rogério Martins, e deputado à Assembleia Nacional — décima Legislatura (1969/1973).

É sócio fundador e foi presidente do Conselho Coordenador da S. E. D. E. S. Foi o conselho coordenador a que presidiu que publicou o documento "O País que somos; o País que queremos ser" "sobre a eleição presidencial".

É presidente do Conselho de Administração da O.G.E. — Organização e Gestão de Empresas.

Das numerosas intervenções parlamentares, é de salientar a que fez a propósito da Lei de Meios para 1972/1973, Contas Públicas de 1973, Lei do Cinema, Lei do Fomento Industrial, tendo efectuado ainda um aviso prévio sobre a Informação.

Foi um dos autores e signatários do Projecto de Revisão Constitucional número 6/X e do pedido de não ratificação do Decreto-Lei 520/71, limitador da actividade das cooperativas, que as reduziu a aspectos meramente económicos, esvaziando-as de todo e qualquer conteúdo cultural livre, perigoso para o regime deposto.

Na sua última intervenção, em que anunciou não regressar à Assembleia, denunciou, designadamente, a utilização de fundos reservados, pelo Ministério do Interior, e respectivo montante, e a actuação política da maioria da Assembleia Nacional. Em representação

O DR. MAGALHÃES MOTA, ministro da Administração Interna do Governo Provisório, assina o auto de posse no Palácio de Belém

do País esteve presente em vários colóquios e reuniões internacionais, tendo sido a tese que defendeu, uma das seis (a única portuguesa seleccionada), escolhida para o plenário do I Congresso Latino de Direito Agrário.

escolhidas por critérios puramente políticos.

Os fundos da Previdência, que são dos trabalhadores, representam efectivamente valores consideráveis em relação aos quais parece impor-se desde já a co-gestão. Essa massa monetária também é capaz de produzir resultados assinaláveis, a curto prazo, no desenvolvimento do País. As duas vias de utilização imediata por si só poderão representar a aceleração do processo de desenvolvimento.

Creio ainda que no meio da complicada "floresta de enganos" que a nossa "previdência social" constitui, outro recurso não resta, muitas vezes, que a tentativa individual de resolver o próprio problema.

Os descontentamentos e os protestos multiplicam-se, os desequilíbrios sucedem-se, os remendos vão rebentando e, cada vez mais, a acrobacia dos expedientes sobrevoa o fundo das questões. É pois urgente e necessário — e questão política essencial porque ao mesmo tempo diz respeito aos indivíduos e à colectividade —, repensar o problema *previdência*.

CONFUSÃO ENTRE O POLÍTICO E O ECONÓMICO

F. A. — A questão foi posta pelo dr. Magalhães Mota, ao analisar as Contas Públicas, na sua última intervenção parlamentar, em 1973; a capitação das receitas foi, em 1971, de acordo com o parecer, de 400$, ou seja, em números grosseiros, 12 000$ por família (calculada a família média portuguesa com três pessoas — o que parece indiscutivelmente baixo) e por ano, ou seja, 1000/mês. E o dr. Magalhães Mota perguntava: "Para onde vai este dinheiro, que nos foi cobrado e é despendido em nosso nome?" Exemplificando, a seguir, com uma demonstração: "Se eu quisesse fazer uma análise de pormenor, chocante por isso mesmo, poderia comparar os 29 500 contos gastos em "gastos reservados" — reservados até à função fiscalizadora que à Assembleia cumpre constitucionalmente exercer — do Gabinete de S. Exa. o Ministro do Interior para comprovar que tal representa um pouco mais do que o total das verbas atribuídas à Faculdade de Ciências de Lisboa e dez vezes mais do que a gasta em material pela Faculdade de Ciências de Coimbra."

Sobressaía dessa análise a verificação de que os mecanismos de intervenção estatuais na vida económica não estavam clarificados, reflectindo a confusão dominante em tal domínio.

M. M. — Não recuso sequer a nacionalização. Direi agora o que já em tempos se disse: a conveniência da propriedade social das empresas deve ser reconhecida sempre que estas se situem ou em sectores-chaves da actividade económica ou quando se verifiquem outras circunstâncias de interesse colectivo, nomeadamente uma correcção de circuitos regionais, tais como a reconversão de uma actividade decadente numa situação monopolística. O que aconteceu no caso específico português é que, por um lado, subsiste a confusão entre o político e o económico que convém desfazer rapidamente. Pensando concretamente na actividade comercial desenvolvida por bancos públicos — Banco Nacional Ultramarino e Banco de Angola —, entendo que se o Estado quer intervir na vida económica o deve fazer como tal. Se pretende intervir como actividade privada, então, terá de funcionar ao lado e nas mesmas condições das entidades privadas. Mas, claro, sem uma associação com elas que acaba por resultar numa mistura indesejável da política com a economia.

Ainda outro aspecto não menos importante é o de acentuar o papel que o sector público já desempenha neste momento, independentemente do sector das nacionalizações. No sector da banca verifica-se nítido predomínio do sector público como poderá ser demonstrado no enunciado de alguns desses institutos: Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino,

entrevista

Banco de Angola, Banco de Fomento, Caixa Geral de Depósitos, Sociedade Financeira Portuguesa e uma participação no Crédito Predial. A verdade é que sendo tão nitidamente marcado não se tem dado por esse predomínio nem a sua utilização tem sido feita eficazmente. Alguns exemplos: a Previdência é, na prática, uma empresa estatual e mais do que qualquer outra coisa; nos transportes, a C. P. e a própria TAP, enfim, um sector público que tem passado despercebido e que se tivesse tido uma atitude mais participada, até se daria pela sua presença.

Como noutro lugar escrevi (1): "A certeza de recursos não aproveitados (recursos financeiros, recursos naturais, recursos técnicos) obriga a pôr, com clareza, o problema da capacidade de organização e programação. Dizer que podia ser pior, nada resolve: admitir que o "remendo" é a solução pode multiplicar os cuidados mas mantém o "impasse".

Meias palavras e compromissos desmobilizadores só provocam um crescente atolamento de descrédito e ineficácia. (...) E não se pode construir o progresso com um só dedo enquanto com outra mão se procuram conservar estruturas e formas de produção ultrapassadas, ou fazer progresso e conservadorismo ao mesmo tempo."

O que é necessário é a coragem de enfrentar os problemas e o buscar-lhe soluções, sem adiamentos nem a demagogia fácil e alienante dum social que o não seja verdadeiramente. "A longo prazo — já dizia Keyme há mais de 30 anos —, estaremos, todos, mortos".

O que é, certamente, inevitável é a modificação de prioridades orçamentais, talvez do regime fiscal. E, com certeza, menos palácios e mais obras de justiça. ■

DOCUMENTOS

Programa do Governo Provisório

A vitória alcançada pelo Movimento das Forças Armadas Portuguesas, destituindo o regime que não soube identificar-se com a vontade do povo à qual impediu todas as vias democráticas de expressão, permite definir os princípios básicos que esperamos contribuam de modo decisivo para a resolução da grande crise nacional.

Em execução desses princípios, compete ao Governo Provisório:

— Lançar os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas;

— Adoptar uma nova política social que, em todos os domínios, tenha como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses;

— Promover um inquérito a todos os abusos do Poder, atentados contra os direitos dos cidadãos ou práticas de corrupção, acerca dos quais sejam apresentadas queixas ou dos quais haja notícia, publicando-se as suas conclusões e entregando-se aos tribunais comuns o julgamento das culpas que vierem a ser apuradas;

— Manter, em matéria de política externa, activa adesão aos princípios de independência e igualdade entre os Estados e de não ingerência nos seus assuntos internos, defendendo a paz, alargando e diversificando relações internacionais e respeitando os compromissos decorrentes dos tratados em vigor;

— Reconhecer o carácter essencialmente político da solução das guerras no Ultramar, lançando uma nova política que conduza à paz, garanta a convivência pacífica e permanente de todos os residentes, e criando condições para um debate franco e aberto com vista à definição do futuro do Ultramar.

O carácter transitório do Governo Provisório determina que não poderá proceder a grandes reformas de fundo, nem a alterações que afectem o foro íntimo da consciência dos portugueses, em particular das suas convicções morais e religiosas.

Os governantes devem ser exemplo transparente de isenção, impondo uma ampla receptividade ao tratamento, pelos órgãos da informação, dos problemas da vida pública portuguesa, pressupondo que o farão de modo responsável e construtivo, reintegrados que estão na sua dignidade de instrumentos autênticos de uma opinião pública democrática. Em respeito a essa transparência perante o País que vive na esperança, o Governo Provisório não poderá consentir manobras que visem impor-lhe uma tutela extremista de qualquer tipo ou comprometer a genuidade das decisões que, no quadro democrático, ao povo pertencem.

Em obediência aos princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, o Governo Provisório actuará dentro das grandes linhas de orientação que a seguir se definem, e cujos fundamentos deverá solidamente alicerçar.

1. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

a) Publicação urgente de nova lei eleitoral.

b) Publicação da lei das associações políticas; sua regulamentação.

c) Reforma do sistema judicial, conducente à independência e dignificação do seu poder; extinção de tribunais especiais; reforma do processo penal e demais direito processual; e ainda revisão da legislação relativa à polícia judiciária e ao "habeas corpus".

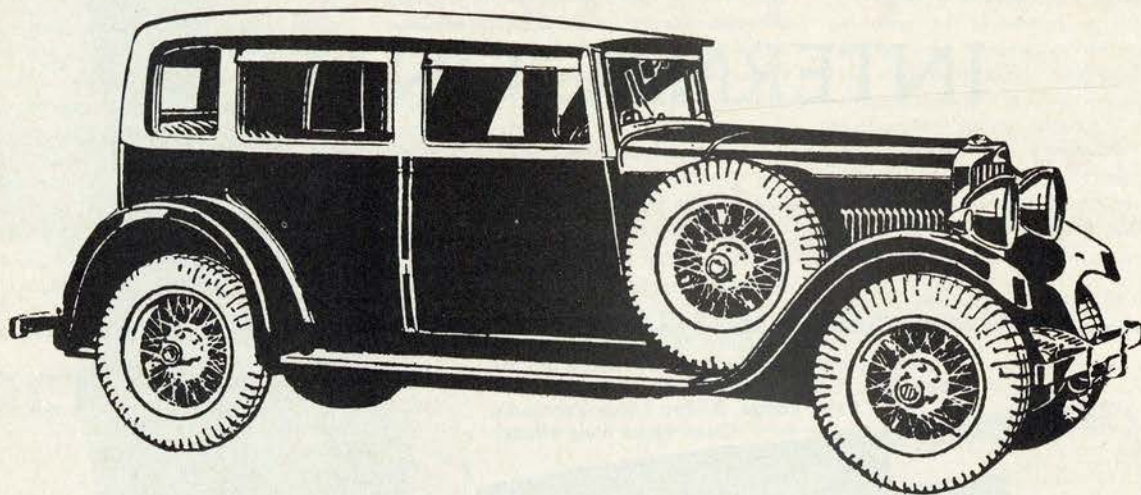
d) Estruturação da administração central de forma a corresponder aos objectivos das novas instituições políticas.

e) Revisão das relações políticas, administrativas e económicas entre o Portugal europeu e o Ultramar.

f) Definição da competência dos governadores ultramarinos, dos governadores civis e dos governadores dos distritos autónomos.

g) Extinção progressiva do sistema corporativo e sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais.

h) Revogação do Estatuto do Trabalho

(Continua na pág. 33)

O automóvel em crise

Com excepção do dinheiro, nenhuma invenção do homem conseguiu alcançar em toda a história uma aceitação mais generalizada, como "símbolo de êxito", do que o automóvel. Nenhum outro instrumento mecânico teve uma influência maior na criação dos valores e padrões de vida das sociedades modernas. Numa grande parte do mundo, os gastos cada vez maiores com os automóveis passaram efectivamente a ser encarados como um índice não só da "posição social" do indivíduo mas também da riqueza, do aperfeiçoamento técnico e do progresso social geral de uma nação.

É certo que o automóvel tem sido, nos últimos anos, alvo de muitas críticas — devido, em grande parte, ao facto de constituir um factor de poluição e de dissipação de recursos preciosos. No entanto, mesmo os seus críticos mais severos reconhecem o elevado grau em que as sociedades modernas dependem do automóvel. Nos países capitalistas altamente industrializados como os Estados Unidos, a Alemanha Federal, a França e a Grã-Bretanha as empresas ligadas à indústria automóvel garantem 14 a 19 por cento do Produto Nacional Bruto. Deste modo, uma sólida indústria automóvel passou a ser, praticamente, para as nações grandes produtoras de automóveis, uma condição essencial para a manutenção da sua prosperidade.

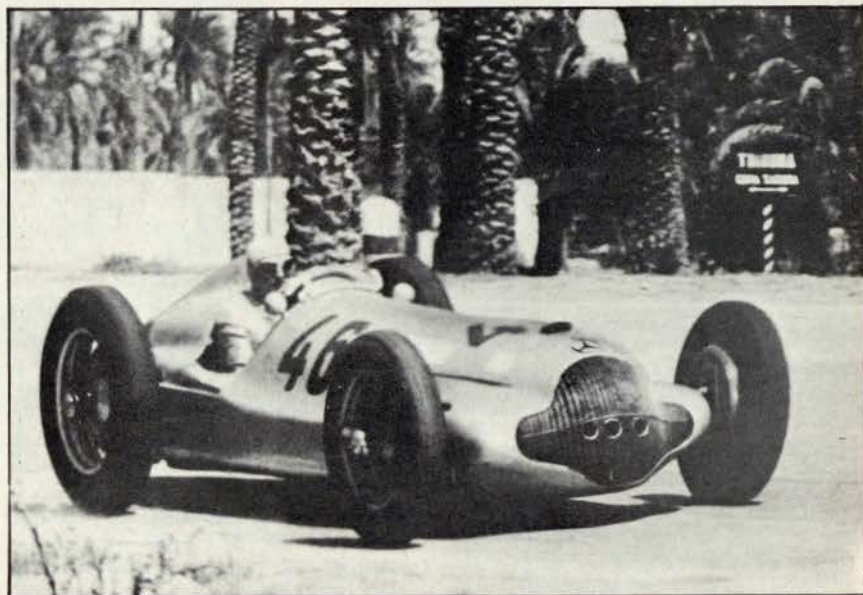
Esta a razão por que a situação actual deste ramo da indústria é de tal modo inquietante. Em consequência da crise do petróleo do Médio Oriente, os fabricantes de automóveis dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão sofreram um dos maiores reveses da sua história. À medida que os gráficos das vendas vão descendo rapidamente os carros por vender atravancam os salões de exposição e os parques das fábricas, os horários de trabalho são reduzidos, as linhas de montagem passam a funcionar mais lentamente e um generalizado sentimento de melancolia paira sobre cidades onde se fabricam automóveis, tão distanciadas como Detroit e Turim, Coventry, Wolfsburg e Tóquio. Nem todas as empresas, nem mesmo todas as indústrias nacionais de automóveis se sentem, no entanto, aflitas: no Brasil, por exemplo, o negócio dos automóveis está a movimentar-se a alta velocidade. Mas, de maneira geral, pode dizer-se que os fabricantes de automóveis do mundo se encontram deveras inquietos. E os prognósticos imediatos não são brilhantes. Conforme dizia recentemente um industrial americano, "é possível que as coisas piorem antes de se tornarem ainda piores".

Analisa-se, a seguir, a situação em cada um dos centros automobilistas consagrados do mundo, bem como em alguns dos mais novos, procurando explicar-se a razão por que a indústria automóvel mundial está a percorrer um tão acidentado caminho.

E.U.A.: OS CARROS PEQUENOS

"Respira-se neste momento — observava recentemente um visitante de Detroit — um ar de morbidez por toda a cidade." É possível, no entanto, que as coisas não sejam ainda completamente desesperadas na capital do automóvel da América. O gigantesco complexo da Ford Motor Co., de River Rouge, continua a vomitar os fumos e cheiros característicos da vitalidade industrial e um calculador automático gigante continua a contar, minuto a minuto, a produção anual de automóveis americanos. Todavia, o total do calculador tem vindo ultimamente a apresentar uma taxa aflitivamente baixa, ao mesmo tempo que Detroit se vê a braços com a sua mais acentuada baixa de vendas de automóveis desde o recuo verificado em 1958. E isso

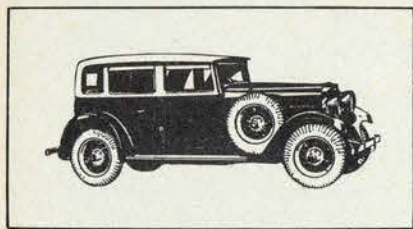
constitui um tremendo abalo para uma indústria habituada a "viver à grande".

A série de explicações que se ouvem em Detroit para a sombria baixa de vendas dos últimos meses percorre uma escala que se tornou já familiar: crise do combustível, morosidade geral da economia americana, saturação do mercado após anos sucessivos de vendas crescentes de automóveis. Todas estas explicações são, certamente, válidas em vários graus. Alguns homens da indústria automóvel americana vêem, no entanto, outra força em acção, que é, em seu entender, mais fundamental do que os abrandamentos cíclicos ou a emergência criada pela crise do combustível. Postas as coisas muito simplesmente, o facto é que o longo "romance de amor" da América com o automóvel se está a desvanecer. Cresce nos

E.U.A. o número de pessoas que acabou por encarar o automóvel como uma espécie de projecção da psique interior ou da categoria social dos seus proprietários, mas apenas como mais um utensílio que deve executar a sua função tão capazmente quanto possível.

De acordo com os velhos padrões de Detroit, semelhante atitude equivale a uma heresia e seria fatal para a produção dos mastodontes de 2 ou mais toneladas, cobertos de cromados e grandes consumidores de gasolina, pelos quais Detroit se tornou famosa. O facto, porém, é que, apesar de tudo, uma mudança para viaturas mais pequenas e funcionais está em curso, de há alguns anos a esta parte, nos Estados Unidos, entre as pessoas abastadas e dadas a lançar as modas, que, no fim de contas, poderiam adquirir qualquer tipo de carro do seu agrado. Em 1970, por exemplo, 44 por cento dos registos de automóveis em Marin County, na Califórnia — uma das comarcas mais abastadas de um Estado considerado geralmente rico —, disseram respeito a carros compactos ou subcompactos importados. Todavia, a indústria automóvel americana ou interpretou mal ou preferiu ignorar estes sintomas, em parte, talvez, porque os fabricantes de automóveis dos Estados Unidos não estão habituados a pensar em coisas pequenas...

Estão agora a aprender — e rapidamente. Uma autoridade da indústria automóvel, nada menos do que o presidente da Ford, Henry Ford II, anunciou já o fim da era dos dinossauros de Detroit. "O carro grande tal como o conhecemos hoje em dia — afirmou recentemente — está em vias de desaparecer. E de desaparecer de vez." E, para dar mais relevo às suas palavras, Ford acentuou que talvez viesse a pôr de parte um dos principais produtos da sua companhia para justificar o que afirmava. "Para que diabo — perguntava ele — preciso eu de dar a volta ao quarteirão num Lincoln para ir jantar? " Confessando ser, ele próprio, um "homem dos carros pequenos", Ford "profetizou", com convicção, que os veículos de tamanho reduzido acabarão por conquistar, eventualmente, a parte de leão no mercado americano. E os números começaram já a dar-lhe razão. Em Dezembro último, as vendas de carros compactos e subcompactos ultrapassaram, pela primeira vez na história do automobilismo americano, as dos modelos maiores.

O problema reside no facto de uma indústria que, durante tanto tempo, fez da "grandeza" uma virtude poder não ser capaz de se transformar com a rapidez necessária para se adaptar a um mercado em mutação cada vez mais acelerada. De momento, as fábricas de todos os "Quatro Grandes" fabricantes de automóveis dos Estados Unidos não se encontram em condições de produzir conjuntamente carros compactos e subcompactos em quantidade suficiente para responderem à procura. A reacção dos fabricantes de automóveis americanos foi enveredarem por programas de choque destinados a modificar as máquinas-ferramentas a fim de poderem fabricar automóveis pequenos, com custos que virão a atingir, ao que se espera, uns 500 milhões de dólares — uma boa soma até para os padrões de Detroit. Mesmo assim serão necessários perto de 3 anos só para preparar as ferramentas para a produção de novas carroçarias.

Entretanto, é de prever que as desarticulações económicas no seio da indústria automóvel americana venham a ser

indústria

numerosas e generalizadas. Até agora, 92 000 trabalhadores perderam já, permanentemente, os seus empregos neste sector da indústria, enquanto outros 66 000 foram temporariamente suspensos por umas semanas mais. Os efeitos estão já a fazer-se sentir também nos fornecedores da indústria automóvel. Há algumas semanas, por exemplo, o encerramento de uma fábrica de pára-choques, do Ohio, deixou sem trabalho 440 operários, e o encerramento, pelo período de duas semanas, de 4 fábricas de laminagem de vidro lançou no desemprego mais de 1000 pessoas.

As empresas vendedoras de automóveis têm estado além disso sujeitas a uma severa tensão devido a uma alarmante acumulação de carros grandes que ninguém compra. (A General Motors possuía, há pouco tempo, produção correspondente a 154 dias de trabalho de um modelo de Oldsmobile, a acumular poeira nos salões de exposição e nos parques da companhia.) De acordo com a Associação Nacional dos Vendedores de Automóveis, nada menos do que 1000 dos seus associados poderão vir a abandonar a actividade antes do fim do corrente ano.

No futuro imediato, os fabricantes de automóveis americanos pouco mais poderão fazer do que aguentar-se com o que têm ou com o que está a sair das suas linhas de montagem. Entre os "Quatro Grandes", é a General Motors que enfrenta a mais difícil operação de transformação.

A sua superioridade de vendas assentou na sua posição de domínio no sector de "carros grandes" do mercado. Agora, perante a necessidade de converter a sua maquinaria para fabricar carros de pequenas dimensões, pode dar-se por feliz por não ignorar completamente o mercado destes veículos. A sua Divisão Chevrolet lançou há 3 anos o Vega e está a projectar um carro ainda mais pequeno do que este, esperando vir a produzir, em 1975, 2 milhões de viaturas pequenas por ano.

Na Chrysler, o panorama dos carros de reduzidas dimensões mostra-se um tanto confuso. Os seus Darts e Valiants (considerados compactos nos Estados Unidos, embora sejam considerados automóveis grandes em quase todos os países) estão a vender-se bem. No entanto, à parte o Colt, importado do Japão, a Chrysler não possui qualquer carro que possa considerar-se realmente "pequeno" — nem tem nenhum em vista.

A Ford, por seu lado, penetrou já profundamente no mercado dos carros pequenos nos Estados Unidos com uma linha de cinco modelos: o Pinto, o Maverick, o Comet, o Mustang II, landado no ano passado, e o Capri, importado da Alemanha. No Outono, apresentará dois novos compactos, o Grenada e o Monarch. Estes destinam-se inicialmente a substituir o Maverick e o Comet. Entretanto — explica o próprio Henry Ford — "surgiu a história da energia e tratámos de os acrescentar à linha".

Entre os fabricantes de carros americanos, quem goza, actualmente da situação mais favorável é a American Motors, a mais pequena dos "quatro Grandes". Tendo decidido dedicar-se à construção de veículos mais pequenos há já alguns anos, a AMC é, presentemente, a única fábrica de automóveis americana com um notável aumento de vendas numa altura de atribulação para os seus rivais de maior envergadura. Enquanto os outros fabricantes têm vindo a dispensar os seus operários, a AMC recrutou 1500 novos empregados em Kenosha, no Wisconsin, onde o subcompacto Gremlin e o compacto Hornet estão sendo produzidos ao ritmo comportável pela capacidade da fábrica. E vai lançar um novo subcompacto no começo no próximo Outono.

Conquanto as exigências do mercado constituam, de momento, o problema primordial de Detroit, os fabricantes de carros americanos têm ainda outros motivos de "preocupação". Há, em primeiro lugar, os requisitos de segurança e de antipoluição para os automóveis vendidos nos Estados Unidos — requisitos que se vão tornando cada vez mais severos e dispendiosos. E há, depois, como noutros países, uma situação inflacionária que provoca a subida tanto dos custos da produção como e sobretudo, do preço do produto.

Por tudo isto, os homens da indústria automóvel americana não vislumbram probabilidades de igualar o ano recorde de 1973, durante o qual das suas linhas de montagem saíra 11,4 milhões de veículos. O prognóstico para este ano é um tanto mais modesto: 10 milhões de unidades.

EUROPA: MARCHA MAIS VAGAROSA

Foi um Inverno de descontentamento — e, em certos casos, de verdadeiro alarme — para os principais produtores de automóveis da Europa Ocidental. Entre as "histórias de horror" figurava a da BMW, que viu as suas vendas caírem 62,4 por cento em Dezembro último. Também a Fiat italiana anunciou "grandes dificuldades", que um

representante da companhia disse significarem um prejuízo de mais ou menos 300 milhões de dólares em 1973. E, durante as 10 semanas que precederam as eleições na Grã-Bretanha, as fábricas de automóveis inglesas viram-se peadas pelo estabelecimento obrigatório da semana de 3 dias de trabalho, o que obrigou a que os planos de produção fossem revistos diariamente e até várias vezes por dia. Embora os seus problemas pareça terem sido um tanto atenuados com a chegada da Primavera, a indústria automóvel britânica continua a estar, de maneira geral, bastante abalada.

Sem ser por coincidência, os actuais problemas da indústria automóvel europeia iniciaram-se com a crise do Médio Oriente, em Outubro passado. As más notícias começaram a circular mesmo nos países que escaparam relativamente incólumes ao embargo do petróleo árabe. Nem a França nem a Alemanha Federal tiveram de recorrer, por exemplo, ao racionamento do combustível para motores; a gasolina continuou a ser livremente fornecida aos automobilistas, desde que estes estivessem dispostos a pagar por ela preços mais elevados. Mas o mal foi exactamente esse: a verdadeira crise da indústria automóvel na Europa girou, em grande parte, à volta do preço. Com o custo do carro e o da sua manutenção a subirem rapidamente — e o custo dos artigos de primeira necessidade a subirem com idêntica rapidez —, os compradores de automóveis em perspectiva mantiveram-se afastados dos salões de exposição. Em Dezembro de 1973, as vendas de carros nacionais desceram em França 9,3 por cento, a primeira redução de vulto verificada em muitos meses. E, a despeito de uma ligeira subida pouco depois, as vendas de automóveis em França continuam a um nível bastante inferior ao do ano anterior (7 por cento, em Fevereiro).

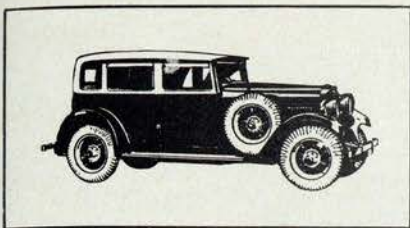
Para tornar ainda mais grave a situação, os fabricantes europeus foram também atingidos por uma crise de limite de velocidade. Enquanto os americanos e os japoneses aceitam os limites de velocidade com relativa docilidade, grande número de europeus parece considerar como parte do seu património o direito de se lançar através das auto-estradas a velocidades de 150 km/h ou mais. Para estas pessoas, a súbita imposição de velocidades máximas em muitas estradas europeias como meio de poupar gasolina veio tirar grande parte do prazer de conduzir. O resultado foi uma descida na procura de carros "quentes", que prejudicou seriamente alguns fabricantes, como a BMW e a Porsche, na Alemanha Ocidental, e a Ferrari e a Maserati, na Itália, onde os fabricantes de automóveis desportivos se queixam de que a limitação de velocidade nem sequer lhes permite experimentar os seus novos modelos.

Todavia, não obstante a forte pressão da indústria para que sejam eliminados os limites de velocidade (pressão coroada de êxito na Alemanha Federal mas que ainda o não foi em França e na Itália), a maioria dos fabricantes de automóveis europeus parece convencida de que o futuro do mercado em massa do automóvel reside não nos carros de grande velocidade, mas sim nos carros mais pequenos e lentos, que prometem uma economia de combustível substancialmente maior. Para os fabricantes com uma ampla gama de modelos, tais como a Renault francesa e a Fiat italiana, é de prever que isso signifique uma viragem de interesse para o carro mais pequeno das suas linhas de promoção — viragem que permitirá esperar um número mais elevado de vendas, mesmo que isso implique um lucro menor em cada venda.

Todavia, paradoxalmente, a questão da economia de combustível pouca influência teve no sector de luxo do mercado, provavelmente porque os clientes que podem comprar automóveis caros não se preocupam com problemas tão triviais como o aumento de preço da gasolina... A Daimler-Benz, da Alemanha Federal, tem lutado com êxito, até aqui, pelo melhoramento puro e simples do manejo "sensato" dos seus carros Mercedes. Para a Volvo, da Suécia, o problema consiste em fazer face às suas crescentes exportações. (A Volvo já tem fábricas de montagem em locais como o Canadá e a Austrália, projectando construir mais umas nos Estados Unidos.) Apesar de tudo, a Rolls-Royce, da Grã-Bretanha, cujos clientes são, talvez, aqueles que menos se preocupam com a escassez e o preço do combustível, não deixa de tomar as suas precauções: recentemente observou, com certo êxito, que, a uma velocidade constante de 80 km/h, o seu modelo Silver Shadow gastaria, no máximo, 18 litros aos 100 quilómetros.

A Grã-Bretanha possui hoje a única indústria automóvel da Europa Ocidental que não consegue produzir carros suficientemente depressa para satisfazer a procura doméstica. A razão de tão peculiar estado de coisas não se pode, no entanto, atribuir a qualquer "fúria" compradora da parte do público automobilista britânico. Pelo contrário, a procura de carros novos na Grã-Bretanha diminuiu cerca de 30 por cento no início deste ano. Acontece apenas que as rigorosas medidas de economia de energia que impuseram a semana de 3 dias de trabalho desorganizaram de tal modo a indústria automóvel que a produção caiu ainda mais rapidamente — cerca de 40 por cento. A produção está agora, evidentemente, a subir de novo, mas será ainda necessário um certo tempo antes de poder fazer face à procura — e provavelmente ainda mais tempo antes que a procura regresse aos níveis anteriores à crise.

Em vários graus, portanto, quase todos os fabricantes de automóveis da Europa Ocidental partilham de dois problemas fundamentais — o declínio das vendas conjugado com os crescentes custos de

Sansui
AU-505
uma surpresa!
Sansui

fabrico. Nem sequer os maiores de entre eles se podem considerar imunes. A própria Volkswagen se juntou ao rol dos fabricantes de carros europeus que entraram na limitação de produção, tendo anunciado a intenção de colocar 45 000 dos seus 125 000 operários em regime de trabalho reduzido a partir de fins de Abril. E a Fiat, a maior vendedora de carros europeus, parece caminhar para reveses financeiros ainda mais graves do que aqueles que já experimentou até aqui. Recentemente, ao cabo de arrastadas e difíceis negociações, acompanhadas de greves, a firma de Turim assinou um novo contrato de trabalho que, segundo alega, aumentará os seus custos de produção em 160 milhões de dólares no ano corrente.

Em face de tais problemas, ninguém espera que 1974 venha a ser um ano muito "bom" para os fabricantes de automóveis europeus, embora haja alguns que não acreditam que as sombrias predições feitas no começo deste ano venham a verificar-se.

JAPÃO: TEMPO PARA ADAPTAÇÃO

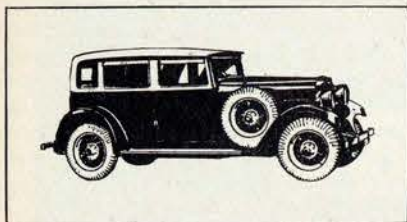
Embora o primeiro carro japonês com motor a gasolina tenha surgido em 1907, quase ninguém se deu grandemente conta da existência da indústria automóvel do Japão até há cerca de uma dezena de anos. Antes disso, as linhas de montagem de veículos a motor do país devotavam-se, em grande parte, ao fabrico de camiões. Em 1959, porém, devido em parte à experiência técnica e ao capital acumulado com o fabrico de camiões, os japoneses começaram a construir uma série de fábricas de automóveis que igualavam — e ultrapassavam até em certos aspectos — os melhores meios de produção do Ocidente. Em consequência disso, a produção de automóveis de passageiros japoneses acelerou-se a um ritmo verdadeiramente fenomenal. Em 1967, os nipónicos eram já os segundos maiores produtores de automóveis e camiões do mundo, a seguir aos Estados Unidos: cinco anos mais tarde, o Japão situava-se apenas atrás da Alemanha Ocidental como exportador de automóveis.

Em face de um tal crescimento, não constitui surpresa o facto de a indústria automóvel do Japão se ter tornado um dos esteios principais da economia nacional e uma justificação para a continuada prosperidade do país. No ano passado, a indústria japonesa produziu 7 082 757 veículos, o que representa um aumento de 11,2 por cento relativamente ao ano anterior. Desse total, mais de 2 milhões de unidades foram vendidas no estrangeiro. Ao todo, a produção de veículos a motor e respectivos sobressalentes proporciona actualmente aos fabricantes nipónicos 22 biliões de dólares anuais e representa 10,3 por cento do conjunto de exportações do país.

Apesar de tudo, tal como os patrões da indústria automóvel do resto do mundo, muitos fabricantes de automóveis japoneses olham com apreensão para o ano de 1974. Importunados pela espiral dos custos e pelas carências de materiais e sobressalentes, quase todos eles, incluindo a Toyota e a Nissan (que fabrica o Datsun), deixaram de falar de aumento da produção, pensando que constituiria já um triunfo manterem simplesmente o ritmo do ano passado. Apenas a Honda Motors, que firmou o seu nome com os motociclos e figura actualmente em quinto lugar entre os fabricantes de automóveis japoneses, espera aumentar a sua produção em 1974 — prognóstico primordialmente baseado na atracção exercida pelos seus económicos e pouco poluidores modelos Civic.

O que aconteceu foi que o mercado de automóveis doméstico do Japão está já a evidenciar todos os sintomas de crise. O preço mais elevado da gasolina, a limitação de créditos aos compradores de automóveis e uma recente série de subidas dos preços dos carros, tudo isso se juntou para provocar a redução das vendas. Além disso, o Japão tem já mais de 23 milhões de veículos (ou seja, mais ou menos um por cada 4 pessoas) a obstruir as suas estradas, podendo estar a aproximar-se rapidamente da saturação do mercado. E, à medida que desce o registo de carros novos (descida que atingiu 35,8 por cento em Fevereiro passado), os lucros da indústria descem também. A Toyota esperava, por exemplo, que os seus lucros de Novembro de 1973 a Abril de 1974 descessem a 33,3 milhões de dólares, em comparação com os 153 milhões de dólares atingidos nos 6 meses precedentes. E tanto a Toyota como a Nissan anunciaram já planos para colocarem os seus trabalhadores no equivalente a um regime de trabalho reduzido, dando-lhes 4 feriados extra por mês, com salário reduzido.

Para se compensarem do abrandamento do mercado doméstico, é de prever que os fabricantes de automóveis nipónicos se esforcem, mais do que nunca, por intensificar as exportações. A Toyota e a Nissan venderam mais de 700 000 veículos no estrangeiro no ano passado, esperando cada uma das duas empresas aumentar esse número de mais 100 000 unidades em 1974. O mercado americano onde os carros japoneses continuam a ser considerados subcompactos e são ainda relativamente baratos em comparação com as insolentes "carruagens" de Detroit, apresenta-se especialmente prometedor.

Apesar de tudo, até mesmo no domínio da exportação existem factores que ensombram o panorama da indústria de automóveis japoneses. Por exemplo, um funcionário superior da Nissan anunciou recentemente que alguns negociantes amigos dos Estados Unidos lhe haviam escrito a dizer que, dada a natureza actual do mercado americano de automóveis, poderiam vender sete ou oito vezes mais Datsuns do que os que haviam vendido em 1973. "Gostaríamos de aproveitar a oportunidade — reconheceu o homem da Nissan — mas existem importantes razões políticas e económicas para não o fazermos." Os nipónicos estão, acima de tudo, receosos de que uma nova vaga de exportações para a América possa ter efeitos contraproducentes, provocando um revivescimento dos sentimentos proteccionistas nos Estados Unidos. Com todos esses problemas, não é de estranhar que o presidente da Toyota, Eiji Toyoda, encare o ano de 1974 como um ano de

"planeamento e adaptação", uma época de planeamento e de adaptação a todas as contingências.

OS RECÉM-CHEGADOS

O patrão da Fiat, Giovanni Agnelli, formulou outrora uma teoria de "florescimentos sucessivos da indústria automóvel". Em sua opinião a primeira vaga de "automania" invadiu os Estados Unidos por volta dos anos 20. Passaram, depois disso, várias décadas antes que vagas semelhantes atingissem a Europa Ocidental (anos 50) e o Japão (anos 60). Agnelli concluiu, de tudo isso, que era razoável esperar-se que, em décadas futuras, os florescimentos da indústria automóvel alcançassem a Europa Meridional e a Oriental, a América Latina, a África e o Sudeste asiático.

O facto de a "profecia" de Agnelli vir, ou não, a concretizar-se depende de uma grande gama de factores que, por enquanto, se não podem apreciar, com qualquer grau de certeza. A julgar, no entanto, pelas notícias provenientes do Rio de Janeiro, os brasileiros estão a comportar-se como se estivessem resolvidos a provar, pela parte que lhes toca, o acerto da teoria de Agnelli. Tendo partido da ausência total de produção de automóveis em meados da década de 50, o Brasil entrou já para a lista dos 10 principais fabricantes de veículos automóveis do mundo. Em 1973, as linhas de montagem brasileiras produziram 730 000 unidades, o que representa um aumento de 20 por cento em relação ao ano anterior, prevendo-se para 1974 um novo aumento de 20 por cento, esperança de vir a alcançar o nível "mágico" de 1 milhão de veículos por ano em 1975.

Já quase todos os grandes fabricantes de automóveis dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão instalaram fábricas no Brasil: a Volkswagen, a Ford, a General Motors, a Chrysler, a Alfa Romeo, a Mercedes-Benz, a Saab-Scania e a Toyota. E aguarda-se a chegada de outras: a Fiat anunciou já planos para a montagem de uma fábrica no valor de 280 milhões de dólares, destinada a produzir carros pequenos, enquanto a Peugeot e a Citroen estudam discretamente a possível localização das suas fábricas no país. Como compensação para o facto de esta indústria ser exclusivamente de propriedade estrangeira, a legislação brasileira exige que os veículos produzidos no país sejam quase inteiramente montados com componentes e acessórios de produção local. Trata-se, no entanto, de uma lei nem sempre respeitada, dado o interesse em manter o elevado nível da produção: no Brasil quase tudo o que sai de uma linha de montagem de automóveis é imediatamente arrebanhado por compradores ávidos...

Nem mesmo o elevado custo da gasolina arrefeceu a nova paixão do Brasil pelo automóvel. O país tem ainda de importar três quartas partes das suas necessidades de petróleo bruto e a maior parte do aumento do custo do petróleo passou a ser suportada pelo automobilista. Mas, embora os preços da gasolina tenham subido nada menos do que 60 por cento desde o começo do ano, o automobilista brasileiro continua a atestar o seu depósito, não se falando praticamente em economia de gasolina. Recentemente, uma subsidiária brasileira da G. M. lançou num jornal uma campanha aconselhando os jovens condutores a abandonarem o costume de acelerarem ao máximo os motores dos seus carros, quando paravam nos sinais vermelhos, "para impressionar as raparigas". A campanha foi, pouco depois, abandonada como uma causa perdida...

Conquanto possa representar o exemplo mais espectacular de fervor pelo automóvel que invadiu uma nação que está a industrializar-se, o Brasil não é, no entanto, o único país nessas condições. A Espanha possui uma indústria automóvel nacional em rápido crescimento que pretende atingir a cifra das 800 000 unidades no ano corrente e se propõe produzir cerca de 2 milhões em 1977. E a Austrália, que conta com importantes subsidiárias da Ford e da General Motors, encontra-se já em condições de produzir quase meio milhão de automóveis por ano. Apesar de tudo, não existe qualquer garantia de ter sido firmemente estabelecido qualquer padrão. O próprio Giovanni Agnelli reconhece que a instabilidade política e o baixo nível de salários em muitas regiões do mundo poderão constituir barreiras insuperáveis para a concretização da sua teoria sobre o florescimento da indústria automóvel.

Para além da questão de saber se o mundo inteiro poderá, de uma maneira geral, motorizar-se, existe a de saber se deverá ou não fazê-lo. Alguns críticos da indústria automóvel, como, por exemplo, Emma Rothschild, da Grã-Bretanha, autora do recente livro "Paraíso Perdido: O Declínio da Era Auto-Industrial", sustentam que a sujeição, em larga escala, ao crescimento da indústria automóvel perverte, inevitavelmente, as economias nacionais, na medida em que exige investimentos enormes em estradas e instalações para a manutenção do abastecimento dos automóveis. Igualmente inquietante é o facto de a motorização suscitar problemas de congestionamento, poluição e desperdício dos recursos naturais. É, no entanto, difícil acreditar que o automóvel venha a tornar-se menos atraente para um homem de Nova Deli do que para um de Nova Iorque. Ao fim e ao cabo, portanto, afigura-se bastante fraca a probabilidade de qualquer sociedade, suficientemente próspera para se lançar na motorização em massa, deixar deliberadamente de o fazer.

Tudo isto estará certo, mas não satisfaz os fabricantes de automóveis do mundo industrializado de hoje, que se preocupam, inevitavelmente e em primeiro lugar, com as suas vendas nesta semana, neste mês, neste ano. E aí as perspectivas são incertas.

É, no entanto, possível identificar certos factores que influenciarão fortemente o caminho a seguir pelo negócio dos automóveis. De momento, os elevados preços da gasolina constituem um travão importante nas vendas de automóveis em quase toda a parte e o levantamento do embargo do petróleo árabe não solucionará, só por si, o problema. No Japão, os fabricantes de automóveis mostram-se convencidos de que só uma redução dos preços do petróleo poderá vir a aumentar, de maneira significativa, as suas vendas. Alguns fabricantes europeus e americanos pensam, pelo contrário, que o público acabará por se resignar e se habituar a pagar preços elevados pela gasolina. Na melhor das hipóteses, porém, isso não acontecerá de um dia para o outro. "Se é verdade que começamos a ser um pouco optimistas — afirmava recentemente um dirigente da Ford na Alemanha — acho que teremos de enfrentar mais alguns meses de grande prudência da parte do comprador."

Além disso, mesmo que os consumidores acabem por se "reconciliar", de certo modo, com os preços mais elevados da gasolina, parece evidente que se preocuparão mais com a economia do combustível nos anos futuros do que se preocuparam até aqui — sendo, por conseguinte, provável que a procura crescente de carros mais pequenos se mantenha. Mas o reconhecimento deste facto, só por si, não oferece qualquer fórmula mágica aos fabricantes de automóveis. Alguns deles identificaram-se de tal modo com a produção de carros grandes e de elevada "performance", que só muito dificilmente modificarão este seu hábito. E aqueles que conseguirem modificá-lo não poderão passar a pensar em carros pequenos de um dia para o outro. A este propósito observava, há pouco, um dirigente da indústria automóvel francesa que, em França, são necessários três anos para adaptar uma fábrica de carros "normais" à produção de carros pequenos: "O nosso problema é, evidentemente, vender os carros normais que, entretanto, teremos de continuar a fabricar."

Existe, além de tudo isto, uma ameaça a longo prazo para todos os fabricantes de automóveis na presente luta mundial pelas matérias-primas. A falta de petroquímicos, de vidro, aço, borracha e alumínio poderá vir a destruir a indústria automóvel. Certas carências são já perfeitamente visíveis no Japão e, embora se não tenham materializado ainda de maneira importante, na Europa Ocidental ou nos Estados Unidos, o perigo de isso vir a acontecer é verdadeiramente real. De qualquer modo, parece quase inevitável que os preços de numerosas matérias-primas continuem a subir dentro do futuro previsível, tornando os automóveis ainda relativamente mais caros do que actualmente.

Para a indústria automóvel as actuais incertezas resumem-se, no fim de contas, a uma série de perguntas por enquanto irrespondíveis: será a presente baixa de vendas uma aberração meramente temporária, que acabará por passar com o andar do tempo? Conseguirá a indústria automóvel superar as suas actuais dificuldades através de improvisos técnicos e adaptações do mercado? Ou terão os seus problemas um carácter mais fundamental? Estará a indústria automóvel a sofrer uma doença de sobrecapacidade produtiva à escala mundial? Terão os seus principais mercados atingido o ponto de saturação? Irão os diversos países continuar a permitir que o automóvel se infiltre tão inteiramente nas suas economias que a mais insignificante baixa de vendas seja encarada como um desastre nacional? Estará, em suma, a era do automóvel a atingir, inexoravelmente, o seu fim?

O fascínio da era do automóvel perdeu já, indubitavelmente, uma boa parte do seu brilho. Mas, se os dias gloriosos do automóvel passaram, de facto, é difícil prever o que irá substituí-lo no futuro previsível. Muitas sociedades estão a verificar que a vida com o automóvel se torna cada vez mais difícil, mas estão a descobrir simultaneamente que talvez seja ainda mais difícil viver sem ele. ■

Houve vida em Marte?

Nos fins do século passado tinha-se quase por indiscutível a presença de vida em Marte. No seu observatório do Arizona, o astrónomo americano Percival Lovell descobria canais em progressão, como se fossem abertos por seres inteligentes. Assinalavam-se movimentos que se diriam da "migração de milhões de seres, talvez insectos", Herbert George Wells publicava a "Guerra dos Mundos", falava dos marcianos, ora como seres esguios, quase etéreos, ora como monstros tentaculares. Uma senhora — "madame" Guzmann — ofereceu à Sociedade de Astronomia de França um alto prémio, para o primeiro homem que conseguisse comunicar com outro planeta, "mas não com Marte, porque isso era demasiado fácil". Marconi, ele próprio, chegou a supor ter captado sinais vindos de Marte. E Ray Bradbury, mais modernamente, nas suas "Crónicas Marcianas" — ora adaptadas ao teatro — traçou a saudade pungente dos grandes canais secos, das cidades perdidas na noite dos tempos, dos marcianos esquecidos, num mundo demasiado velho, e substituídos pelos homens da Terra, demasiado novos, demasiado bárbaros para compreender esse mundo.

Com o início da exploração astronáutica, o mito foi-se dissipando. Verificou-se que a atmosfera marciana era demasiado ténue para permitir a vida de seres superiores e que esse facto e a ausência de um campo magnético significativo permitiam que as radiações cósmicas alcançassem a superfície do planeta com uma intensidade bastante para a tornar estéril. Além do que essa superfície se mostrava revolvida e coberta de cicatrizes como a da Lua, facto que indicava ter sido a atmosfera sempre ténue — e obrigava consequentemente a pôr de parte qualquer hipótese sobre a existência de marcianos em épocas longínquas.

Apesar de tudo, tanto as naves automáticas soviéticas, que observaram Marte no passado mês de Março, como as naves Viking americanas, que, segundo se espera, pousarão na superfície marciana em 1976, foram concebidas para detectar a presença de vida sob qualquer aspecto, mesmo muito elementar. Isso porque as fotografias obtidas — aos milhares — pela sonda Mariner 9, em 1972, indicaram a presença de canais — não os de Lovell, ou mesmo os que o astrónomo italiano Schiaparelli julgara ver, muito antes — mas outros, mais pequenos e irregulares — de formação natural, aparentemente resultante da passagem de correntes de água, permanente ou ocasional, vinda muito possivelmente das calotes polares.

Mas na ciência e na técnica nada é definitivo. Um relatório oficial publicado recentemente na "Izvestia" anunciou que o módulo de descida da nave Marte-6 assinalou a presença, na atmosfera marciana, de uma percentagem substancial de um gás inerte, que se presume ser o argo. Os especialistas americanos, por sua vez, ao comentarem a descoberta, afirmaram que, se ela se confirmar, terá "implicações dramáticas". Isso porque fará crer que "já houve vida em Marte e poderá voltar a haver".

O primeiro motivo para tal conclusão reside na analogia com a atmosfera da Terra, em que o argo está presente na proporção de 1 por cento. A presença de uma proporção maior do mesmo gás na atmosfera de Marte seria, na opinião de alguns cientistas, uma prova de que ela teria, noutros tempos, sido muito mais densa, mas os elementos mais abundantes nela — anidrido carbónico e vapor de água — ter-se-iam condensado e congelado, formando as calotes polares.

O segundo motivo é a oscilação periódica do eixo de rotação de Marte. Trata-se de uma oscilação semelhante à do eixo da Terra — a chamada precessão dos equinócios —, mas, segundo se crê, muito mais acentuada, e com um ciclo da ordem de 50 000 anos. Assim, tal como o nosso planeta está sujeito a "idades de gelo" e "fases tropicais", também Marte passará por épocas em que as

calotes polares são mais expostas à luz do Sol, fundindo-se e contribuindo simultaneamente para uma maior densidade da atmosfera e para a formação de correntes de água. O que possibilitaria o aparecimento de formas de vida. Ainda que — para desespero dos amantes de obras de ficção científica e de toda a espécie de sonhadores — os ciclos de 50 000 anos sejam demasiado curtos para o desenvolvimento de espécies superiores e logo de qualquer tipo de inteligência. ■

E. F.

A energia geotérmica

A utilização da energia geotérmica — até agora limitada às fontes de origem vulcânica — está a deixar de ser um sonho. Como se sabe, à medida que aumenta a profundidade de um furo aberto no solo, a temperatura aumenta também, ao ponto de tornar possível a geração de vapor de água e o accionamento de geradores eléctricos. A dificuldade está na abertura dos próprios furos, que resulta demasiado dispendiosa e nem sempre compensadora, em relação à energia produzida.

Apesar disso, e em teoria, é possível obter energia a partir de qualquer perfuração, em qualquer ponto da Terra. Mas, como se compreende, os esforços principais estão a ser dirigidos para as fontes que parecem de utilização mais fácil e mais rápida. Assim, a Comissão de Energia Atómica dos Estados Unidos acaba de conceder uma verba de 8 milhões de dólares para a construção de uma geradora perto de Battle Mountain High, no Norte do Nevada. Trata-se de uma região bem conhecida pelas suas fontes de água quente, que se supõe terem a sua origem num reservatório subterrâneo de dimensões enormes. Ainda que a verba concedida seja relativamente pequena, espera-se que a geradora possa produzir 10 megawatts — o que é significativo.

Uma companhia da Califórnia está, por sua vez, disposta a investir 17,5 milhões de dólares no aproveitamento do vapor natural de uma região situada cerca de 140 quilómetros a norte de São Francisco. Existe aí, já, uma geradora experimental, que produz cerca de 40 megawatts. A nova unidade, que estará pronta em 1977, permitirá elevar a produção para mais de 50 megawatts.

Outro projecto, considerado de extrema importância, diz respeito à exploração de um "reservatório de calor", descoberto alguns anos atrás pelo dr. David Blackwell, e que se situa perto de Marysville, na frente oriental das Montanhas Rochosas. A Fundação Nacional das Ciências, dos Estados Unidos, concedeu uma verba de 2,5 milhões de dólares para o estudo do "reservatório", que se crê ser constituído por uma massa de granito com um volume de mais de 300 quilómetros cúbicos, a qual teria sido expulsa do interior da Terra, há uns bons 40 000 anos, mas se teria detido a cerca de 1500 metros da superfície. A temperatura da massa de granito seria de cerca de 500 graus centígrados.

Resta, como se disse, o problema da abertura de furos suficientemente largos e profundos para permitirem um débito bastante de água e vapor. Mas, no Novo México, têm sido feitas experiências com a própria água a alta pressão, levando-a a abrir fendas capazes de atingirem as rochas profundas. Até agora, a profundidade atingida foi relativamente pequena, mas pensa-se realizar ensaios em grande escala no próximo Verão.

Dir-se-á que ainda não é muito. Mas é alguma coisa. E os resultados já obtidos poderiam ser de importância fundamental, se tivessem sido conseguidos num país pequeno. O que significa que eles constituem uma lição que não deve ser ignorada. ■

CINEMA

UM RITUAL DE CINEMA

Produzido pela e para a televisão sueca, rodado em 16 mm, realizado em 1968, entre "A Vergonha" e "A Paixão", ambos já estreados entre nós, o filme "Ritual", de Ingmar Bergman, surge-nos agora — depois do sucesso público de "A Máscara" e "Lágrimas e Suspiros" — como uma obra extremamente rigorosa e depurada, como se as circunstâncias da filmagem (duas semanas de rodagem num estúdio de televisão) tivessem levado o realizador a procurar na palavra e no rosto dos actores os fundamentos mais evidentes do seu cinema.

DA CENA

De facto, eliminando o suporte realista dos cenários, Bergman acentua desde logo a natureza convencional das formas de representação que informam o discurso fílmico. Dividido em cenas literalmente teatrais da câmara nos (raros) planos de conjunto, com a posição virtual da quarta parede imaginária do espaço cénico clássico, quer ao nível da lógica dramática do filme, que faz que os personagens (actores) representem outra imagem de si próprios — o filme de Bergman dispensa, por conseguinte, outros acessórios que não sejam aqueles implícitos nos subtítulos que separam intencionalmente as cenas e definem imediatamente o espaço do drama: um cartório, um quarto de hotel, um confessionário, um camarim, um bar, etc.

Por outro lado, a utilização sistemática dos grandes planos não só acaba por apagar os vestígios dispersos do cenário mas também concentra a atenção do espectador naquilo que mais interessa, aqui, Bergman: as palavras, os rostos dos actores e a tensão permanente que de umas para outros se estabelece, tanto mais que a fragmentação do espaço através da planificação muito

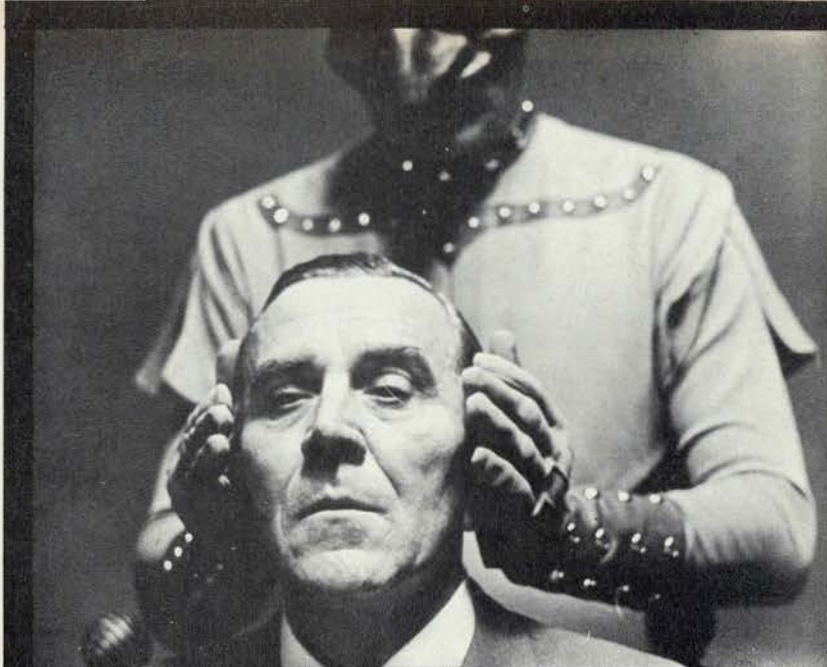
cerrada acaba por favorecer as relações de agressão que constituem o movimento primordial do filme.

DOS ACTORES

Acusados de representarem em público um espectáculo obsceno, três actores (Thea, Winkelman e Fischer) são chamados à presença de um juiz de instrução. Apercebemo-nos, a pouco e pouco, que o verdadeiro espectáculo que tanto incomoda as normas morais personificadas e defendidas pelo juiz não é tanto a actividade profissional dos actores — o espectáculo, o ritual — como a sua vida pessoal em comum. A articulação subtil entre o estatuto particular do actor na sociedade burguesa, escandalosamente improdutivo aos olhos da mentalidade dominante, e a reivindicação ostensiva de uma liberdade individual que se revela contraditória com os pressupostos repressivos da lei constitui um dos pontos centrais do "Ritual", a ponto de se sugerir que a liberdade de criação dos artistas pode ser fatal aos representantes da lei.

Cada um dos actores depende dos outros para elaborar o ritual do espectáculo no palco ou na vida. Se a obscenidade insuportável do espectáculo, do ritual, reside na implicação simbólica de que cada um dos homens (máscara, "persona") necessita de absorver a imagem do outro para garantir a vitalidade do seu poder, também fora do palco — mas o palco não é onde nós estamos, actuamos? — cada um deles procura na humilhação do outro, no desgaste e no aniquilamento a proa da sua segurança pessoal.

Se ser actor é esconder o que uma pessoa é na máscara de alguém que se não é e, mesmo assim, não deixar de ser nem um nem outro, veremos que o ritual, ou a passagem indecisa — impossível? — de uma personalidade a outra, consiste afinal na procura da identidade ou, se quiserem, da autenticidade pessoal de cada um, questão que o actor, melhor do que ninguém, exemplifica.

Deste modo, verificar-se-á que não é apenas no palco, nos camarins ou durante o ritual do espectáculo que os actores do filme utilizam máscaras. Máscaras são, por exemplo, o nome falso de "Thea", os óculos escuros de "Fischer", o passado e cadastro esquecido de "Winkelman", enfim, a dignidade aparente do "juiz". E se este escolhe a confissão religiosa, depois de ter imposto o interrogatório judicial aos actores, é porque sabe da importância daquilo que o silêncio oculta, da palavra, prova legal da culpabilidade de cada um. E assim, no filme, os nomes, as assinaturas, as palavras são escritos, lidos, registados, ouvidos, gravados, arquivados como prova irrefutável da fraqueza, do medo, da culpa, da simples existência dos outros.

"RITUAL", DE INGMAR BERGMAN — O palco é onde nós estamos

Entre aquilo que os actores dizem e o sentido que as máscaras favorecem

DO FILME

Compreendemos agora porque é que Bergman dispensa, com tanto rigor e coerência, qualquer efeito de realidade característico das formas clássicas da representação cinematográfica para reforçar apenas a intensidade dramática que se estabelece entre a significação daquilo que os actores dizem e o sentido que os seus rostos, ou máscaras, favorecem. Esta relação, que não é forçosamente representativa de qualquer realidade exterior à própria matéria significante do filme, mostra-nos, portanto, até que ponto o discurso fílmico se pode constituir desligado dos lugares-comuns narrativos instaurados pelo dispositivo tradicional do espectáculo cinematográfico.

Daqui que um filme como "Ritual" seja tão difícil de criticar ou até de classificar: o seu funcionamento escapa às limitações dos

TANDBERG

Numa cadeia estereofónica, a qualidade da música que você escuta depende, em grande parte, das colunas que possibilitam a sua reprodução final. Por isso, TANDBERG incorpora nos seus modelos de colunas um duplo «tweeter» e um «Midrandge» de 5", garantindo, assim, uma relação exacta na reprodução dos graves, médios e agudos.
As colunas TANDBERG, construídas segundo o princípio da câmara de compressão, asseguram uma pureza total de som, reproduzindo a maior parte da banda de frequências audíveis.

A exigência técnica de TANDBERG está bem patente nos modelos de colunas que fabrica. Assim, a respectiva potência de saida varia entre os 25 e os 40 watts, atingindo os 100 watts de potência musical no modelo que vemos na fotografia: o **TL 50-20.** TANDBERG garante aos seus aparelhos uma assistência eficiente, prestada por técnicos especializados da Divisão de «Som & HI-FI» da Termoelectrónica Génia, Lda., sua distribuidora exclusiva.

Para um esclarecimento mais completo, informe-se junto dos revendedores TANDBERG: Lisboa-Sassetti; Pontinha-Beldisco; Braga-Fernandes & Vasconcelos, Lda.; Porto-Discoteca Sofisticada; Coimbra-Friague; Vila Franca de Xira-Acustical; Funchal-Menezes & Teixeira, Lda.

TANDBERG

*Para a sua exigência,
a Fidelidade Tandberg.*

géneros cinematográficos vigentes e aos hábitos passivos da maior parte da crítica. Sabemos hoje que a prática significante das formas artísticas, entre as quais o cinema merece socialmente um lugar de destaque, se justifica na procura dos meios para dizer aquilo que a linguagem vulgar, quotidiana, não pode dizer. E se o cinema, ainda hoje, em larga escala, continua subsidiário de outros processos de comunicação, como a literatura ou o teatro, é porque o seu discurso se produz segundo estruturas que ele não pode transgredir senão na medida em que as encontra no campo da sua linguagem e da sua escrita. É em filmes como "Ritual" que nós poderemos procurar os ensinamentos de uma possível modernidade. ■

EDUARDO GEADA

Eliminar o suporte realista dos cenários

AS PALAVRAS E OS ROSTOS – Uma tensão permanente

O ritual segundo Bergman

Penso que cada um de nós é a soma do que leu, do que viu, do que viveu. Não acredito que os artistas nasçam do vazio. Sou uma pequena pedra de um grande edifício, dependo de cada um dos elementos desse edifício, esteja ele ao lado, por cima ou por baixo. (...)

Os personagens dos meus filmes são exactamente como eu, quer dizer, animais movidos por instintos, que, na melhor das hipóteses, reflectem quando falam. Nos meus filmes, o trabalho intelectual é relativamente reduzido. O corpo constitui a parte principal, com uma pequena zona para a alma... A matéria dos meus filmes são as experiências da vida. (...)

Sinto fortemente a função de ponto de mira desempenhada pelos actores. São sempre eles que estão em cena ou à frente da câmara. São sempre eles que se mostram, até às entranhas. Nós estamos protegidos. Podemos sempre sair-nos bem com uma careta ou uma piada. Eles não podem. Não podem despedir-se à francesa ou compensar o menor erro. Eles estão ali, com os seus corpos e os seus rostos. É por isso que me parece que, moralmente, é da mais elementar decência adoptar sempre escrupulosamente, firmemente, o partido dos actores. (...)

A única coisa definitivamente interessante é influenciar, estabelecer um contacto, comunicar, abrir uma brecha na passividade e na indiferença das pessoas. (...)

Quando o actor castiga mortalmente o espectador pode dizer-se que atingimos o auge do teatro comprometido. O ritual não é o que eles fazem no fim do filme, que é uma espécie de brincadeira, com uma série de truques, de marcas e de mecanismos de prestidigitação. O ritual é o jogo entre o artista e o seu público, entre o artista e a sociedade. Essas intervenções recíprocas de humilhações e necessidades. É isso que é o ritual. ■

INGMAR BERGMAN

O passado torna-se História viva diante dos seus olhos

Nós, ingleses, não guardamos o passado em vitrinas de museus. Ele continua a ser, para nós, uma boa parte do nosso dia-a-dia. Venha este verão descobrir isso connosco. Os nossos castelos e catedrais, as nossas pousadas no campo, os nossos hotéis de grande classe.
Fazer essas descobertas - é verificar como a História continua viva em Inglaterra. Venha ter connosco este verão - temos muito para dizer-lhe!

Escócia - terra de lendas e romance

Na Escócia encontrará um património cultural único, ao qual se junta uma cordialidade na maneira de receber tão única quanto a tradição!
É uma terra de urzes e montanhas, castelos e campos de batalha, kilts e gaitas de foles, Tweed e... Whisky! Venha aos Highland Games - os jogos desportivos onde os vários clans competem entre si, por exemplo, no "Tossing the Caber" - isto é, cortar a golpes de machado um tronco de árvore de grande porte! E ver o local onde Shakespeare fez desenrolar o seu "Macbeth"?
O Castelo de Glamis fica na Escócia... De Londres à Escócia é 1 hora de avião. E num combóio expresso, menos de 6 horas. Está claro que também pode alugar um automóvel - não há problemas de gasolina - e visitar o país com todo o seu vagar.

Os Beefeaters da Torre de Londres - os guardas das Jóias da Coroa, cuja farda carmim é um espectáculo. Visite a Torre de Londres com um pequeno suplemento, veja os Tesouros da Coroa Britânica.

Vestidos a rigor, os Argyll and Sutherland Highlanders no Castelo de Edimburgo - exactamente um dos locais da Inglaterra, onde a História revive aos seus olhos.

Gales — terra de canção

O mundialmente famoso som de um coro Galês tipifica esta região. Veja no País de Gales os magnificentes parques nacionais, viage no combóio-miniatura pelas montanhas e assista ao International Music Misteddfodd.

Inglaterra - onde a História se vê e se sente

Deixe a excitação londrina e dirija-se para as costas da Inglaterra, através de uma paisagem verde, pontilhada de antigas aldeias, torres magníficas de catedrais, veredas coleantes... e uma surpresa ao virar de cada curva de estrada - onde conduzir é fácil e verdadeiramente relaxante. Também pode fazer essa volta de combóio. Se ficar em Londres, pode - íamos a dizer: deve - visitar Oxford ou Cambridge, o Castelo de Windsor ou Stonebenge. Diariamente, há excursões a esses locais.

Onde ficar?

Pode escolher desde as velhas pousadas de campo - com todo o conforto moderno, até aos hotéis de luxo das cidades. Tem muito - e bom - por onde escolher. Também encontra casas particulares que fornecem dormida e pequeno almoço - o English breakfast, of course! - com preços desde 1,5 libra e nas quais se sentirá como fazendo parte da família... Seja qual fôr o seu orçamento... será bem-vindo e terá onde ficar bem instalado.

BRITAIN '74

Peça o folheto "Britain 74 Travel Guide", publicado pelo British Tourist Authority.
Cole este cupão num Bilhete Postal e envie para:

TURISMO BRITÂNICO
Apartado 2133—Lisboa 2

NOME ____________

MORADA ____________

____

LOCALIDADE ____________

BTA
BRITISH TOURIST AUTHORITY

VM

(Continuado da pág. 16)

Nacional; regulamentação em ordem a garantir a liberdade sindical dos trabalhadores e do patronato; estabelecimento de novos mecanismos de conciliação nos conflitos do trabalho.

i) Fortalecimento das autarquias locais, com vista à participação activa dos cidadãos na esfera política dos respectivos órgãos.

j) Rápida reforma das instituições administrativas.

2. LIBERDADES CÍVICAS

a) Garantia e regulamentação do exercício das liberdades cívicas, nomeadamente das definidas em Declarações Universais de Direitos do Homem.

b) Promulgação de medidas preparatórias de carácter económico, social e cultural que garantam o exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos.

c) Publicação de uma nova lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema.

d) Garantia da independência e pluralismo dos meios de informação, com salvaguarda do carácter nacional da Radiotelevisão Portuguesa e da Emissora Nacional; montagem de esquemas antimonopolistas em matéria de informação.

e) Definição de medidas que assegurem a seriedade das sondagens à opinião pública.

3. SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

a) Defesa permanente da ordem pública.

b) Definição de normas para a garantia da liberdade e segurança em manifestações na via pública e estabelecimento de medidas de salvaguarda do património público e privado.

c) Activação dos meios preventivos dos crimes em geral e, em particular, da corrupção dos delitos antieconómicos e de todas as formas de atentado contra pessoas e bens.

4. POLÍTICA ECONÓMICA E FINANCEIRA

a) Combate à inflação, através de medidas de carácter global.

b) Revisão da orgânica e dos métodos de administração económica, de modo a dotá-los de eficiência e celeridade de decisão.

c) Eliminação dos proteccionismos, condicionalismos e favoritismos que restrinjam a igualdade de oportunidades e afectem o desenvolvimento económico do País.

d) Criação de estímulos à poupança e ao investimento privado — interno e externo — com salvaguarda do interesse nacional.

e) Adopção de novas providências de intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica, designadamente junto de actividades de interesse nacional, sem menosprezo dos legítimos interesses da iniciativa privada.

f) Intensificação do investimento público, designadamente no domínio dos equipamentos colectivos de natureza económica, social e educativa.

g) Gestão eficiente e coordenada das participações do Estado, orientada para a defesa efectiva do interesse público.

h) Prossecução de uma política de ordenamento do território e de descentralização regional em ordem à correcção das desigualdades existentes.

i) Liberalização — em conformidade com os interesses do País — das relações económicas internacionais, no domínio das trocas comerciais e dos movimentos de capitais.

j) Apoio e fomento de sociedades cooperativas. Revisão dos circuitos de comercialização, de molde a libertá-los de intervenções e encargos não justificados.

l) Revisão imediata do IV Plano de Fomento, no quadro de uma estrutura participativa, transformando-o num instrumento efectivo de promoção social e desenvolvimento. Revisão da orgânica dos planos de fomento.

m) Reforma do sistema tributário, tendente à sua racionalização e à atenuação da carga fiscal sobre as classes desfavorecidas, com vista a uma equitativa distribuição do rendimento.

n) Adopção de medidas excepcionais destinadas a combater a especulação e a fraude fiscal.

o) Reforma do sistema de crédito e da estrutura bancária, visando, em especial, as exigências do desenvolvimento económico acelerado.

p) Nacionalização dos bancos emissores.

q) Dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária.

r) Auxílio às pequenas e médias empresas.

s) Protecção das participações minoritárias no capital das sociedades.

t) Reorganização dos serviços de estatística de modo a garantir a objectividade da informação e a permitir a intervenção oportuna na gestão da economia.

Competência do Presidente da República

1 — Vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e das restantes leis;

2 — Presidir à Junta de Salvação Nacional e ao Conselho de Estado;

3 — Nomear os membros do Governo Provisório de entre cidadãos portugueses que sejam representativos de grupos e correntes políticas ou sejam independentes, mas se identifiquem com o Programa do Movimento das Forças Armadas, e exonerá-los;

4 — Convocar o Conselho de Estado;

5 — Convocar e presidir ao Conselho de Ministros, quando o julgar conveniente;

6 — Marcar, de harmonia com a lei eleitoral, a data das eleições dos deputados à Assembleia Constituinte;

7 — Convocar a Assembleia Constituinte e abrir a sua sessão;

8 — Prorrogar, se necessário, a sessão da Assembleia Constituinte, nos termos do número 2 do artigo 3;

9 — Representar a Nação e dirigir a política externa do Estado, concluir acordos e ajustar tratados internacionais, directamente ou por intermédio de representantes, e ratificar os tratados depois de devidamente aprovados;

10 — Exercer a chefia suprema das Forças Armadas, nos termos da lei;

11 — Indultar e comutar penas;

12 — Declarar, ouvido o Conselho de Estado, o estado de sítio, com suspensão, total ou parcial, das garantias constitucionais, em um ou mais pontos do território nacional, no caso de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras ou no de a segurança e a ordem pública serem perturbadas ou ameaçadas;

13 — Promulgar e fazer publicar as leis constitucionais e as resoluções emanadas do Conselho de Estado, bem como os decretos-leis e os decretos regulamentares, e assinar os restantes decretos. Os diplomas mencionados neste número que não sejam promulgados, assinados e publicados segundo nele se determina são juridicamente inexistentes.

5. POLÍTICA SOCIAL

a) Criação de um salário mínimo, generalizando-o progressivamente aos vários sectores do mundo do trabalho.

b) Instituição de sistemas que assegurem o poder de compra das classes desfavorecidas, independentemente das contingências acidentais da prestação de trabalho.

c) Dignificação da função pública, com garantia da sua independência política e regulamentação do direito de associação do funcionalismo; revisão imediata do sistema de remunerações.

d) Adopção de novas providências de protecção na invalidez, na incapacidade e na velhice, em especial aos órfãos, diminuídos e mutilados de guerra.

e) Definição de uma política de protecção da maternidade e da primeira infância.

f) Aperfeiçoamento dos esquemas de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.

g) Lançamento das bases para a criação de um serviço nacional de saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos.

h) Substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social.

i) Criação de novos esquemas de abono de família.

j) Medidas de protecção a todas as formas de trabalho feminino e rigorosa fiscalização do trabalho de menores.

l) Criação de esquemas unificados e polivalentes de formação profissional, com participação obrigatória do Estado e do sector privado.

m) Estabelecimento de regimes de participação dos trabalhadores na vida da empresa.

n) Adopção de medidas económicas e sociais destinadas a motivar o retorno dos emigrantes, e de protecção e enquadramento dos trabalhadores portugueses no estrangeiro.

o) Financiamento de equipamentos colectivos, com especial incidência no sector da habitação, conjugado com uma política de solos adequada, de modo a facultar às camadas populacionais de menores rendimentos alojamento condigno e em condições acessíveis.

p) Protecção à natureza e valorização do meio ambiente.

6. POLÍTICA EXTERNA

a) Respeito pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, e da não ingerência nos assuntos internos de outros países.

b) Respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte, bem como pelos compromissos assumidos de carácter comercial e financeiro; contribuição activa no sentido da manutenção da paz e segurança internacionais.

c) Intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia.

d) Reforço da Comunidade Luso-Brasileira em termos de eficiência prática.

e) Manutenção das ligações com o Reino Unido, o mais antigo aliado de Portugal.

f) Continuação das relações de boa vizinhança com a Espanha.

g) Reforço da solidariedade com os países latinos, da Europa e da América.

h) Manutenção da tradicional amizade com os Estados Unidos da América do Norte.

i) Estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo.

j) Renovação das históricas relações com os países árabes.

l) Revisão da política de informação no estrangeiro.

m) Apoio cultural e social dos núcleos portugueses espalhados pelo mundo.

n) Definição de uma política realista para com os países do Terceiro Mundo.

o) Participação e colaboração activa com a O. N. U. e, em geral, com os organismos de cooperação internacional.

7. POLÍTICA ULTRAMARINA

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é essencialmente política e não militar.

b) Instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios, para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação, sempre em ordem à salvaguarda de uma harmónica e permanente convivência entre os vários grupos étnicos, religiosos e culturais.

c) Manutenção das operações defensivas no Ultramar destinadas a salvaguardar as vidas e os haveres dos residentes de qualquer cor ou credo, enquanto se mostrar necessário.

d) Apoio a um acelerado desenvolvimento cultural, social e económico das populações e territórios ultramarinos, com vista à participação activa, social e política, de todas as raças e etnias na responsabilidade da gestão pública e de outros aspectos da vida colectiva.

e) Exploração de todas as vias políticas que possam conduzir à paz efectiva e duradoura no Ultramar.

Competência do Conselho de Estado

Compete ao Conselho de Estado:

1 — Exercer os poderes constituintes assumidos em consequência do Movimento das Forças Armadas até à eleição da Assembleia Constituinte;

2 — Sancionar os diplomas do Governo Provisório que respeitem:

a) À eleição da Assembleia Constituinte;

b) À definição das linhas gerais da política económica, social e financeira;

c) Ao exercício da liberdade de expressão, de pensamento, de ensino, de reunião, de associação e de crenças e práticas religiosas;

d) À organização da defesa nacional e à definição dos deveres desta decorrentes;

e) À definição do regime geral do governo das províncias ultramarinas.

3 — Vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo ou da Administração, podendo declarar com força obrigatória geral, mas ressalvadas sempre as situações criadas pelos casos julgados, a inconstitucionalidade de quaisquer normas:

4 — Autorizar o Presidente da República a fazer a guerra, se não couber o recurso à arbitragem, ou esta se malograr, salvo o caso de agressão efectiva ou iminente de forças estrangeiras, e a fazer a paz;

5 — Pronunciar-se sobre a impossibilidade física do Presidente;

6 — Pronunciar-se em todas as emergências graves para a vida da Nação e sobre outros assuntos de interesse nacional sempre que o Presidente da República o julgue conveniente.

7 — Os diplomas que devem ser sancionados pelo Conselho de Estado não poderão ser promulgados pelo Presidente da República sem que a sanção tenha sido concedida.

8. POLÍTICA EDUCATIVA, CULTURAL E DE INVESTIGAÇÃO

a) Mobilização de esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais.

b) Desenvolvimento da reforma educativa tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa.

c) Criação de um sistema nacional de educação permanente.

d) Revisão do estatuto profissional dos professores de todos os graus de ensino e reforço dos meios ao serviço da sua melhor formação.

e) Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais acelerado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades.

f) Criação de esquemas de participação de docentes, estudantes, famílias e outros sectores interessados na reforma educativa visando, em especial, a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho.

g) Definição de uma política nacional de investigação.

h) Fomento das actividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, cinema, música e artes plásticas, e ainda dos meios de comunicação social, como veículos indispensáveis ao desenvolvimento da cultura do povo.

i) Difusão da língua e cultura portuguesas no mundo. ■

Competência do Governo Provisório

Compete ao Governo Provisório:

1 — Conduzir a política geral da Nação;

2 — Referendar os actos do Presidente da República;

3 — Fazer decretos-leis e aprovar os tratados ou acordos internacionais;

4 — Elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;

5 — Superintender no conjunto da administração pública;

6 — Elaborar a lei eleitoral.

Os actos do Governo Provisório que envolvam aumento de despesas ou diminuição de receitas são sempre referendados pelo ministro da Coordenação Económica.

LIVROS

LETRAS AÇORIANAS

Pôr a circular nas ruas de Angra do Heroísmo uma literatura inconformista, eis o que não parecerá nada fácil a quem tenha alguma vez percorrido essa idolátrica cidade, a Braga atlântica, onde os jornais falam de paisagem e de moral, sem esquecerem alguma crónica literária sobre o escritor oficial do arquipélago, crónica derramada da adjectival pena de algum "crítico" consagrado na capital. Santos Barros deve conhecer tudo isto, melhor que eu.

O autor de "Topiária" — pequeno caderno "artesanal", que transporta uma elucidativa chancela: **Edição e Impressão do Autor** —, colocado no cruzamento da Europa com a América, parece não ter seguido, pelo menos no que respeita à produção literária, o caminho que se impôs a todos "nós", os nascidos e crescidos numa marginalidade bem maior que aquela de que falam as gazetas. Santos Barros parece não ter "emigrado". Dessas ilhas, tudo tem, de facto, emigrado. Desde a mão-de-obra repartida, da Califórnia à Austrália, até à literatura dum Antero, que conheceu coisas e loisas, desde Hegel aos socialismos, para se finar, como é sabido, num jardim de São Miguel, mais desterrado, na ilha natal, do que os "Calafonas" que obtiveram ranchos e respeitabilidade e são, na grande nação americana, ciosos baluartes da reacção, todos fiéis à enorme sacristia que essas ilhas constituem.

Mas prefiro citar Santos Barros: "Hoje, Angra é uma cidade prenhe de história limpa dos conventos pornográficos também descritos pelo dito **capitão** ligada a todas as ilhas maiores e menores do mundo e para que conste se manda passar certidão narrativa destes factos historicamente subversivos mas sem dúvida dotados daquela nossa moral tradicional que constitui a trave mestra da nossa unidade nacional (...)." Seria porventura injusto referirmos apenas o que há de revolta, de amargura e de humor neste passo, bem como nos melhores passos de "Topiária". Será necessário acentuarmos que os textos de Santos Barros denotam, para além do amargo enclausuramento, a movimentação da esperança, movimentação não raras vezes tendendo para a introdução de certo prosaísmo numa linguagem poética.

Temos de reconhecer em tal mistura a contestação, a ânsia de quebrar o isolamento, a assimilação activa de várias "poéticas", a rejeição do bolor ilhéu.

PSICOLOGIA ESTRUTURAL

Da influência do estruturalismo no campo dos estudos psicológicos, testemunha o livro de Roger Mucchielli, **Introdução à Psicologia Estrutural** (I), Editorial Presença (Biblioteca de Ciências Humanas), Lisboa, 1974.

O autor entende que chegou a hora duma renovação da psicologia e não esconde a sua dívida para com os ramos do saber inspiradores duma nova metodologia: "Conceitos outrora clássicos em psicologia, tais os de **Pulsão, Instinto, Tendência, Motivação ou Inconsciente**, concebido como o local de recalcamento das "forças"... perderam hoje em dia todo o significado. Não chegam já para exprimir a experiência. O conceito de **estrutura** impõe-se porém, pelo contrário, numa nova acepção, relativa agora à psicologia, depois de ter permitido já uma renovação da linguística geral e da antropologia cultural" (pág. 10).

Não admira, assim, que o problema da **significação** ocupe largo espaço nesta obra, principalmente na primeira parte, subordinada à seguinte interrogação: "O que é que isto significa?" A exclusão duma "objectividade" ingénua é, no entender de R. Mucchielli, um passo essencial para a determinação do âmbito destes estudos: "O essencial psicológico situa-se pois ao nível das significações-vividas-por-um-sujeito, e não tem sentido pôr o problema filosófico de saber se a essas significações corresponde ou não uma realidade objectiva" (pág. 23).

Quanto à segunda parte da obra, ela surge-nos subordinada ao problema da **informação**: estímulo, resposta, apreensão, relações com o meio, etc., aí são revistos à luz da nova metodologia, que se ocupa das diversas aquisições, não recusando as experiências com o mundo animal ou vegetal, desde a experimentatação "clássica" até às conquistas da cibernética.

PSIQUIATRIA POR/PARA TODOS

Roger Gentis — **A Psiquiatria Deve Ser Feita/Desfeita por Todos**, Assírio e Alvim (Textos de Ciências Sociais — 4), Lisboa, 1974 — é, culturalmente, um denunciador do impasse. O impasse consiste na admissão do carácter opressivo de toda a produção cultural. Ora, sendo a cultura, repressiva ou libertária, um produto especificamente humano (no sentido lato do termo), a angústia do autor, perante a febre do lucro, do poder, da deturpação, da mutilação, da escravização duma sociedade, é levada a tais extremos que a resposta (melhor: a não resposta) é a seguinte: "Não vejo, no estado actual das coisas, nenhuma saída para esta situação. Enquanto uma maioria de pessoas continuar a **ser falada** no discurso de uma minoria, enquanto não tiver nenhuma influência na produção do discurso cultural, não vejo como é que a psiquiatria, e muitas outras coisas com ela, poderão verdadeiramente mudar e, eventualmente, deperecer" (pág. 37).

Denunciando os diversos vícios das instituições psiquiátricas — por vezes empenhadas na perpetuação da doença mental, visto esta lhes fornecer o lucro e a razão de ser — Roger Gentis não poupa também a psicanálise, na forma divulgada, ou seja: uma maneira burguesa de reintroduzir a ordem onde esta ameaça rebentar.

Relações das terapêuticas com as exigências do consumo, com as instituições que asseguram o policiamento, análise do arbitrário que se mascara com o nome de "razão", etc. — tudo é, nesta obra, atacado pela base. Diz o autor: "Como o ensino, como a psiquiatria, a administração tem que se pôr esta questão. Radicalmente: **não se** trata de reformas. Como o psiquiatra lúcido, como o professor lúcido, o administrador lúcido só pode trabalhar no sentido da sua própria extinção" (pág. 29).

Que fica, no lugar de tantos administradores adulterados?

"Serão talvez precisas gerações para libertar o desejo, para libertar verdadeiramente os corpos.

"Serão talvez precisas várias revoluções para que um dia deixe de haver pessoas **razoáveis**.

"Pois eu sonho, evidentemente, com uma sociedade onde já não haverá necessidade de psiquiatras" (pág. 67).

PIADA (?) MAL TEMPERADA

O oportunismo é, como o nome indica, um cálculo de ocasião. Um oportunista pode, contudo, ao longo de decénios, manter coluna no jornal. O oportunista singra. O oportunista tem graça — diz-se um dia. O oportunista torna-se prato habitual. Ajuda à digestão. Cozinhado circunstancial. Uma só fórmula de riso. Colherada racionada, sem fazer periclitar o entendimento familiar (se isso existe...).

Millôr Fernandes. Já tinha visto este nome em qualquer parte. Agora arranjou editor. Enquanto os escritores portugueses não arranjam editor, a "Futura" edita o **Livro Vermelho dos Pensamentos de Millôr**.

Eu, abaixo assinado, nunca critiquei um livro sem o ter lido na íntegra. Abro uma excepção para este **Livro Vermelho**, cuja escarrapachada propaganda reza assim: "Documento que revoluciona todo o pensamento ocidental! Um verdadeiro orgasmo filosófico!"

O leitor, que não se deixe imbecilizar, talvez deduza que tem sido tratado como um menor, mesmo que as têmporas lhe branquejem.

E — curioso! — as editoras queixam-se de dificuldades, entre as quais avulta a falta de papel... ■

JOSÉ MARTINS GARCIA

MADE IN PORTUGAL

guinde a sua empresa a uma nova dimensão

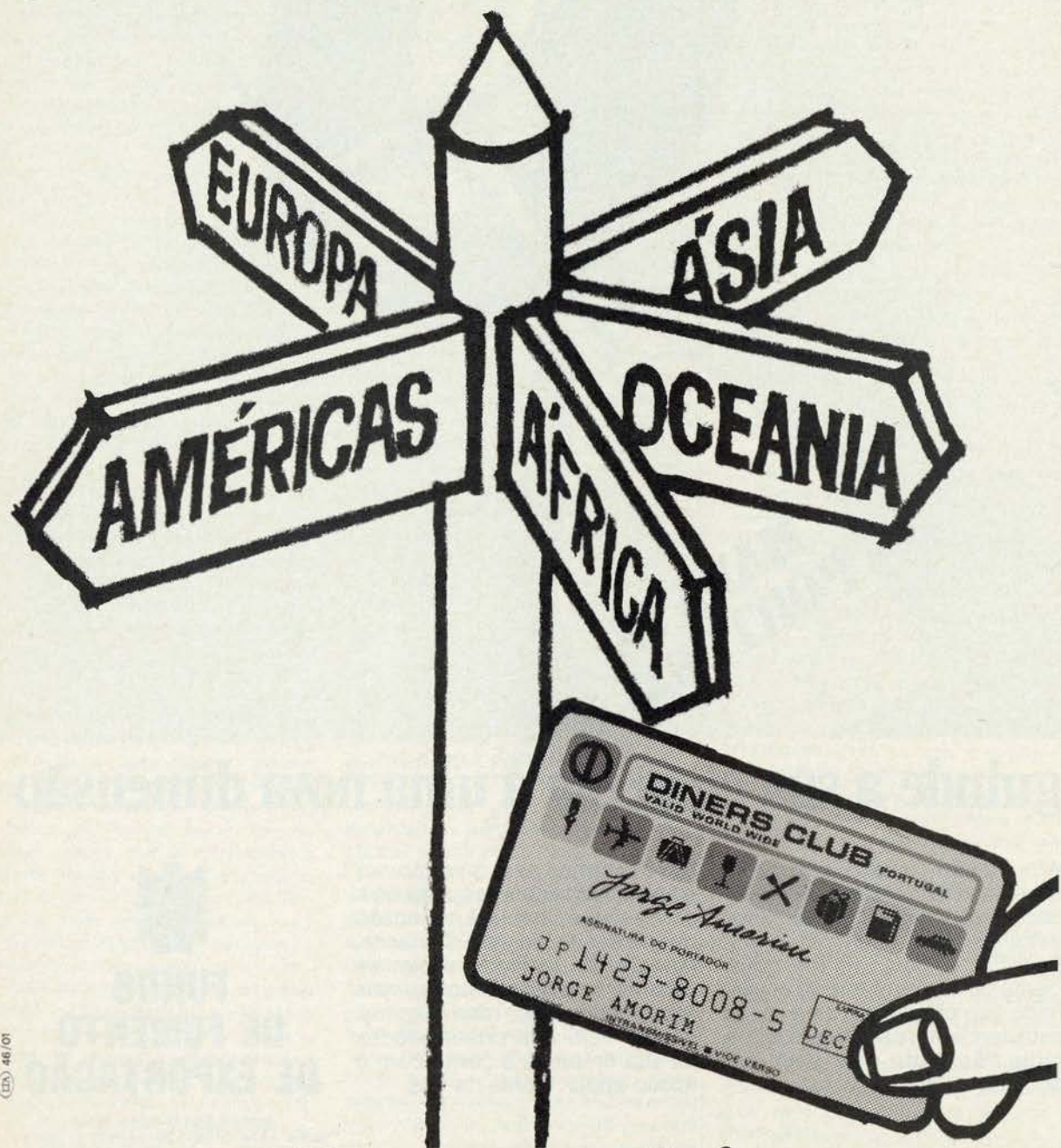
A produção nacional tem agora uma palavra a dizer e a capacidade de aquisição dos mercados estrangeiros é cada vez maior. Exportar é, pois, atitude consciente de desenvolvimento económico que obedece a uma sólida estrutura empresarial cuja estratégia não pode nem deve ser deixada ao acaso.

Daí existirmos para o esclarecer e apoiar nas iniciativas que tenham como determinante a expansão da sua economia via Exportação, através de serviços sectoriais cada vez mais especializados, mais experientes, logo, mais seguros. Atente bem nas possibilidades da sua empresa e conte com o nosso apoio. Contacte-nos.

Avenida 5 de Outubro, 101, A
Telefs. 767410/ 767520/ 767573 - Lisboa 1

Rua Gonçalo Cristóvão, 128 1.º - Esq.
Telef. 380214 - Porto

LINTAS 73-FFE-76

No mundo inteiro, continue a pagar com Diners

o cartão que dá a nota

TESTEMUNHO

TEXTO INTEGRALMENTE CORTADO PELA EXTINTA COMISSÃO DE EXAME PRÉVIO (CENSURA)

Gisèle Halimi:

DA LUTA DE CLASSES À LUTA DOS SEXOS

Na entrevista que a seguir publicamos, o jornalista Pierre Desgraupes fala com a advogada francesa, Gisèle Halimi, sobre alguns dos problemas mais cruciais da nossa época.

Sou eu que, sem saber, sou misógino ou é a sociedade inteira? Em vinte personalidades pertencentes a todos os meios que entrevistei em dez meses, só a vigésima, finalmente, é uma mulher. Contudo esta, representante de todas as outras, grita tão alto que para não a ouvir seria necessário tapar os ouvidos! Célebre advogada, Gisèle Halimi, é igualmente a fundadora da associação Choisir, que fez, há um ano, de um banal caso de aborto julgado no tribunal de Bobigny o processo retumbante da Lei de 1920, condenada desde então ao desaparecimento. Do livro que publicou "La Cause des Femmes" ("A Causa das Mulheres") é muito pouco dizer que é uma defesa de todas as mulheres. Na obra declara-se guerra às hostes masculinas. Entrevistando a autora, julguei poder pedir a indulgência do tribunal. A vós, de julgar.

Pierre Desgraupes — Gisèle Halimi tem lutado durante anos para que haja liberdade de abortar e insiste sobre o facto de se tratar de um combate apolítico. É ainda a sua opinião?

Gisèle Halimi — Sim. Com a condição de se compreender o significado de "apolítico"...

P. D. — Hoje, alargou o combate e partiu em guerra contra a opressão dos homens em geral. Escreveu: "Há a luta das classes, há também a luta dos sexos." Não existe uma contradição nestas duas afirmações?

G. H. — Não. Quando digo que o combate é apolítico, quero dizer que as mulheres, qualquer que seja a classe a que pertencem, estão oprimidas pelo facto de não possuírem uma liberdade que eu considero primária, elementar, física: a liberdade de dispor de si próprias. É um facto muito importante. E muitas vezes apresento a pergunta aos homens: que fariam se bruscamente os proibissem de dispor de vós próprios, do vosso corpo?

P. D. — Não discuto esse ponto, queria que me explicasse a sua referência à luta de classes.

G. H. — Sou ao mesmo tempo uma militante feminista e uma militante das esquerdas. Como militante das esquerdas acredito na existência de uma luta de classes, onde a mulher é vítima da mesma exploração que o homem. É evidente. Mas, para as mulheres, junta-se um coeficiente de sobre-exploração que faz com que a mulher do operário seja mais explorada do que o operário e que a mulher rica seja dominada e explorada, à sua maneira, pelo seu marido mesmo — e sobretudo — se ele a cobre de jóias.

P. D. — Conclui, pois, que a libertação da mulher passa obrigatoriamente pelo socialismo?

G. H. — Ah! Sim... socialismo, condição necessária, mas não suficiente...

P. D. — E quando fala de socialismo não se trata de socialismo à maneira sueca, imagino, mas de um socialismo marxista?

G. H. — Sim. Ainda que eu passe por uma herética. Contudo, os pensadores marxistas disseram que a mulher burguesa era "um instrumento de produção" nas mãos do seu marido. São textos que, concordo, não foram postos à luz, porque nessa época preferiram insistir na sobre-exploração que constituía o trabalho das mulheres e das crianças nas fábricas e nas minas, com o advento da era industrial. Mas existem.

P. D. — Parece, portanto, que os partidos não são da mesma opinião, pois não fazem diferença nos seus países entre a libertação do homem e da mulher. Você, pelo contrário...

G. H. — Penso que a exploração da mulher existe de um modo específico. Fundamentalmente, pelos textos estudados, sou marxista. Mas julgo que é falso dizer, como dizem os nossos escolásticos marxistas, que basta libertar o homem e que, como consequência, se seguirá a libertação da mulher! Creio que, para chegar a isso, é necessário inverter o esquema clássico: primeiro o económico, depois o político e finalmente o ideológico e o cultural. Olhe o que se passa na União Soviética. Não se pode dizer verdadeiramente que tenha havido, em relação às mulheres, uma transformação de mentalidade. Para a provocar, é preciso insistir sobre a deslocação histórica da economia — que mantém o seu papel determinante — para a ideologia e a cultura. Deslocação devida à opressão e às lutas das mulheres de hoje.

P. D. — Assim, por si própria, verifica que a transformação da mentalidade não se produziu no país onde nasceu a revolução socialista, mas continua a afirmar que a libertação da mulher, tal como a deseja, passa obrigatoriamente pelo socialismo?

G. H. — Creio que a pergunta que é preciso pôr hoje é a seguinte: há algum sítio no mundo onde se realizou verdadeiramente o socialismo?

P. D. — Não são, todavia, os modelos que falam!

G. H. — Há verdadeiramente um socialismo a fazer em França que, diga-se o

testemunho

que se disser, não é nem chinês nem soviético nem chileno.

P. D. — Se quiser, abordemos o problema de um outro modo: a liberdade de abortar, tal como a concebe, tão livre como pretende, faz parte da libertação da mulher?

G. H. — Absolutamente.

P. D. — Com essa libertação parcial, concordo, mas apresentar-se-á como primordial nos países que não são socialistas?

G. H. — Para já um parêntese sobre um ponto que julgo capital. Quero que fique bem claro que não fazemos uma cruzada pelo aborto. O que nos importa é, sobretudo, o poder sobre nós próprias. Não é por acaso que em Choisir nós fizemos da contracepção e da educação sexual o nosso objectivo número um. A liberdade para a mulher, mais do que para o homem, neste domínio, é o conhecimento, é o prevenir. O aborto deve ser somente em último recurso, o insucesso contra o insucesso. Numa perspectiva utópica, onde a contracepção seria praticada e eficaz em 100 por cento, nunca mais haveria aborto. Creio que dizer isso é capital. Agora volto à sua pergunta. A liberdade sexual, a contracepção e o aborto são efectivamente uma peça fundamental, mas uma peça somente da libertação da mulher, porque é nessa batalha que podemos estar todas no mesmo plano. Bem entendido não comparo a opressão que pode sofrer uma Marie-Claire Chevalier (acusada do processo de Bobigny), filha de uma empregada do metropolitano, ela mesma mãe solteira, com três filhos, 1500 francos por mês, com a de uma burguesa que, encontrando-se grávida, se sente igualmente culpada porque a lei, em princípio, a reprime, mas que pode tomar o avião para ir a Inglaterra ou a Amsterdão. Mas, isso dito, a opresssão existe para ambas.

P. D. — Explique-me qual é essa opressão comum aos dois casos de que falou.

G. H. — Trata-se, precisamente, de algo bastante difícil de explicar a um homem. Quando se é mulher, sentimo-la. Sei que vou escandalizar mas é assim. Quando "alguma coisa" cresce no ventre e não é desejada, é como uma armadilha monstruosa que vai apertar-se em volta de nós próprias. Só se tem essa ideia, obcecante, só se vive através disto: "é preciso desembaraçarmo-nos". Mas, em contrapartida, posso dizer que conheço as duas experiências, quando se espera um filho que se quis... Enquanto esperava o meu primeiro filho, que tem agora 21 anos, creio que me senti mais do que um escritor, mais do que um pintor, mais do que um criador!... Não queria perder nada do que se passava em mim, mantinha um diário, queria saber se estava modificada afectivamente, psiquicamente, intelectualmente. Estava à escuta de mim mesma. Era uma aventura extraordinária. É o que nós chamamos ter liberdade de escolha. Creio que uma mulher deve permanecer livre para escolher, ir até ao fim. Mas, quando não se quer, vai-se até morrer. Sr. Desgraupes, mas aborta-se! Até morrer! E isto não se chama nem vida nem criança, nem feto nem nada do que as associações que pretendem respeitar a vida opõem hipocritamente ao nosso desejo de libertação. É essa a grande diferença. Mas volto à sua objecção.

P. D. — A minha objecção era simples, dizia-lhe: "Não tem necessidade de impor o socialismo a toda a gente, mesmo àqueles que não querem, para obter isso..."

G. H. — Para o aborto, é verdade; não é preciso estar em regime socialista para libertar as mulheres desta opressão. Exemplos: o Japão, os Estados Unidos, para citar apenas os "gigantes". Mas para as libertar totalmente, creio que isso não se poderá fazer numa sociedade capitalista, se prefere, liberal.

P. D. — O que quer dizer com "totalmente"? No seu espírito esta totalidade não pode ser uma adição?

G. H. — O que entende por adição?

P. D. — É juntando pouco a pouco bocados, fragmentos, como este do aborto, que se pode chegar ou não à totalidade de que fala?

G. H. — Não, não se pode.

P. D. — A totalidade só se obtém de repente? Com um golpe de misericórdia?

G. H. — Não, não, eu não disse isso, não falo de misericórdia. É, pelo contrário, um combate de todos os instantes.

P. D. — Vou-lhe fazer a pergunta de outro modo. Uma das coisas que, a meu ver, é "excessiva" no seu livro é a que lá não está A saber, por exemplo, a constatação que a condição das mulheres tem evoluído consideravelmente no decurso do último século e talvez ainda mais nos países liberais do que nos socialistas. Pergunto-lhe por que razão esta soma de modificações, que não está terminada, não acabará por se tornar a totalidade que deseja. A pergunta está clara?

G. H. — Sim, é muito clara. Tem razão efectivamente ao dizer que as mulheres têm progredido. Mas é preciso analisar esta progressão. O facto de as mulheres que trabalham serem mais numerosas hoje em França do que dantes não é um progresso em si se o trabalho as integra numa exploração, e se elas estão relegadas para tarefas subalternas. A responsabilidade, o poder de decisão é o que nós queremos. A libertação total da mulher é verdadeiramente uma revolução cultural e vou explicar-me. É necessário chegar ao ponto que na vida, no trabalho, na criação, no casal...

P. D. — Porque, na sua totalidade, conserva contudo o casal?

G. H. — Sim, estou longe de aprovar as teses de certas raparigas do movimento feminista que querem, pura e simplesmente, eliminar o homem. Nós, nós dizemos que o casal homem-mulher pode continuar a existir com a condição de que mude. De outro modo, seria só fachada, hipocrisia. Um par possível são duas liberdades numa certa unidade.

P. D. — E como conta atingir esse fim?

G. H. — Penso que para se atingir isso é preciso que haja uma espécie de intertransformação total dos papéis, das responsabilidades, que não seja consierado chocante, nem mesmo extraordinário, que uma mulher tenha o lugar de um homem, qualquer que seja esse lugar. Agora, notam-se as mulheres nestes casos. É a "anomalia", o "caso".

P. D. — É um começo, mas o facto é reconhecido.

G. H. — Não acredito que o facto seja assim reconhecido como diz. Mesmo nos grupos da esquerda. Viveu-se isso em Maio de 68. As mulheres que participaram no movimento acreditaram, por um momento, que eram os aparelhos dos partidos tradicionais que não gostavam das mulheres e as relegavam para lugares subalternos. Mas viram que com os outros era semelhante. Bem entendido, nesta espécie de "fiesta" que foi Maio de 68, as mulheres comprometeram-se com entusiasmo nos grupos revolucionários. Somente, chegada a altura da repartição das tarefas, da elaboração do pensamento e da prática revolucionária viu-se que tudo isso era para os homens. E as mulheres destinaram-nas de novo aos trabalhos subalternos, tentando convencê-las que numa revolução toda a gente deve fazer tudo. É verdade para as mulheres, não o é para os homens! É o que é preciso mudar. É necessário que num jornal socialista as mulheres possam escrever um editorial fundamental sobre a guerra do Próximo Oriente ou sobre a crise do petróleo. Sem problemas. É isso a igualdade dos sexos.

P. D. — Mas eu volto sempre ao mesmo

ponto. Essa igualdade existe agora nos jornais que não são socialistas.

G. H. — Escute, se é de Françoise Girou (directora do semanário "L'Express") que quer falar...

P. D. — Não somente dela. Há mulheres que escrevem artigos sobre política internacional extremamente importantes.

G. H. — Vou-lhe dar um exemplo para se explicar o que quero dizer. Trata-se justamente de Françoise Giroud. Numa recente emissão de televisão, Françoise Giroud tentou falar de economia. Não pôde fazê-lo. Tentou desesperadamente fazer-se ouvir. Em vão. Porque há domínios aos quais nós somos tradicionalmente estranhas... Fecham-nos a porta na cara!

P. D. — Não se pode fazer tudo num dia. A imagem da mulher já mudou e mudará ainda. Para isso não é necessária uma revolução socialista.

G. H. — Mas não quero que mude com o aspecto de uma prenda que nos dão.

P. D. — De acordo, não lhe daremos...

G. H. — Porque se nos dá essa prenda, tiram-na a seguir. Mesmo se não a tirarem, que se passará? Tivemos uma prenda, mas não são as ofertas que mais faltam às mulheres. É este caminhar em direcção à liberdade que se afirma como necessário pedagogicamente. Não têm de nos dar uma prenda. Têm de nos dizer: "Vocês são seres humanos como nós, em parte inteira, tão tolos, tão inteligentes, tão fortes, tão fracos, tão criadores, etc..., então batamo-nos juntos, mas da mesma maneira, e com uma intertransformação perfeita." E depois, Sr. Desgraupes, é muito bonito mostrar os progressos da mulher, mas reflectiu no facto de que em 1973 dois trabalhadores em três são mulheres, que em três desempregados dois são mulheres? ... Então de que progresso estamos a falar?

P. D. — Bem, já que por sua vez me entrevista, vou responder-lhe. O seu livro começa por uma história. É a sua. Resumo-a para aqueles que ainda a não leram. Quando nasceu, o seu pai escondeu o acontecimento aos seus amigos durante quinze dias, porque considerava catastrófico ter uma filha. E você concluiu que era uma maldição nascer mulher. Digo que nisto há uma generalização abusiva. Porque se, em vez de ter nascido numa sociedade arcaica, na Tunísia, tivesse nascido na mesma data em Londres ou em Paris, ou mesmo na minha região de Périgeux, certamente agora não poderia contar a mesma história... É isso o progresso.

G. H. — Talvez, com efeito, a família dessa criança não tivesse sentido o seu nascimento como uma maldição, mas isso não é o essencial. O que eu quero dizer é que mesmo se isso não se exprime de uma maneira brutal como no meu caso, há na educação das raparigas, no destino que se lhes fixa, alguma coisa que é bem uma maldição. Finalmente, uma mulher nasce para, mais ou menos, concordo consigo, segundo as épocas, segundo os países, segundo as ideologias, ser colocada sob a responsabilidade de um homem. É primeiro o pai e depois o marido. E mesmo hoje isso é assim. Não o pode negar, sr. Desgraupes; mesmo às raparigas que estudam (e no meio operário elas são raríssimas) que se lhes diz? Diz-se-lhes: estudem. Mas quantas vezes ouvi acrescentar: enquanto esperam! Compreende: enquanto esperam! Não se lhes diz: estuda como um homem estuda, sê independente economicamente. Dizem-lhes: enquanto esperam! Esperando o homem, o marido, o tutor. Escrevi que a desgraça da mulher é gastar o dinheiro ganho por um homem. Sei que não preconizo uma solução popular, mas afirmo: a todos os níveis de produção e qualquer que seja o sistema económico ao qual se pertence (veja que não espero o socialismo para isso) é preciso que a mulher trabalhe. Mas no sistema actual, acho que as relações homem-mulher são totalmente outras quando a mulher está economicamente independente.

P. D. — Já não é o opressor?

G. H. — Já não é a relação económica homem dominante/mulher dominada. É um opressor desarmado de certos dos seus privilégios, e a quem se pode falar de igual para igual.

P. D. — De homem para homem, se posso dizer.

G. H. — Já esperava! Escute, a linguagem — senti isso muito cedo na minha vida —, a linguagem nunca é inocente. É evidente que esse "de homem para homem" quer dizer que as mulheres não são mais mulheres, estes objectos femininos que vocês gostam de dominar, mesmo com flores...

P. D. — Eu não quero dominar ninguém, juro-lhe. Admito o seu argumento do trabalho libertador, nas classes onde o trabalho que é oferecido às mulheres é um trabalho agradável, mas pensa que varrer as ruas, como se vê as mulheres fazerem em Moscovo, ou mesmo trabalhar como operária numa fábrica é um factor de libertação?

G. H. — E para os homens? É por isso que se diz que a libertação passa pelo socialismo. Porque mesmo se, em Moscovo, as mulheres varrem as ruas, há muitas mais do que entre nós em França a trabalharem nos laboratórios, por exemplo, ou nas universidades. Oitenta por cento das mulheres estão integradas no mundo do trabalho.

P. D. — Uma pergunta: e quem trabalha em casa?

G. H. — Para começar , o que nunca se fez noutros regimes: arranjar equipamentos colectivos. A colectividade deve ajudar as mulheres que trabalham. Dito isto, queria que me dissesse porque é que, quando há louça a lavar ou uma fralda a mudar é à mulher que compete fazê-lo? Se me der uma resposta que não seja: "É o seu destino", então eu ouço-o.

P. D. — Não faço objecções a que os homens lavem a loiça; contudo, o mais corrente é ser a máquina a lavar...

G. H. — Mas que faça tudo de um modo igualitário.

P. D. — Mas é mais humilhante mudar a fralda a um bebé do que arranjar os fusíveis?

G. H. — O que é humilhante, como diz, não é mudar uma fralda ou arranjar os fusíveis. Gostaria que isto ficasse bem claro: o queé humilhante é que um destino seja imposto. Não há outra escolha possível. Se me desse a escolher, talvez eu me ocupasse unicamente do bebé e o encarregasse de reparar a electricidade. Mas não me dá por onde escolher. Escute, os próprios homens dizem e escrevem que o universo das roupas, das loiças gordurosas, das fraldas a lavar é um universo deprimente, um universo que não exalta as faculdades intelectuais. Nesse clima, de manhã à noite, ninguém pode progredir humanamente, intelectualmente, no plano da sensibilidade... E quando o homem volta à noite desse mundo real em que vive todo o dia, é pouco possível um diálogo, não há permuta verdadeira. O drama é que, por um reflexo de defesa, a mulher tenta justificar a sua vida, tenta também criar um universo, dando uma importância desmedida precisamente à cozinha, às fraldas, à decoração da casa, à aparência. E neste contra-universo, a mulher fabrica valores, critérios que não são idênticos aos do mundo real. E vocês deixam-na fazer isso, porque vos convém! Reparei que as mulheres confinadas, absolutamente confinadas a este universo, chegam mesmo a ter uma linguagem diferente, uma reacção de defesa contra a linguagem dos homens. E isso é muito grave. O que tento dizer é que os homens e as mulheres devem viver no mesmo mundo real, e que este deve ser único.

P. D. — Não admite a complementaridade? Não pensa que existe um gosto feminino? Uma maneira feminina de ver o mundo que não é igual à maneira de ver dos homens?

testemunho

G. H. — Não creio em nada disso. Ou então é uma questão de condicionamento, de educação, de ideias herdadas...

P. D. — Tal como pensa, "o eterno feminino" é apenas um fenómeno que se pode mudar, mudando qualquer coisa de mais fundamental. Mas o quê?

G. H. — Creio que se pode mudar através do movimento de conquista da liberdade pelas próprias mulheres. Não se pode mudar de repente com brusquidão.

P. D. — Como contrapartida do que denomina servidão da mulher, esta usufrui desde há muito tempo, desde há séculos, de certos privilégios. Está em desacordo com estes ao ponto de os recusar categoricamente?

G. H. — Se quer referir-se à famosa galanteria, sim! Recuso tudo isso na medida em que isso encerra uma aproximação dominadora do homem. Posso afirmar-lhe que homens e mulheres podem viver em óptima convivência, mas pela minha parte recuso a galanteria, que é apenas uma contrapartida da opressão.

P. D. — Então, nada de delicadezas, de atenções?

G. H. — Penso que também eu devo ser galante...

P. D. — Muito bem. Recusa também a beleza como privilégio feminino?

G. H. — Como privilégio, sim. Mas a beleza, não! Leu mal o meu livro; recuso os institutos de beleza, o narcisismo da mulher — e isso é muito diferente.

P. D. — Li que na altura em que trabalhava no tribunal de Túnes (cito-a): "Desfeava-me para fazer esquecer que era uma mulher."

G. H. — Perdão, perdão, pode ser misógino, mas não ter má-fé! Eis o que disse: Quando tinha vinte anos e começava a minha carreira de advogada, muitas vezes me disseram: "Sim, é fácil ganhar processos: "veni, vidi"... É tudo." ... Ora notei que era exactamente o contrário, que havia da parte dos magistrados uma espécie de reflexo de desconfiança. Advoguei casos políticos importantes em que a vida, a honra de cidadãos estava em jogo. Quando me levantava para argumentar, eu surgia apenas como alguém muito inconveniente. Era isso. E quando ganhava uma causa, sentia que era algo que os meus confrades homens, mais velhos do que eu, admitiam dificilmente. Então faziam da minha aparência física uma espécie de razão para explicar a sua derrota. Diziam: "Não é difícil! Ela não chegou a ter necessidade de defender o acusado!" ... Eis a razão porque me desfeava — é verdade — porque sofria com esta má-fé masculina. Quis que me tomassem a sério, pelos meus conhecimentos jurídicos e, talvez, pelo meu talento, como se toma um homem a sério. Por isso, quando você fala da beleza tal como o faz, participa de uma certa maneira na opressão dos homens sobre as mulheres, nessa mesma opressão que eu denuncio.

P. D. — Você queria que se considerasse a beleza dos homens no mesmo plano da das mulheres. Vou fazer-lhe uma confidência: isso não seria bom para todos...

G. H. — O que eu não quero é que se faça da homenagem à beleza feminina uma espada de dois gumes. Neste "statu quo", ser bela, para uma mulher, é sê-lo num "espelho", que é o homem. De facto, é devolver ao homem a imagem que ele espera de nós. E isso eu recuso. O inverso não é verdadeiro, é você o próprio a dizê-lo. Um homem feio, velho, calvo deixa a sua mulher (vejo isto todos os dias no meu gabinete) para ir viver com uma secretária de vinte anos que poderia dizer: "Mas é horrível, este homem! Eu também tenho direito a um bonito rapaz de vinte anos!."

P. D. — E em sua opinião, porque é que a secretárja não diz isso?

G. H. — Porque lhe ensinaram que o homem não precisa de ser belo. Pode sê-lo, mas por acréscimo! É homem e isso basta. Mas quem fez estas regras? Quem tira proveito delas?

P. D. — Que pensa do casamento? Disso ainda você não falou.

G. H. — Bem, julgo que já falei, já falei do casamento. Citei mesmo uma frase de Engels, no meu livro, uma frase que fala da "supressão da família conjugal como unidade económica da sociedade"...

P. D. — Cita sempre Engels e Marx. Mas você, por si mesma, o que pensa?

G. H. — No estado actual da luta das mulheres pela emancipação, penso que o casamento é muitas vezes um freio. Pode-se conseguir um núcleo, uma célula viva, mas pode-se também conseguir tudo isso sem o casamento. O casamento de qualquer forma, no aspecto legal, e digam o que disserem, limita terrivelmente os direitos da mulher. Houve progressos incontestáveis, é um facto. Os regimes matrimoniais, a atribuição do poder pátrio. Mas o essencial ainda está por fazer. Cada vez que a mulher tem um problema com o homem que é seu marido, tem de se dirigir a um outro homem: o juiz de direito...

P. D. — Então, suprime-se a família?

G. H. — Segundo a minha própria experiência, creio que a família não é uma instituição totalmente má. É preciso deixar perdurar alguma coisa, mais precisamente a estrutura afectiva. Só assim a família tem sentido. Mas isto pressupõe que se destrua tudo o que é o fundamento hierárquico da família, com o chefe que é o pai. No fundo, o que há de pior, a meu ver, na família, é que ela é um cadinho no qual se elabora a autoridade que se encontra depois em todo o lado, no trabalho, no casamento, etc.

P. D. — Tem filhos. Que idade têm?

G. H. — Tenho três filhos. Um tem 21 anos, o outro, 18 e o terceiro, 8 anos. Esse é um rapazinho muito afectuoso. Mas há dias falava com os dois mais velhos acerca dessa concepção de família como simples estrutura afectiva e o meu filho mais velho respondia-me: "Mas porque razão queres fechar a afectividade unicamente na família? "

P. D. — Que respondeu?

G. H. — Disse que não queria fazer da família um lugar exclusivo da afectividade. Penso que se pode ter amigos., paixões, amores, certamente. Mas não se pode negar que o começo da afectividade, falando fisicamente, é a relação entre a criança e a mãe ou os pais.

P. D. — Não me atrevo a dizer-lhe que isso faz parte da natureza, não gosta dessa palavra.

G. H. — Não, é a realidade. Pelo menos, no tempo em que vivemos. Daqui a dez séculos, será diferente! Mas sei que existe uma sensualidade extraordinária no contacto que tenho com os meus filhos.

P. D. — Nunca teve uma filha?

G. H. — Nunca, e lamento bastante esse facto. Talvez seja um traumatismo!

P. D. — O seu pai está bem vingado!

G. H. — Lembro-me de quando me levantava muito cedo para me ocupar dos meus filhos e que os metia na minha cama para tomarem comigo o pequeno almoço. Eu não tinha muito tempo livre para lhes dedicar, um quarto de hora, dez minutos, mas em intensidade esses dez minutos, esse quarto de hora valiam para mim, para eles, todas essas horas que as mulheres, limitadas pelos trabalhos caseiros, passam em casa.

P. D. — Não acha esse raciocínio um tanto subjectivo?

G. H. — Não! Garanto-lhe que quando uma mulher é economicamente livre, que pesa socialmente por causa do seu trabalho, há entre ela e os filhos uma forma de ternura que essas mulheres, que estão confinadas à casa, não podem dispensar, porque se sentem cansadas. Cansadas de si mesmas e muitas vezes fartas dos próprios filhos...

P. D. — Por vezes, podemos perguntar se você não quer fazer a felicidade das mulheres, mesmo contra a vontade delas...

G. H. — O que afirma é típico da tacanhez de muitos homens. É porque as submeteram ao longo de séculos a uma concepção de felicidade que é a vossa que as mulheres ainda não tomaram consciência dos seus verdadeiros problemas. Em tudo o que me disse que posso interpretar como tentativa de ser gentil para com a mulher (embora eu não possa estar totalmente certa disso, acho que você fez esforços), há a vontade deliberada de perpetuar a ideia-facto de a mulher ser, depois do cavalo, a mais nobre conquista do homem...

P. D. — Não gostaria de ser um homem, Gisèle Halimi?

G. H. — Não, gosto de ser o que sou. Sinto-me bem no meu papel de mulher, integrada numa corrente dinâmica. Não acho que os homens sejam invejáveis. Não são livres, porque oprimem. E, bem vistas as coisas, acho que é melhor ser oprimido do que opressor... ■

nacional (Continuado da pág. 8)

dos Tribunais" e um dos fundadores da Cooperativa Confronto. Deputado da chamada "ala liberal" entre 1969 e 1973, rapidamente se opôs ao regime em questões de fundo. Em Fevereiro de 1973, renunciou ao seu mandato.

MÁRIO FIRMINO MIGUEL (ministro da Defesa) — Tenente-coronel do C. E. M. (Corpo de Estado-Maior), tem 42 anos e nasceu em Sintra. Esteve na Índia, em Angola (1961-63) e na Guiné (1970-72). Foi professor e instrutor da Escola do Exército e pertenceu ao corpo docente do Instituto de Altos Estudos Militares. Era actualmente adido militar em Paris.

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS (ministro da Coordenação Interterritorial) — Advogado, nascido em Vide há 48 anos, radicou-se em Moçambique há cerca de três décadas. Oposicionista activo, apoiou as candidaturas de Quintão Meireles e Humberto Delgado e pertence ao Movimento Democrático. Tentou candidatar-se a deputado por Moçambique, mas foi impedido de o fazer, porque, segundo as autoridades, não fizera prova de cidadão português.

JOAQUIM JORGE MAGALHÃES MOTA (ministro de Administração Interna) — Advogado, nasceu em Santarém, em 1935. Dirigente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa e da Juventude Universitária Católica (J.U.C.). Foi membro da Junta de Colonização Interna e chefe de gabinete do secretário de Estado da Indústria, eng. Rogério Martins. Deputado à Assembleia Nacional em 1969-73, integrou a chamada "ala liberal". Sócio fundador da SEDES e co-fundador do Partido Popular Democrático.

FRANCISCO SALGADO ZENHA (ministro da Justiça) — Advogado, nasceu em Braga em 1923. Estudou na Faculdade de Direito de Coimbra, sendo o primeiro presidente da Associação Académica eleito pelos estudantes, em 1944. Demitido no ano seguinte por se ter recusado a participar numa "manifestação espontânea" a Salazar. Pertenceu ao MUD Juvenil e foi candidato a deputado em 1965 e 1969. Um dos subscritores do "Programa para a Democratização da República". Esteve preso várias vezes.

VASCO VIEIRA DE ALMEIDA (ministro da Coordenação Económica) — Licenciado em Direito, tem 37 anos. Quando estudante pertenceu ao MUD Juvenil. Após dois anos de exercício da advocacia, ingressou no Banco Português do Atlântico, onde exerceu sucessivamente os cargos de subdirector, director-geral e administrador. Pertenceu ainda aos conselhos de administração da Sacor, da Sonap, do Lissabonn Bank AC, do Banque Franco-Portugais d'Outremer e Crédito Predial Português. Nomeado pela Junta de Salvação Nacional como delegado junto ao Ministério da Economia.

MANUEL ROCHA (ministro do Equipamento Social e Ambiente) — Engenheiro e professor catedrático do I. S. T., onde se formou. Exercia as funções de presidente do Conselho Superior do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de que foi durante largos anos director. Como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, especializou-se no Massachussetts Institute of Technology, dos E. U. A., e na Escola Politécnica Federal de Zurique.

EDUARDO CORREIA (ministro da Educação e da Cultura) — Professor catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, nasceu em Lisboa, em 1915. Pertenceu ao Centro Republicano Académico. Doutorou-se em 1945, vendo no ano seguinte, anulada, por motivos políticos, o seu primeiro concurso para professor extraordinário da Faculdade de Direito. Autor do projecto de Código Penal (1963-66). Em 1971 presidiu a uma Comissão da Reforma do Ensino Superior formada por professores democráticos.

AVELINO ANTÓNIO PACHECO GONÇALVES (ministro do Trabalho) — Empregado bancário e dirigente sindical 34 anos. Dirigente do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto de 1962 a 1968 e presidente do mesmo Organismo a partir de 1972.

MÁRIO MURTEIRA (ministro dos Assuntos Sociais) — Economista e professor do Instituto de Estudos Sociais, nasceu em Lisboa, em 1933. Desempenhou funções no fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.

RAUL REGO (ministro da Comunicação Social) — Jornalista e escritor exercia as funções de director do jornal "República". Nasceu em Morais (Macedo de Cavaleiros), em 1913. Membro do Conselho Directivo do Partido Socialista. Professor do ensino particular, foi obrigado a abandonar o magistério em 1939, por motivos políticos. No ano seguinte ingressou no jornalismo, tendo trabalhado na agência Reuter, no Jornal do Comércio e no Diário de Lisboa. Candidato a deputado pelo círculo de Lisboa, em 1965, e em 1969, pela C.E.U.D., de Lisboa.

Completaram o elenco ministerial os seguintes secretários e subsecretários de Estado: Deodato Nuno de Azevedo Coutinho (secretário de Estado da Administração); José da Silva Lopes (secretário de Estado das Finanças); António Costa Leal (subsecretário de Estado do Orçamento); Artur Luís Alves Conde (subsecretário de Estado do Tesouro); José de Melo Torres Campos (secretário de Estado da Indústria e Energia); Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar (secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo); Nélson Sérgio Melo da Rocha Trigo (secretário de Estado de Abastecimento e Preços); Pedro Nunes (secretário de Estado das Obras Públicas); Manuel Ferreira Lima (secretário de Estado dos Transportes e Comunicações); Nuno Portas (secretário de Estado da Habitação e Urbanismo); Gonçalo Ribeiro Teles (subsecretário de Estado do Ambiente); António Galhordas (secretário de Estado da Saúde); e Maria de Lurdes Pintassilgo (secretário de Estado da Segurança Social). ■

"REPÚBLICA"

Comemorou 63 anos de existência, no passado dia 18, o nosso prezado colega "República" que, até há pouco, foi dirigido pelo jornalista Raul Rego, actual ministro da Comunicação Social do Governo Provisório.

Por esse motivo, endereçamos ao seu director interino e seu director-adjunto interino, José Magalhães Godinho e Vítor Direito, assim como a quantos trabalham naquele vespertino, as nossas saudações.

COLIGAÇÃO DE UNIDADE NACIONAL

Com a entrada em funções do Governo Provisório, o País iniciou um ciclo novo, uma fase de reflectida ponderação, iluminada pelo reconhecimento de que democracia não significa anarquia e de que a confusão dispersiva de actuações desordenadas não ajuda, de modo algum, a construção do futuro que o povo português anseia.

O País terá assimilado, passada uma semana sobre a posse do novo Presidente da República e o empossamento do Governo Provisório civil, o pleno significado das palavras que escutara ao general António de Spínola, no Palácio de Queluz: "O desrespeito pela ordem social, decorrente de uma sólida fundamentação democrática e do perfeito funcionamento de instituições representativas, foi sempre, em todos os tempos e latitudes, a porta por onde entraram os ditadores. Bem gostaríamos de o ter encerrado definitivamente; mas só o conseguiremos quando cada português impuser a si próprio, em livre expressão da sua capacidade para o exercício das cidadanias, o mais alto padrão de disciplina cívica, sem o qual jamais poderá edificar-se uma autêntica democracia".

Mas o povo português detesta ditadores e regimes totalitários e conhece o preço da subjugação a doutrinas alienantes de uma vivência democrática. Por isso, atento e participante, não lhe passaram despercebidas ainda estas palavras do general António de Spínola, em Queluz:

"Impõe-se-nos, antes de mais, fazer um profundo exame de consciência, para concluir se será, de facto, democrático o processo esboçado de decidir e aplicar decisões fraccionárias antes de o povo definir, em consenso, o tipo de sociedade em que deseja viver. É que a democracia é o Governo do povo, pelo povo e para o povo, não podendo entender-se senão na mais inteira liberdade de expressão, associação, reunião, debate e votação das decisões colectivas pela via de instituições legítimas, logo seguida da mais estrita observância das decisões assim tomadas. Creio firmemente ser essa a única forma de vida política onde cabe a dignidade humana; de resto, foi em nome desse ideal cívico que as Forças Armadas libertaram o País."

Habituados ao balofo apregoar de teorias destiladas em conversas e "charlas" que tinham tanto de enganador como de hipócrita, os portugueses poderão ver nos discursos do novo Presidente da República e nos actos que os marcaram como o País readquire uma imagem nova, confiante — a imagem do Portugal que se pretende renovado e avidamente procura as vias da sua emancipação democrática. Mas um país a construir na serenidade precisa, antes de mais, da serenidade e da reflexão dos que o governam — reflexão e serenidade bem patentes no discurso de Queluz: "Os caminhos que o País haverá de trilhar — apontou o general António de Spínola — terão de ser definidos por instituições democráticas verdadeiramente representativas e solidamente implantadas, através das quais todos os cidadãos possam exprimir-se, onde todas as correntes de opinião se façam ouvir e em cujo topo se encontre, em lídima expressão final da soberania, uma Câmara Legislativa constituída por mandatários incontestáveis do povo português. Serão as decisões dessa Câmara, depois de referendadas, que definirão o nosso estatuto político, económico e social. E só então nascerá, de facto, o Portugal renovado que ambicionamos."

Tem o País à sua frente um Governo Provisório, ao qual foi de imediato entregue a prossecução de tarefas que hão-de corporizar o ideal proclamado. E o significado deste acontecimento seria particularmente vincado pelo general Spínola, ainda no discurso de posse, em Queluz: "Na verdade, se o Movimento das Forças Armadas libertou o País dos que agiram em seu nome mas sem mandato, não faria sentido que, ao ultrapassar o quadro traçado, voltássemos afinal ao mesmo sistema de decisões unilateralmente tomadas, embora sob outro rótulo e pela mão de outros poderes."

E explicitando o seu pensamento, acrescentou o general António de Spínola: "Nem se argumente que tais tarefas seriam legitimadas pela vontade do povo, expressa nas gigantescas demonstrações cívicas a que o País assitiu. Será bom recordar que os ditadores começaram sempre reformando à margem das instituições sob o eufórico aplauso popular. Foi, aliás, essa forma demagógica de transformar o Poder em tirania, com o apoio das massas em delírio, que esteve sempre na origem dos regimes totalitários. Ao contrário, o propósito que nos anima é o de criar e defender instituições democráticas estáveis, na serenidade de espírito com que devem tomar-se as decisões por que há-de reger-se um povo."

O Governo Provisório viria, com efeito, a ser conhecido no dia seguinte: um Governo que o general António de Spínola caracterizaria assim no discurso de Queluz: "Um Governo sem partidos, porque é de todos os partidos; sem tendências, porque nele cabem todas as tendências; sem programa, porque o programa será o do Movimento das Forças Armadas. A esse Governo imediatamente o Chefe do Estado determinou uma missão: a tarefa de preparação e de recuperação do País, necessariamente baseada na estabilidade social e na expansão económica." E em jeito de advertência desmobilizante de propósitos ou intenções menos claros:

"Não podemos, de forma alguma, deixar que pressões de qualquer ordem venham perturbar o nosso processo de evolução; e à imagem do Portugal renovado que estamos construindo teremos de associar a afirmação de plena capacidade para evoluir politicamente sem convulsão social nem quebra do ritmo da formação de riqueza que a todos aproveite. Daí justificar-se, mais do que nunca, o apelo ao trabalho no sentido de um aumento de produtividade, sendo esta, de momento, a mais instante das reivindicações; apelo, por isso, à consciência colectiva do operoso povo português, que por certo não desejará a sua libertação ensombrada pelo espectro desolador de uma crise económica, com todo o cortejo de privações e sob o signo do desemprego."

INDEPENDÊNCIA FACE AOS PROGRAMAS DOUTRINÁRIOS

Uma larga coligação de unidade nacional (um Governo de Salvação Nacional, como também já foi chamado) governa o País desde o dia 16 de Maio. Conforme acentuou o general António de Spínola, ao empossar o Governo Provisório, no Palácio de Belém, essa característica impõe aos seus membros uma actuação de absoluta independência face aos programas doutrinários dos grupos políticos com que muito legitimamente se possam identificar. "Só à luz deste espírito será possível consolidar a democracia em Portugal, na livre corporização das instituições em que há-de consubstanciar-se. Situa-se, portanto, para além do âmbito dos poderes do Governo Provisório toda a decisão sobre as opções fundamentais que só à Nação competem, quando para tanto estiver organizada, o que terá de suceder no prazo de um ano."

Antes de expor as grandes linhas de actuação governativa nos vários sectores, concretizando algumas delas na apresentação de medidas com influência imediata na vida das mais vastas camadas da população, o general António de Spínola precisaria uma questão prévia:

"Situar-se-á nesta linha de Governo a promulgação de medidas legislativas que consolidem o efectivo exercício dos direitos e liberdades fundamentais, tal como se encontrem definidos em declarações universais. Mas não poderá esquecer-se que a democracia não é de modo algum a mera conversão dos oprimidos em opressores, dos usurpados em usurpadores. Ela é, acima de

tudo, a garantia dos direitos e liberdades individuais, só possível em clima de respeito mútuo, onde não cabem atentados contra pessoas, opiniões, bens e direitos legítimos; atentados que terão de ser rigorosamente reprimidos, venham de onde vierem. Será ponto essencial da acção governativa a repressão de todos os abusos, como crimes contra a reconstrução nacional, passíveis portanto de julgamento no âmbito da justiça criminal comum. Além do mais, deve ter-se presente o facto de que todo o excesso cometido por pessoas ou grupos de que resulte ofensa dos direitos de terceiros redunda em reforço da argumentação totalitária, sempre pronta a denunciar a falta de preparação do povo português para assumir a democracia."

O problema dos territórios africanos e a proposta da sua solução por via plebiscitária dominaram a parte final do discurso, tal como as questões e as condições da situação política interna predominaram na abertura. O processo da resolução da guerra em África encontra-se já em fase adiantada, por via de intensa actividade diplomática desenvolvida imediatamente a seguir à posse do Governo Provisório, mas nem por isso as palavras do general António de Spínola se revestem de menos actualidade:

"Defendo há muito a opinião de que compete às populações africanas e europeias de África escolher livre e conscientemente o seu destino; e a via mais autêntica para essa autodeterminação será o mais amplo debate das viabilidades de opção, no clima de liberdade democrática instaurado. Nesta base, serão exploradas todas as possibilidades que possam conduzir à paz no Ultramar, havendo entretanto de acelerar-se ao mais elevado ritmo a regionalização das estruturas políticas dos territórios ultramarinos, com apelo à participação dos seus naturais nas actividades da gestão pública. E com vista à concretização de tal objectivo — o restabelecimento da paz e a preparação de uma consulta popular isenta e aberta a todos os controlos — são dadas plenas e formais garantias aos dirigentes dos movimentos separatistas, que poderão entrar e sair livremente do território português para os contactos que desejam estabelecer com o Governo, com vista à solução do problema ou mesmo para a estruturação da actividade legal dos seus partidos, que o Governo Provisório reconhecerá desde que respeitem as regras da democracia."

Do que será a acção do Governo Provisório falou na mesma cerimónia o primeiro-ministro, Palma Carlos. Uma semana ou pouco mais afigura-se menos que insuficiente para se firmarem os contornos da actuação governativa do gabinete chefiado pelo antigo bastonário da Ordem dos Advogados — um Governo que tem diante de si, como acentuaria Álvaro Cunhal, ministro sem pasta, uma tarefa particularmente difícil. Mas a actuação prontamente desenvolvida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, na procura imediata de soluções possíveis para a questão africana, e os contactos mantidos com os chefes dos movimentos de libertação constituem a prova mais positiva da disposição de acelerar a resolução de problemas de extrema urgência. Ao ser empossado, o primeiro-ministro, Palma Carlos, recordaria tarefas prioritárias: a guerra do Ultramar, pela sua dramaticidade e candência, o equilíbrio económico, a situação das massas trabalhadoras e a paz social, que é imprescindível manter — acentuou Palma Carlos —, pondo fim a excessos que a libertação de um povo sufocado durante quase meio século subitamente fez explodir. "Quem nunca conheceu a liberdade — acentuou o Chefe do Governo Provisório — não pode, porventura, aperceber-se, senão após a experiência que vai iniciar-se, de que ela impõe uma autodisciplina que a não leve a ofender a liberdade alheia. Dessa lição não carecemos nós, os homens da minha geração, que a vivemos e que perdemos para só agora a recuperar em toda a plenitude. Mas assim como transmitimos o facho da nossa fé e não deixámos que ele se extinguisse também esperamos que esta noção fundamental seja compreendida e cada um aguarde, paciente e disciplinadamente, a realização das suas aspirações."

Governo de ideias e não Governo de personalidades — sobre não estar enfeudado a partidos —, como faria ainda questão de vincar o primeiro-ministro, Palma Carlos, o gabinete provisório poderá ter diante de si o espectro da reacção e da contra-revolução a exigir um aparelho popular de defesa já defendido num documento da C. D. E.. No envolvimento deste fenómeno diria Álvaro Cunhal, ministro sem pasta e secretário-geral do Partido Comunista, a respeito de greves e tensões sociais, durante uma conferência de Imprensa no dia seguinte: "Em primeiro lugar o nível de vida dos trabalhadores portugueses é muito baixo e o mais baixo da Europa. Não é por acaso que emigravam há pouco tempo 150 mil trabalhadores por ano. É assim completamente justa a pretensão dos trabalhadores de elevar os seus salários e o seu nível de vida. Em segundo lugar, durante quase 50 anos não era permitido aos trabalhadores organizarem-se em sindicatos ou outras formas de organização. Não era permitido reclamar. A única resposta do fascismo era a repressão. A greve era considerada crime e punida pelo Código Penal. Estas leis não foram ainda revogadas, mas há uma nova situação de facto, resultante do processo revolucionário. Hoje reconhece-se direito aos trabalhadores de reclamarem. É perfeitamente legítimo que os trabalhadores procurem utilizar as suas formas de organização para resolver os seus problemas. Por uma razão ou por outra é absolutamente natural a amplitude do movimento operário e não se devem dramatizar algumas situações."

E Álvaro Cunhal, antes de se referir à "ultra-esquerda", cujas formas de acção e "slogans" considerou não favorecerem o processo de democratização do País, abrindo antes possibilidades reais à reacção e à contra-revolução, situaria ainda as suas considerações na estruturação do processo democrático: "Há quem esteja interessado em romper a unidade da classe operária. Há quem esteja interessado em estabelecer uma brecha entre o Movimento das Forças Armadas e a classe trabalhadora. São esses os interessados em que a tensão se desenvolva. E, assim, cria-se uma situação original em que os vemos a empurrar trabalhadores para a greve e destruições que nada têm que ver com a luta das classes operárias." ■

FERNANDO ANTUNES

O DESTINO DOS EX-PRESIDENTES

Um misto de surpresa e perplexidade foi a reacção despertada pela decisão que permitiu a saída, para o Brasil, dos ex-presidentes Américo Tomás e Marcelo Caetano, que desde o triunfo da revolução do 25 de Abril se encontravam no Palácio do Governo do Funchal. O Governo brasileiro, consultado pela Junta de Salvação Nacional sobre o desejo que ambos haviam manifestado nesse sentido, concedeu essa autorização, sob condição de se absterem de qualquer actividade política, encarregando-se as autoridades portuguesas do transporte.

A notícia foi conhecida na passada terça-feira, quando os ex-presidentes já voavam para o Brasil, tendo os preparativos decorrido no maior sigilo. Também a chegada ao país que os receberá como asilados políticos se processou através de uma cortina de segurança e segredo, tendo as autoridades brasileiras adoptado rigoroso dispositivo de prevenção, ao não autorizar, inclusivamente, qualquer informação prévia. Os dois governantes, como referiu a Imprensa diária, viajaram num avião da Força Aérea Portuguesa, que os levou do Porto Santo a São Paulo, com breve escala técnica pelo Rio de Janeiro. Acompanhava-os a esposa e a filha do ex-Chefe do Estado.

Os dois asilados deixaram a Madeira ao amanhecer, a bordo do "Pirata Azul", em direcção a Porto Santo, onde tomaram lugar

nacional

no avião militar que os conduziu ao Brasil. Foi a partir dessa altura que a notícia começou a circular, através das agências noticiosas. Em Lisboa, o Ministério da Comunicação Social confirmava-a, ao princípio da manhã, e, mais tarde, era divulgado o seguinte comunicado: "Tendo o almirante Américo Tomás e o prof. dr. Marcelo Caetano manifestado o desejo de se fixarem no Brasil, a Junta de Salvação Nacional consultou o Governo brasileiro sobre se concordaria em recebê-los como asilados territoriais e obteve resposta afirmativa, na condição de os mesmos e suas famílias se absterem de toda e qualquer actividade política no Brasil. Nessas condições, foi autorizada a partida do almirante Américo Tomás, sua mulher e filha, bem como do prof. dr. Marcelo Caetano, que chegaram ao Brasil na tarde de hoje. Esta medida foi tomada sem prejuízo do apuramento de eventuais responsabilidades que caibam ao almirante Américo Tomás e ao prof. dr. Marcelo Caetano e do congelamento dos seus bens, se a ele houver de proceder-se."

Não tardaram as reacções com que nos mais diversos meios a decisão da Junta de Salvação Nacional foi acolhida. Naturalmente que a inesperada deliberação foi pelo menos avaliada como impopular na medida em que é apontada como susceptível de contrariar a evolução de um processo de responsabilização pessoal visando os dois ex-presidentes. Desde logo apontados como dois dos principais responsáveis por um ciclo doloroso da vida portuguesa, é natural que as pessoas se interroguem sobre a forma como se exercerá a justiça prometida, quando a ambos se reconheceu o direito de saírem do País. E sobretudo como a mesma será exercida em relação a outros responsáveis que aguardam na cadeia a decisão dos tribunais.

De resto, o tom das primeiras reacções evidencia claramente não só a estranheza como o desacordo por tal decisão. Assim, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, interrogado pelos representantes dos órgãos informativos, afirmou que se tratava de uma decisão da Junta de Salvação Nacional anterior à constituição do Governo Provisório, embora só executada posteriormente devido a razões técnicas. Relativamente aos motivos aduzidos apurou-se, posteriormente, que se traduziram na demora da resposta do Governo brasileiro ao pedido português. Quanto à posição do Partido Socialista, declarou que, por certo, uma atitude seria tomada após uma reunião dos seus principais dirigentes.

Outros ministros, convidados a pronunciarem-se sobre o mesmo caso, limitaram-se a dizer que a resolução da J.S.N. fora efectivamente precedente à nomeação do Governo. Não existiu, portanto, o factor surpresa entre os membros do Governo Provisório, face à decisão da Junta de Salvação Nacional, que é presidida pelo general António de Spínola, embora tal não signifique uma tomada de posição pessoal de cada um dos seus membros sobre os fundamentos possíveis da deliberação. Parece pelo menos evidente que o gabinete provisório não quis ou não se pôde opor à concretização de uma medida da responsabilidade da Junta de Salvação Nacional, que assim procurou vincar uma posição de preponderância em tema da maior delicadeza e da mais profunda gravidade.

AS REACÇÕES

O Partido Comunista Português foi o primeiro a reagir à decisão e, na madrugada de quarta-feira, fez-se eco do desagrado que a mesma provocara nos trabalhadores: "Hoje, dia 20 de Maio, o povo português tomou conhecimento com surpresa e apreensão que a Junta de Salvação Nacional, depois de ter negociado com o Governo do Brasil, permitiu que saíssem para este país os ex-governantes fascistas Américo Tomás e Marcelo Caetano.

"O Partido Comunista Português não é partidário de uma política de vindicta, mas, num momento em que ainda estão por apurar as responsabilidades nos crimes do regime deposto, esta medida não pode deixar de chocar profundamente a classe operária, os trabalhadores, todos os que sofreram durante quase 50 anos a repressão e a tirania fascistas.

"O Partido Comunista Português sublinha ser desejável que decisões políticas de alta importância sejam tomadas depois de consultas e troca de impressões entre as forças e correntes coligadas no actual processo de democratização.

"O Partido Comunista Português continua a considerar que o fortalecimento da unidade da classe operária e do movimento democrático e o reforço da aliança das massas populares com as Forças Armadas constituem a principal garantia das liberdades já alcançadas e da instauração em Portugal de um regime democrático escolhido pelo povo."

O Movimento da Esquerda Socialista também foi dos primeiros a emitir a sua opinião sobre a decisão da Junta, num comunicado que se transcreve:

"A 20 de Maio — 25 dias depois do triunfo do movimento armado — a Junta de Salvação Nacional toma a primeira medida manifestamente antipopular, enviando Américo Tomás e Marcelo Caetano para o Brasil, país dominado por um regime policial.

"A esta notícia reagiram alguns responsáveis, que fazem parte da coligação governamental, com surpresa, o que parece de notar que a medida ultrapassou o Governo provisório e que as negociações que levaram a tal passo foram dele escondidas, como o foram do País.

"Essa surpresa não é compartilhada pelo M.E.S., que, nas suas análises, prevê que medidas semelhantes, sob os mais diversos pretextos, impeçam efectivamente a luta das classes trabalhadoras de ultrapassar certos limites. São justamente esses limites que não queremos nem podemos aceitar, sob pena do ver traído o que neste país reclama por uma executiva justiça e responsabilização a todos os níveis.

"Porque entendemos que na altura em que se pede à população que colabore na captura dos elementos da P.I.D.E. se não pode pactuar com a libertação dos responsáveis máximos pela política de que a P.I.D.E. foi instrumento, porque entendemos que a Junta não podia, sem o público e reclamado julgamento, libertar os homens que são os mais altos representantes de opção fascista e que a própria Junta declarara antes, através de porta-vozes autorizados, estarem prisioneiros; porque parece claro que a Junta cedeu a fortíssimas pressões do capital e de embaixadas estrangeiras cujo jugo queremos ver de vez sacudido; denunciamos energicamente esta medida e confiamos que a vigilância do povo português não permita que se cometam mais desvios na luta iniciada." ∎

CHEFE DA "SECRETA" DO BRASIL EMBAIXADOR EM LISBOA?

Na história das polícias secretas, um ponto comum a todas elas: o crime que disseminam a coberto de uma falsa legalidade. O ilimitado campo da sua acção policial, nomeadamente quanto aos problemas de "segurança de Estado", onde a "penetração" da violência oficializada transpõe o próprio direito à vida privada, oferece aos seus executores opções inimagináveis. (Um recente estudo do Instituto Max Planck conclui, por exemplo, que "a força de uma violência sem ideal — no caso, a violência policial — faz explodir, naquele que age, agrupando-se e encaminhando-se num só sentido, toda a força contida pela racionalidade. Na sequência de uma sessão de tortura, por exemplo, as acções iniciais do torcionário são como que "profissionais"

(automatizadas pela sua própria função de "trabalho"), mas rapidamente passa ele a agir, sob o impulso psicológico da impunidade e da força real que daí advém, movido por uma crescente e incontida violência que estava segregada na sua "crosta animal".)

No caso específico da América Latina, onde as ditaduras têm feito as histórias dos seus povos, os "secretas" foram sempre os executores reais das leis. Deles dependeram (dependem) populações inteiras. Não sendo propriamente os que torturam, são, no entanto, os que apontam quais devem ser as vítimas. A "espionagem" sobre a vida de cada cidadão tornou-se fundamental para a estabilidade de regimes como, por exemplo, os do Haiti, com os terríveis "tontons macoutes", do Paraguai, onde a tortura do sal como alimento forçado é uma das mais leves, ou o do Brasil, onde a evolução dos conhecimentos técnicos foi também posta ao serviço da certamente mais requintada polícia política do continente.

De obscuro organismo de combate aos crimes comuns, a D. O. P. S. (Delegacia de Ordem Pública e Social) subiu de escalão após o golpe militar de 1964, constituindo-se num dos pontos de maior apoio à repressão política orientada pelo novo regime. Investidos de poderes ilimitados, com a mais ampla cobertura dos generais que derrubaram o governo de Goulart, os agentes da D. O. P. S. transformaram-se num terror nacional. De início, a sua feição repressora era a mesma que usavam para com os acusados de delitos comuns. Recambiados de entre focos do mais comprovado mau carácter, autênticos facínoras e até de antigos criminosos "passados" para a polícia, o nível dos homens da D. O. P. S. em nada fica a dever ao padrão dos que pertenciam à P. I. D. E.. Os métodos e os processos os mesmos, as torturas acompanharam a evolução da técnica electrónica, e os assassínios foram em muitos casos a solução encontrada pelos investigadores mais impacientes... Reeditando a técnica da morte de mendigos durante o Governo de Carlos Lacerda, na Guanabara, muitos "comunistas", algemados e levando um grande peso (pedra ou barra de ferro) atado aos pés, foram jogados aos rios... A acção da D. O. P. S. continua hoje intacta e em alguns casos ampliada (pode lembrar-se a actividade do "Esquadrão da Morte"), constituindo um organismo essencial para o regime.

Paralelamente, e já no final do Governo de Castelo Branco, foi organizado o Serviço Nacional de Informações (S. N. I.), nascido sob o signo da C. I. A., cuja missão passou a ser a de supervisão e orientação em primeira instância de toda a política de informação e contra-informação do país, directamente relacionada, portanto, com as operações policiais. A potencialidade de um tal organismo numa estrutura sócio-política como a do Brasil era (é) simplesmente inigualável. O general Garrastazú Médici foi o seu "cérebro" número um e a densidade de indivíduos arrolados e "controlados" por essa "central de inteligência" transformou-a numa força imprescindível para o Governo.

Com estruturas excepcionalmente bem montadas, empregando já então métodos de propaganda de massa cientificamente orientados, o general Médici, ao ser nomeado Presidente da República, confiou ao general Carlos Alberto Fontoura a chefia do S. N. I., facto que agora ganha o tom de um julgamento em Lisboa.

Há uns três meses, após o professor Gama e Silva (ex-ministro da Justiça durante o Governo do general Costa e Silva, um homem bastante comprometido com a "linha dura" da "revolução" de Março de 64) ter anunciado o fim da sua missão como embaixador do Brasil, em Portugal, soube-se que o general Carlos Alberto Fontoura viria a ser o seu substituto. Tal nomeação, em virtude da importância que o general Fontoura representa na "hierarquia política" do Brasil, foi surpreendente para alguns observadores, já que o posto de embaixador em Lisboa nunca foi de grande significado para o Governo de Brasília. Especulou-se então sobre as possíveis correlações com a guerra em África, pelo que a indicação de um militar já assim faria um certo sentido. Ficou-se por aí até que veio o 25 de Abril. A chegada do general Fontoura estava prevista para um mês depois...

Uma nota dos estudantes brasileiros residentes em Lisboa, dada a conhecer na passada semana, parece que veio, no entanto, alterar o processo em andamento: apoiando as Forças Armadas Portuguesas, afirmam eles que "cônscios de representar os sentimentos de centenas de seus compatriotas matriculados em centros lusitanos de ensino superior e médio, denunciam a seus colegas portugueses, aos órgãos de Informação, aos partidos políticos e aos sindicatos, a nomeação do general Fontoura... (...) Na ocasião em que a J. S. N. extingue a P. I. D. E., prende os seus chefes e dissolve as suas brigadas de agentes secretos e espiões, prepara-se para chefiar a embaixada brasileira, em Lisboa, um general da polícia que se notabilizou na direcção da repressão do S. N. I., que assassina, tortura, espanca, encarcera, maltrata e oprime os estudantes, intelectuais, operários e camponeses do nosso país, que se opõem à ditadura fascista que há dez anos escraviza o povo brasileiro. (...) Se era bem-vindo a Américo Tomás e a Marcelo Caetano, o general do S. N. I. não deve ser aceite pela Junta nem pelo Governo Provisório. A sua presença em Portugal é uma verdadeira provocação à nova democracia instalada".

Sei, desde já, que a tendência do Governo Provisório "é a de aguardar que o Governo do Brasil dê o primeiro passo sobre o assunto", como disse, não oficialmente, um dos membros. É provável que Brasília seja "sensível" e procure rever a questão, quer através de uma consulta indirecta ao governo de Lisboa, a fim de saber se confirmaria o "agréement" concedido pelo anterior regime ao general Fontoura, quer levando o problema ao próprio Fontoura, que poderá optar pela Embaixada em Madrid, também vaga. O jornal "O Globo", do Rio, igualmente já apontou essa possível mudança de rumo para a Espanha, ao mesmo tempo que, em alguns meios diplomáticos de Lisboa, não se exclui um reestudo da presença do embaixador português, no Brasil, José Hermano Saraiva, ex-ministro da Educação do Governo deposto e cujo alinhamento político nunca foi contrário ao de Salazar. ■

FERNANDO DIL

O COMÍCIO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Realizou-se no passado domingo um comício promovido por diversos agrupamentos da esquerda revolucionária, que reuniu na Voz do Operário perto de 3 mil pessoas. A plataforma de entendimento foi extremamente ampla, definindo-se sobretudo em torno de dois pontos principais: a necessidade de promover uma intervenção política, a partir da base, das classes trabalhadoras e da luta da classe trabalhadora por objectivos que lhe sejam próprios e expressamente anticlassistas na sua essência; e, paralelamente, a necessidade de denunciar as direcções reformistas de partidos, que se pretendem partidos operários, mas pregam a colaboração de classes na fase actual da história portuguesa, ou pelo menos desencorajam certas formas de luta política trabalhadora, atribuindo a irresponsáveis ou provocadores as movimentações que vão contra as suas concepções partidárias, sendo estas condicionadas além do mais por uma participação desses partidos no Governo Provisório. Nomeadamente, no comício da Voz do Operário foi denunciada como dirigista a atribuição a "provocadores" (que eventualmente poderão existir, reconheceu-se) das acções de massas que desagradam aos "partidos reformistas". Tal atribuição equivale a passar um atestado de "menoridade política" à classe operária e expressa um desprezo pela auto-organização da classe operária a partir da base, que entraria em contradição flagrante com a

qualidade de "partidos operários" de que os mesmos partidos se reivindicam.

A solidariedade com os Movimentos de Libertação, cuja acção foi sempre no interesse das classes trabalhadoras portuguesas, foi igualmente proclamada. "A guerra colonial continua", "Nem mais um embarque", o exortar os marinheiros, soldados e recrutas a recusarem a guerra — foram alguns dos temas desenvolvidos pelos oradores.

As organizações responsáveis pela convocação do comício foram respectivamente o Partido Revolucionário do Proletariado, representado por Isabel do Carmo; as Comissões de Base Socialistas, representadas por Miguel Oliveira e Silva; a Liga Comunista Internacionalista, que cedeu o lugar do seu representante ao secretário da IV Internacional, Ernest Mandel, e a União Revolucionária Marxista-Leninista, representada por Luciano. Usaram ainda da palavra Luís Guerra, da LUAR, e Sardo, da L. C. I., este último para responder a algumas questões levantadas pela assembleia.

Na impossibilidade de reproduzirmos aqui as diversas intervenções, citaremos apenas as palavras de Mandel, cuja intervenção (em espanhol) foi saudada unanimemente pela assembleia: "Avisamos os camaradas do Partido Comunista e Partido Socialista de que aqueles que levam as revoluções apenas até meio, mais não fazem do que cavar as próprias sepulturas". Este foi, aliás, outro tema forte da reunião: a insistência em que a consolidação democrática, a destruição do fascismo, a prevenção contra o seu eventual regresso, só poderão ser asseguradas pelo desenvolvimento de um processo de revolução socialista e pela criação de embriões de poder trabalhador. Porque como foi repetido no comício, enquanto a exploração capitalista estiver intacta, e estiverem intactos os fundamentos económicos do regime deposto, o fascismo não poderá considerar-se liquidado. ■

M. S. P.

INTERNACIONAL

França

QUEM VENCEU AS ELEIÇÕES?

As eleições francesas tiveram como resultado a vitória de Valéry Giscard d'Estaing sobre François Mitterrand. Em princípio, portanto, houve, nestas presidenciais, antecipadas em virtude da morte de Pompidou, vitória da continuidade. No entanto, as coisas não são tão simples. Em primeiro lugar, a "maioria" de Pompidou não pode confundir-se com os partidários de Giscard. Prova-o o primeiro escrutínio das eleições, em que este, obtendo embora maior número de votos do que o dissidente Chaban-Delmas, obteve também um número de sufrágios consideravelmente inferior ao recolhido por Mitterrand, secretário-geral do Partido Socialista. Além, todavia, da dissidência de Chaban, que apareceu a reivindicar a herança de um De Gaulle que ele próprio terá contribuído para afastar do Poder, outra houve com algum significado. A de Royer, herdeiro de Poujade, ou pelo menos do poujadismo, tentando ressuscitar a ideologia de uma pequena burguesia quase inteiramente defunta — ideologia singularmente próxima, se exceptuarmos a sua sensível falta de audácia, dos diversos fascismos que precederam a segunda guerra mundial.

Assim, se no segundo escrutínio a direita logrou a sua unidade na base da oposição a Mitterrand e sobretudo aos seus aliados comunistas, teremos de convir que tal unidade não é de molde a garantir a Giscard um governo fácil ou sequer contando com o apoio de uma maioria parlamentar. Tanto mais que é certo que, apesar da relativa unidade lograda na base de um destemperado recurso a "slogans" anticomunistas, a vitória eleitoral de Giscard foi propriamente tangencial. Pode mesmo dizer-se, levando algumas premissas decorrentes da situação até às suas últimas consequências, que a vitória eleitoral de Giscard não obsta que as presentes eleições tenham consagrado o fim da ex-maioria, tenham, por outras palavras, assinalado a inviabilidade política da linha pompidouliana, despojo de um gaulismo de que Pompidou foi um dos principais coveiros.

Mas, há que dizê-lo, nada disto impede também que as mesmas eleições tenham confirmado os "impasses" em que a esquerda parlamentar francesa se debate. Embora Mitterrand tenha obtido para esta esquerda o maior número de votos de sempre, teremos de convir, primeiramente, em que o programa de Mitterrand, nesta campanha presidencial, não era um programa socialista, afastando-se mesmo dos pontos mais quentes do já "moderado" Programa Comum. Além disso, se Giscard beneficiou da unidade (pseudo) anticomunista da direita, Mitterrand beneficiou dos votos "úteis" de diversos adversários de esquerda do Programa Comum — dos militantes da C.F.D.T. aos diversos partidos e formações políticas da esquerda não parlamentar.

Em suma, temos que nenhum dos dois blocos de sufrágios corresponde a uma coesão política sequer aproximativa. Ou quando muito, esta existirá, embora frouxa e contraditória — insanável mesmo, nalguns aspectos —, apenas à direita. Isto é, apenas do lado daqueles que acima de tudo pretendem conservar o regime existente ou levá-lo a enveredar mesmo por formas menos "democráticas" de conservadorismo. À esquerda, tal coesão aproximativa não existe, começando mesmo por não existir no interior do Partido Socialista de Mitterrand, onde as posições vão desde a autogestão operária ao reformismo de tipo "trabalhista britânico".

De qualquer modo, o que aconteceu em França não deixou de ser importante. Se, na verdade, a eleição da Mitterrand, a ter-se verificado, não seria propriamente um acontecimento revolucionário, o certo é que Giscard d'Estaing, vencendo, venceu nos interesses mais ou menos confessados, e mais ou menos confessáveis, do conservadorismo europeu e internacional — seja este um conservado—conservador como o de Nixon, ou um conservadorismo-reformista como o de Wilson. De facto, se toda a campanha eleitoral de Mitterrand foi de molde a apresentá-lo como o candidato da "eficácia" na resolução, digamos assim, dos "grandes problemas nacionais" equacionados numa perspectiva pretensamente transclassista — não deixa de ser verdade que um triunfo seu parecia conveniente aos adversários da "França burguesa", dependente da direcção americana do Ocidente capitalista. Esta foi nomeadamente a posição assumida pela esquerda não alinhada com o Programa Comum. Por outro lado, Giscard d'Estaing não foi apenas o candidato da direita em bloco, como representou ainda a liquidação do radicalismo gaullista que, durante anos, pôde disputar aos socialistas parlamentares e aos comunistas franceses os títulos de honra de um política francesa independente dos dois grandes blocos hegemónicos mundiais.

Finalmente, esta importância não pode ser também sobrestimada. Quando vemos o eleitorado dividir-se em 50,71 por cento para Giscard d'Estaing, e 49,28 por cento para Mitterrand não podemos pensar que estamos perante as duas partes de uma "luta de morte" hegeliana, de uma contradição absoluta. Esta, a ser trazida à superfície dos acontecimentos, far-se-á em torno de outras motivações e com alteração substancial dos termos da alternativa. Com efeito, há alternativas que não têm podido ser ainda formuladas praticamente, ao nível das grandes massas trabalhadoras, e que ambos os candidatos de ambas as "maiorias" deixaram na sombra, ou objectivamente pelo menos contribuíram para obscurecer ■

M.S.P.

livros do momento

à venda nas livrarias

O OFÍCIO DE REVOLUCIONÁRIO
Victor Serge
Preço: 120$00
Moraes

AS TÉCNICAS SOCIOMÉTRICAS
Georges Bastin
Preço: 60$00
Moraes

OS TRABALHADORES E O CUSTO DE VIDA
Eugénio Rosa
Preço: 30$00
Seara Nova

POR ONDE VAI A ECONOMIA PORTUGUESA?
Francisco Pereira de Moura
Preço: 80$00
Seara Nova

HISTÓRIA DAS LITERATURAS UNIVERSAIS (IV Vol.)
Direcção de Wolfgang Einsiedel
Preço: 70$00
Estampa

distribuidora O SECULO Rua de "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

à venda nas livrarias

O NOVO REGULAMENTO DA BOLSA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR COM COMENTÁRIO DE
Jorge Arriaga da Cunha
Moraes

Preço: 65$00

EDUCAÇÃO SEM ESCOLA?
Ivan D. Illich
Editorial Teorema

Preço: 25$00

TERAPIA CENTRADA NO PACIENTE
Carl R. Rogers
Moraes

Preço: 195$00

TEMPOS LIVRES
para quê?
gastá-los como?
N. A.

Preço: 40$00

QUERO ENTENDER O MUNDO
Keil do Amaral
Iniciativas Editoriais

Preço: 85$00

distribuidora **O SECULO** Rua de "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

actualidade portuguesa

o novo regulamento
da bolsa
e legislação complementar

com comentário
de jorge arriaga da cunha